

Sector Empresarial do Estado

Evolução no período 1996-2001

Título – Sector Empresarial do Estado: evolução no período 1996-2001

Data – Março 2002

ISBN: 972-98306-3-0

Autor – Secretaria de Estado do Tesouro e das Finanças

Editor – Direcção-Geral de Estudos e Previsão do Ministério das Finanças

Disponível em <http://www.min-financas.pt>

Índice

1. Nota Introdutória	1
2. Evolução do Sector Empresarial do Estado [1996-2001]	3
2.1. Enquadramento	3
2.2. Processo de Privatizações	4
2.2.1. Programas de privatização entre 1996/2001	5
2.2.1.1. Programa para o biénio 1996/97	5
2.2.1.2. Programa para o biénio 1998/99	7
2.2.1.3. Programa para o biénio 2000/2001	8
2.2.2. Operações de privatização realizadas no período 1996-2001	9
2.2.3. Aplicação das receitas de privatizações	12
2.2.3.1. Amortização da dívida pública	14
2.2.3.2. Aplicações no sector produtivo	14
2.2.4. Valorização das acções das principais empresas privatizadas	15
2.2.5. Breve balanço	17
2.2.5.1. Redução do peso do Estado na economia	17
2.2.5.2. Promover a redução do peso da dívida pública	18
2.2.5.3. Modernização das unidades económicas, aumentar a competitividade e contribuir para as estratégias de reestruturação sectorial e empresarial	18
2.2.5.4. Ampla participação das entidades portuguesas na titularidade do capital das empresas	19
2.2.5.5. Desenvolvimento do mercado de capitais	19
2.3. Reestruturação, criação e extinção de empresas	19
2.3.1. Processos de Reestruturação	19
2.3.2. Novas Empresas no Sector Empresarial do Estado	23
2.3.3. Empresas Saídas do Sector Empresarial do Estado	31
2.4. Evolução Económica e Financeira	35
2.4.1. Peso na Economia	35
2.4.2. Evolução Económica e Financeira das Empresas Públicas Não Financeiras	36

2.4.2.1. Evolução Financeira	36
2.4.2.2. Esforço Financeiro do Estado	51
2.4.2.3. Dividendos e Remuneração do Capital Investido	56
2.4.3. Evolução Económica e Financeira das Empresas Públicas Financeiras	57
2.4.3.1. Evolução Financeira	57
2.4.3.2. Esforço Financeiro do Estado	59
2.4.3.3. Dividendos	60
ANEXO 1	61
Participações Directas do Estado (carteira total*)	61
ANEXO 2	63
Participações Directas do Estado (maioritárias e minoritárias relevantes, por sectores)	63
3. Caracterização do S.E.E. em 2001	65
3.1. Caracterização do S.E.E. reportado a 31.12.2001	65
3.1.1. Empresas Directamente Participadas Pelo Estado	65
3.1.2. As Holdings: Parpública, IPE e Grupo CGD	69
3.2. Situação Económico-financeira	73
3.2.1. Análise Global	73
3.2.2. Análise Sectorial	80
3.2.3. Análise das Holdings Públicas: IPE, Parpública	94
4. Perspectivas de Evolução	99

1. Nota Introdutória

A intervenção financeira do Estado na economia e todos os procedimentos dela decorrentes assumem numa sociedade complexa, como a nossa, formas diferentes que determinam um acompanhamento rigoroso e permanente. É a informação relevante correspondente ao retrato do sector empresarial do Estado, indispensável para esse acompanhamento e para uma definição estratégica sobre a sua evolução que constitui o documento que ora se publica.

A evolução do sector empresarial do Estado português nos últimos anos, decorrente do impacto da construção europeia de abertura de fronteiras e da mundialização impõe novas formas de acompanhamento e de intervenção mais baseadas na complementaridade entre mercado e regulação e em parcerias entre a iniciativa pública e privada. Para tanto, torna-se indispensável ter uma visão global das empresas, da sua evolução e das suas potencialidades, a fim de se poder garantir a melhor utilização dos recursos públicos e de contribuir da melhor forma para o desenvolvimento económico e para a coesão social. Trata-se, pois, de dar uma visão integrada sobre a actuação do Estado enquanto *accionista, concedente de crédito, avalista e subsidiador* - de modo a podermos ter uma perspectiva integrada dos diferentes modos de acção pública, para exista um acompanhamento efectivo do sector empresarial do Estado.

Uma Administração financeira moderna exige o aperfeiçoamento dos instrumentos de informação e de acompanhamento, constituindo os elementos agora publicados peça fundamental, que deverá ser objecto de actualização periódica e de uma permanente atenção. Longe de quaisquer conceitos rígidos, do que se trata, pois, é de abrir perspectivas novas que garantam mais eficiência e competitividade, modificações numa economia aberta orientada para a modernização e o desenvolvimento.

Lisboa, 28 de Março de 2002

MINISTRO DAS FINANÇAS

(Guilherme d'Oliveira Martins)

2. Evolução do Sector Empresarial do Estado [1996-2001]

2.1. Enquadramento

A denominação Sector Empresarial do Estado encontra consagração legal no Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, segundo o qual este é constituído pelas empresas públicas e pelas empresas participadas.

Empresas públicas são aquelas em que o Estado ou outras entidades públicas estaduais possam exercer, isolada ou conjuntamente, de forma directa ou indirecta, uma influência dominante decorrente da detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto, ou do direito de designar ou de destituir a maioria dos membros dos órgãos de administração ou de fiscalização.

Empresas participadas são aquelas em que exista uma participação permanente (*i.e.* que não tenha objectivos exclusivamente financeiros, sem quaisquer propósitos de influenciar a gestão, desde que a respectiva titularidade não atinja uma duração, contínua ou interpolada, superior a um ano¹) do Estado ou de quaisquer outras entidades públicas estaduais, por forma directa e indirecta, contanto que o conjunto das participações públicas não origine uma situação tipificável como de empresa pública.

Contudo, no âmbito deste documento, consideraremos apenas o universo de empresas públicas e participadas em que o Estado participa directamente, através da Direcção-Geral do Tesouro. O arrolamento integral da carteira de títulos detidos directamente pelo Estado, através da Direcção-Geral do Tesouro, é constituída pelas empresas constantes do quadro apresentado no Anexo 1, sendo a percentagem de participação no respectivo capital social, em 31 de Dezembro de 2001, a indicada.

Subsequentemente, e no que concerne às análises económicas e financeiras em que tal se indique, apenas se considerarão as que são participadas maioritariamente, ou as que – embora não maioritárias, pelo menos na posse directa do Estado – assumem relevância, designadamente pelo cariz estratégico do sector de actividade económica, digna de registo.

¹ Presume-se a natureza permanente das participações sociais representativas de mais de 10% do capital social da entidade participada, com excepção daquelas que sejam detidas por empresas do sector financeiro.

Assim, a carteira de títulos – de acordo com os critérios supracitados – detidos directamente pelo Estado, através da Direcção-Geral do Tesouro, é constituída pelas empresas constantes do quadro apresentado no Anexo 2, segundo os respectivos sectores de actividade económica, sendo a percentagem de participação no respectivo capital social, em 31 de Dezembro de 2001, a indicada.

No período em apreço, várias foram as alterações registadas ao nível da carteira de participações sociais detidas directamente pelo Estado, alterações que podemos enquadrar ora no processo de privatizações em curso, ora em diversos processos de reestruturação do sector, ao que acrescem os processos individuais de criação ou extinção de empresas específicas.

2.2. Processo de Privatizações

Com a revisão constitucional de 1982 e com a alteração da Lei de Delimitação dos Sectores² através do DL n.º 406/83, de 19 de Novembro, deram-se os primeiros passos no sentido da abertura à iniciativa privada de investimentos em sectores como o bancário, segurador, adubeiro e cimenteiro. A Lei n.º 84/88, de 20 de Julho, viria possibilitar a transformação das empresas públicas, ainda que nacionalizadas, mediante decreto-lei, em sociedades de capitais públicos ou de maioria de capitais públicos, devendo, contudo, o Estado manter o controlo absoluto da empresa. Foi com este enquadramento que se iniciaram as primeiras privatizações no ano de 1989 (UNICER, Banco Totta & Açores, Aliança e Tranquilidade).

Seria com a revisão constitucional de 1989 que veio a ser derogado o princípio da irreversibilidade das nacionalizações previsto na Constituição até aí vigente. No ano de 1990 foi criado o enquadramento legal para a devolução ao sector privado das empresas nacionalizadas, tendo sido aprovada a Lei Quadro das Privatizações (Lei n.º 11/90, de 5 de Abril). Ao completar o enquadramento regulamentar básico que possibilitaria a privatização integral das empresas do Estado, a Lei n.º 11/90, de 5 de Abril, instituiu um conjunto de objectivos a serem visados com as privatizações:

- i) aumentar a competitividade das unidades económicas e contribuir para as estratégias de reestruturação sectorial e empresarial;
- ii) reforçar a capacidade empresarial nacional;

² Lei n.º 46/77, de 8 de Julho

- iii) promover a redução do peso do Estado na economia;
- iv) disseminar o capital das empresas;
- v) promover a redução da dívida pública.

Actividades económicas diversas foram sendo sucessivamente abertas à iniciativa privada, no âmbito da alteração da Lei de Delimitação dos Sectores. Esta viria a ser revogada em 1997, pela Lei n.º 88-A/97, de 25 de Julho, a qual passou a regular o acesso da iniciativa privada a determinadas actividades económicas.

Criadas as condições regulamentares, o final da década de oitenta marca, pois, o início do processo de privatizações e desde então, um longo caminho tem sido percorrido na implementação desta reforma.

2.2.1. Programas de privatização entre 1996/2001

2.2.1.1. Programa para o biénio 1996/97

O programa de privatizações para o biénio 1996/97 foi aprovado pelo Governo através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 21/96, de 5 de Março, proporcionando assim, um quadro de referência importante.

Cumprindo o Programa do Governo e respeitando a legislação vigente, em particular a Constituição e a Lei n.º 11/90, de 5 de Abril, pretendia-se com a concretização do programa de privatizações atingir como principais objectivos: promover o reforço da competitividade da economia portuguesa, fortalecimento e consolidação dos centros de decisão privados de base nacional e promover a redução do peso da dívida pública

Em matéria de calendarização das privatizações o programa anunciava como princípio fundamental que as operações deveriam ser concretizadas ao ritmo que melhor compatibilizasse os interesses do Estado com a capacidade de absorção dos mercados de capitais nacionais e internacionais. Assim, nos termos do programa, a determinação do momento adequado à alienação de cada uma das participações do Estado deveria fazer-se atendendo aos ciclos económicos dos diversos sectores de actividade, bem como à conjuntura dos mercados financeiros nacionais e internacionais, com vista à maximização do valor da participação accionista a alienar, pelo que as decisões necessárias deveriam ser tomadas pelo Governo nos momentos e pelas formas mais oportunas e convenientes.

A referida Resolução do Conselho de Ministros definia, contudo, a título indicativo o seguinte calendário das principais operações de privatização previstas:

PROGRAMA DE PRIVATIZAÇÕES - 1996/1997	
RCM nº 21/96	
1) Sector financeiro	
BFE - Banco de Fomento e Exterior, SA	
BBI - Banco Borges e Irmão. SA	
BTA - Banco Totta & Açores.SA	1996
2) Outros sectores	
ANA Aeroportos e Navegação Aérea. EP	1996/1997
ANAM -Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira. SA	
BRISA - Auto-Estradas de Portugal. SA	1997
CIMPOR - Cimentos de Portugal. SA	1996
CNP - Comp.Ncional de Petroquímica. SA	1996
CL - Companhia das Lezírias. SA	1996/1997
DRAGAPOR - Dragagens de Portugal.SA	1996
EDP - Electricidade de Portugal. SA	1996/1997
CPPE - Comp. Port. Prod. Electr.SA	
EN - Electricidade do Norte. SA	
CENEL - Electricidade do Centro. SA	
LTE - Electricidade de Lisboa e Vale do Tejo. SA	
SLE - Electricidade do Sul. SA	
REN - Rede Eléctrica Nacional. SA	
ENVC - Estaleiros Navais de Viana do Castelo. SA	1996/1997
PEC - Produtos Pecuários e Alimentação,SA	1996/1997
PEC - Produtos Pecuários de Portugal. SGPS. SA	1996/1997
PEC- Nordeste. SA	
PEC - Lusa. SA	
PEC -Tejo. SA	
PEC-BAL.SA	
PETROGAL Petroleos de Portugal. SA	1997
PORTUCEL - Emp. Celulose Papel de Portugal. SGPS. SA	1997
PI - Portucel Industrial. SA	
Portucel Florestal. SA	
Portucel Tejo. SA	
GESCARTÃO. SGPS.SA	
Portucel Viana. SA	
Portucel Recicla. SA	
Portucel Embalagem. SA	
Companhia do Papel do Prado. SA	
FAPAJAL. SA	
INAPA. SA	
PT Portugal Telecom. SA	1996/1997
QUIMIGAL - Quimica de Portugal. SA	1996/1997
Anilina de Portugal. SA	
Quimigal Adubos. SA	
ATM. SA	
AQUATRO. SA	
ATLANTPORT. SA	
CUFTRANS. SA	
ECE. SA	
FISIPE. SA	
QUIMIPARQUE. SA	
SETENAVE - Estaleiros Navais de Setúbal.SA	1996
SN - Siderurgia Nacional. SGPS. SA	1996/1997
SN - Empresa de Serviços. SA	
Tabaqueira Empresa Ind. de Tabacos. SA	1996

Com o cumprimento deste programa de privatizações previam-se receitas da ordem dos 1895,4 milhões de euros, a aplicar parte na reestruturação financeira das empresas de capital público e fundamentalmente na amortização da dívida pública. Não adiantando um encaixe previsível para o ano de 1997, foi, contudo, previsto em sede do Orçamento de Estado que, caso o mercado de capitais e as taxas de juro evoluíssem de acordo com as previsões, o encaixe das privatizações deveria dotar o FRDP (Fundo de Regularização de Dívida Pública) com uma verba de 2045 milhões de euros.

2.2.1.2. Programa para o biénio 1998/99

O programa de privatizações para o biénio 1998/1999 foi aprovado pelo Governo através da RCM nº 65/97, de 21 de Abril. Os princípios, critérios e objectivos fixados para nortear a actuação do Governo relativamente a este programa eram basicamente os mesmos que haviam sido definidos para 1996/97.

Em termos do universo das empresas privatizáveis, foi decidido que todas as empresas incluídas no programa de privatizações 1996-1997, relativamente às quais, por razões de conveniência e oportunidade, não se tivessem concretizado as operações de privatização até ao final de 1997, manteriam o carácter de empresas “privatizáveis”, podendo, por isso, ser objecto de privatização em 1998 ou 1999.

O Programa definiu que a fixação da data de privatização devia ser a que melhor coadunasse os interesses accionistas e patrimoniais do Estado, mesmo depois de concluídas as operações de reestruturação, regulação e regulamentação eventualmente a efectuar, não deixando de ponderar factores tão importantes como o ciclo conjuntural nacional e internacional do negócio da empresa, a conjuntura do mercado de capitais e a data de operações concorrentes a realizar noutros países, quando as vendas tivessem amplitude internacional.

Embora reconhecendo que estes factores condicionam de forma imprevisível o valor das empresas, e consequentemente, o encaixe global das operações de privatização, foi contudo estimada uma receita anual média da ordem dos 1995,2 milhões de euros.

As principais intervenções ao nível das privatizações previstas para os dois anos do Programa foram as que se enunciam a seguir:

PROGRAMA DE PRIVATIZAÇÕES - 1998/1999 RCM n.º 65/97	Ano
ANA - Aeroportos e Navegação Aérea, EP	1998
BRISA - Auto-Estradas de Portugal, SA (2ª fase)	1999
CIMPOR - Cimentos de Portugal, SA (3ª fase)	1998
CL - Companhia das Lezírias, SA	1998
DRAGAPOR - Dragagens de Portugal, SA	1998
EDP - Electricidade de Portugal, SA (2ª fase)	1999
ENVC - Estaleiros Navais de Viana do Castelo, SA	1998/1999
EPAC - Empresa Agro-Alimentação e Cereais, SA	1998/1999
GDP - Gás de Portugal (SGPS), SA	1998/1999
PEC - Produtos Pecuários de Portugal, SGPS, SA	1998/1999
PETROGAL - Petroleos de Portugal, SA (última fase)	1998
PORTUCEL - Emp. Celulose Papel de Portugal, SGPS, SA	1998
PI - Portucel Industrial, SA	
Portucel Florestal, SA	
Portucel Tejo, SA	
GESCARTÃO, SGPS, SA	
Portucel Viana, SA	
Portucel Recicla, SA	
Portucel Embalagem, SA	
SILOPOR - Empresa de Silos Portuários, SA	1998
SN - Empresa de Serviços, SA	1998
Tabaqueira Empresa Ind, de Tabacos, SA (2ª e 3ª fases)	1999
TAP - Transportadora Aérea Portuguesa, SA	1998-1999
TERTIR - Terminais de Portugal, SA	1998

2.2.1.3. Programa para o biénio 2000/2001

No sentido de continuar a dar execução ao Programa do Governo em matéria de privatizações e de proporcionar um quadro de referência para a actuação dos agentes económicos e para a estabilidade dos mercados, aprovou o Governo, através da RCM n.º. 71/2000, de 1 de Julho, o programa de privatizações para o biénio 2000-2001, na mesma linha de actuação dos anteriores programas.

A referida Resolução do Conselho de Ministros definia o seguinte calendário indicativo para as principais operações de privatização:

PROGRAMA DE PRIVATIZAÇÕES RCM nº 71/2000	
ANA - Aeroportos e Navegação, EP	2001-2003
BRISA - Auto-Estradas de Portugal, SA (4ª fase)	2001
CIMPOR - Cimentos de Portugal, SA (4ª fase)	2000-2001
EDP - Electricidade de Portugal, SA (4ª fase)	2000
GALP - Petróleos e Gás de Portugal, SGPS, SA	2002
PAPERCEL - Celulose e Papel de Portugal, SA	
Portucel Industrial, SA	2000-20001
SOPORCEL, SA	2000-20001
Portucel Telecom, SA (5ª fase)	2000-2002
TAP - Transportadora Aérea Portuguesa, SA	2001

Uma receita anual média de 1995,2 milhões de euros foi estimada para o biénio Junho 2000- Junho 2002.

2.2.2. Operações de privatização realizadas no período 1996-2001

De acordo com o quadro a seguir indicado, desde 1996 concretizaram-se 37 operações de privatização, envolvendo directamente um total de 20 empresas, distribuídas por sectores de actividade económica variados – petroquímica, banca, telecomunicações, indústria química, cimentos, tabaco, construção e reparação naval, indústria agro-alimentar, siderurgia, papel e pasta de papel.

Obtendo um encaixe de 15.919,8 milhões de euros no período considerado nesta análise, foram largamente excedidos os valores previstos nos Programas de Privatização e nos Relatórios do Orçamento de Estado. O mesmo encaixe poderá ainda ser comparado com o encaixe realizado no período 1989/95, i.e., 6.827,3 milhões de euros, correspondentes na sua grande generalidade às operações de privatização do sector bancário e segurador. O encaixe total obtido no período 1996-2001 é revelador não só da decisão política de intensificação das operações de privatização como uma das principais transformações estruturais da economia portuguesa, mas ainda da excelente capacidade de absorção dos mercados financeiros nacional e internacional.

As estimativas de encaixe do Programa de Privatizações para 1996 eram de 1.895,4 milhões de euros, tendo esse valor sido largamente ultrapassado, fixando-se em 2.362 milhões de euros, o que representa cerca de 25% mais que o previsto. Estes resultados poderão ser explicados pela evolução positiva

do mercado de capitais e ainda pela concorrência que foi possível estabelecer nos concursos de privatização do BFE e da Tabaqueira. Em 1997, o encaixe previsto de 2045 milhões de euros foi ultrapassado em 112%, facto a que não é estranho, novamente, a evolução mais positiva do que a esperada das cotações em bolsa.

Em 1998, o encaixe previsto era de 1.995,6 milhões de contos, sendo o realizado de 3.856,3 milhões de euros. Uma oportuna calendarização das operações de privatização da EDP e da CIMPOR, colocando as acções no mercado ainda numa fase de comportamento positivo do índice de acções, explica grandemente os resultados obtidos. Quanto à BRISA, embora a sua operação de privatização tenha ocorrido numa fase já de alguma instabilidade dos mercados, as características específicas desta empresa contribuíram ainda para uma elevada procura.

Apesar do sucesso das fases de privatização de duas das maiores empresas (BRISA e Portugal Telecom) o encaixe total realizado no ano de 1999 (cerca de 1.608,6 milhões de euros) ficou aquém do estimado. A este facto não será certamente alheio a inversão nos primeiros meses do ano da dinâmica verificada em anos anteriores no mercado de capitais. A criação do euro em Janeiro de 1999 e o subsequente processo de integração e globalização dos mercados financeiros deu origem a um desvio das aplicações a favor doutras bolsas europeias.

No ano de 2000, aproveitando ainda a recta final duma conjuntura favorável vivida a nível dos mercados de capitais, realizou-se um encaixe de 3.204,2 milhões de euros, resultante fundamentalmente das operações de privatização da PT, EDP e GALP, o qual ultrapassou as expectativas em 60%.

Já o ano de 2001, marcado por uma conjuntura altamente desfavorável para o mercado de capitais nacional, contagiado pelas principais praças internacionais, levou a que o Estado, numa tentativa de preservação dos interesses patrimoniais e ainda com o intuito de revitalizar o segmento de pequenos accionistas, optasse pela realização de duas operações de privatização muito específicas: OPV da BRISA e venda directa da *golden-share* do Estado na CIMPOR.

Operações de privatização realizadas 1996/2001

Operações de privatização	Data	Modalidade	%capital privat	Encaixe Total 10 ⁶ euros
1996				
Companhia Nacional de Petroquímica - 1ª fase	24.04.96	V+D	99,0	63,2
Portugal Telecom - 2ª fase	11.06.96	OPV+OI	21,8	730,2
Banco de Fomento e Exterior - 2ª fase	28.08.96	CP	65,0	678,3
Cimpor - 2ª fase	15.10.96	OPV+OI	45,0	576,3
Companhia Nacional de Petroquímica - 2ª fase	18.10.96	OPV	1,0	0,6
Banco Totta & Açores - 3ª fase	19.11.96	OPV+OI	13,3	102,3
Tabaqueira - 1ª fase	19.12.96	CP	65,0	165,4
Agroquisa - Agroquímicos	23.12.96	OPV		0,2
Banco Comercial dos Açores 1ª fase	02.07.96	CP		41,2
Banco Comercial dos Açores 2ª fase	09.12.96	OPV		4,6
Total 1996				2.362,0
1997				
BFE - 3ª fase	07.02.97	OPV	3,5	28,1
EDP - 1ª fase	16.06.97	OPV+OI	29,6	1.952,7
SN -Longos - 2ª fase	04.08.97	OPV	2,3	2,3
Lusosider - 2ª fase	23.07.97	OPV	0,3	2,9
Quimigal - 1ª fase	29.08.97	CP	90,0	40,6
Portugal Telecom - 3ª fase	09.10.97	OPV+OI+VDE	26,0	1.824,0
BRISA - 1ª fase	21.11.97	OPV+OI	35,0	489,8
Total 1997				4.340,5
1998				
Cimpor -3ª fase	18.05.98	OPV+OI	24,5	654,9
EDP - 2ª fase	09.06.98	VDE	2,3	289,6
EDP - 3ª fase	29.06.98	OPV+OI	16,9	2.147,3
BRISA 2ª fase	09.11.98	OPV+OI	30,6	750,2
Quimigal - 2ª fase	31.07.98	OPV+OI	10	4,4
Setenave	22.04.98	VD	94,97	10,0
Total 1998				3.856,3
1999				
Carbolis	03.03.99	CP	100	3
Soporcel	19.01.99	OPV+OI	10,4	55,0
Tabaqueira - 2ª fase	24.09.99	VD	25	70,0
Companhia de Papel do Prado - 1ª fase	20.05.99	CP	95	30,7
Brisa - 3ª fase	24.05.99	OPV+OI	19,3	498,1
Fapajal	28.06.99	CP	99,27	4,1
Portugal Telecom - 4ª fase	12.07.99	OPV+OI	13,4	947,7
Total 1999				1.608,6
2000				
Dragapor		VD	100	3,1
GALP 2ª fase	13.07.00	VD	15,0	433,6
Tabaqueira - 3ª fase	13.07.00	OPV+VD	10,0	27,7
EDP	23.10.00	OPV+VD	19,43	1779
Portugal Telecom - 5ª fase *	04.12.00	OPV+VD	8,7	960,8
Total 2000				3204,2
2001				
BRISA - 4ª fase	16.07.01	OPV+VD	4,76	137,1
CIMPOR - 4ª fase	30.07.01	CP	10,05	410,1
Total 2001				547,2
Total 1996-2001				15.918,8

* Inclui o encaixe da venda de ações da PT detidas pela CGD, no valor de 294,867,275 euros

** OPV(Oferta Pública de Venda);OI(Oferta investidores institucionais);CP(Conc. Público);VDE(Venda Directa Parceiros estratégicos)VD(Venda Directa)

No caso da BRISA, cujos títulos são reconhecidamente estáveis e possuidores de uma rendibilidade atractiva, houve forte interesse a nível dos pequenos subscritores e público em geral (84% dos títulos privatizados), contribuindo assim para manter a liquidez do mercado. A venda directa da *golden-share* da CIMPOR, traduzindo-se na devolução integral à iniciativa privada da gestão dum exemplo de sucesso da internacionalização da economia portuguesa, cumpre um dos objectivos programáticos do programa – consolidação dos centros de decisão privados de base nacional, sem prejuízo dos interesses patrimoniais do Estado.

Apesar da conjuntura internacional, verifica-se que os objectivos propostos foram na generalidade já praticamente atingidos, tendo sido realizadas a maior parte das operações previstas para 2000 e 2001, geradoras dum encaixe total de 3.751,4 milhões de euros.

As operações não realizadas encontram-se dependentes da consolidação de processos de reestruturação sectorial – sector da pasta de papel- ou foram adiadas por manifesta alteração dos pressupostos de base, caso da TAP.

2.2.3. Aplicação das receitas de privatizações

No período 1996-2001 foram arrecadadas pelo Estado (FRDP), segundo o quadro a seguir indicado, receitas de privatização num total de 12.785 milhões de euros .

De acordo com a legislação em vigor³, as receitas de privatização podem destinar-se à amortização da dívida pública ou a novas aplicações de capital no sector produtivo (até ao limite máximo de 60%).

³ Lei Quadro das Privatizações, Decreto-Lei nº 453/88, de 13 de Dezembro e RCM nº 55/93, de 22 de Julho

(em milhões euros)

FRDP - PRIVATIZAÇÕES	1996	1997	1998	1999	2000	2001	TOTAL
1.) Receitas do Estado (FRDP)	1901	4120	2556	1480	2313	415	12785
2.) Saldo transitado do ano anterior	19	146	22	112	542	752	
3.) Amortização da dívida	1457	3167	1443	627	735	281	7710
3.1.) Saldo aplicar exerc seguinte p/ cump. limite legal de 40%					194	235	
4.) Aplic. capital sector produtivo	342,3	1054,8	1025,0	430,3	1382,0	596,1	4830,7
4.1.) Aumentos de capital	342,3	1054,8	922,6	430,1	895,2	595,4	4240,6
APL.S.A.			15,0				15,0
ANAM	1,0	2,3	2,5				5,8
CGD			108,9				108,9
CARRIS		67,3	69,8		56,9	20,0	214,0
CP	124,7	301,7		149,6	349,2	99,8	1025,0
CTT			149,6		59,3		209,0
DOCAPESCA			7,5				7,5
DRAGAPOR				15,6			15,6
EDAB (Emp.Desp.Aerop.Beja)						0,1	0,1
EDIA	13,6	22,9	29,9	24,9	65,8	67,7	225,0
EDM			13,9				13,9
EMPORDEF		15,0	18,6				33,6
ENVC			30,5		9,7		40,3
FIEP - GRUPO CGD		39,9					39,9
FRME			44,9				44,9
FRMERMI			15,0				15,0
GALP				90,8			90,8
GESTNAVE		109,7	74,8	70,3	65,8	29,4	350,1
INDEP	3,5						3,5
JAE		42,1	34,9				77,1
METRO (Lisboa)	124,7	274,3	154,6		20,0	49,9	623,5
METRO (Porto)				0,3			0,3
NAER			0,2		0,2	0,6	1,1
NLP (Ag.Not Portugal)		2,3					2,3
P, EXPO			65,8	68,8	74,8	74,8	284,3
PORTUGAL GLOBAL,S,A,					78,1	48,3	126,4
RAVE - Rede Alta Veloc.S,A,						1,5	1,5
RDP						4,5	4,5
REFER		62,3	49,9		49,9	94,3	256,4
CGD						40,0	40,0
RTP	49,9	69,8				5,5	125,2
PORTUGAL 2001				5,0	10,0		15,0
PORTO 2001				4,7	10,0	21,6	36,3
STCP	15,0	24,9	20,9		26,4		87,3
TAP					11,5		11,5
TRANSTEJO	10,0	20,0	11,5		5,0	10,0	56,4
URBINDUSTRIA			3,7				3,7
POLIS (Total)					2,5	27,4	30,0
4.2.) Empréstimos concedidos			102,3				102,3
RTP			99,8				99,8
4.3.) Aquisições de acções:			0,1	0,2	486,8	0,7	487,8
REN - Rede Elect Nac.S.A.					486,8		486,8
LISNAVE						0,1	0,1

* Inclui 8,5 milhões de euros de anulação de dívida em 1996.

** Os saldos indicados no ponto 3.1., a serem aplicados no exercício seguinte para cumprimento do limite legal (artº 3º do DL nº 453/88, de 13/12), surgem na sequência do facto das receitas de privatização terem dado entrada no FRDP nos últimos meses dos anos 2000 e 2001.

2.2.3.1. Amortização da dívida pública

As receitas de privatização afectas directamente à amortização de dívida pública atingem, no período de 1996 a 2001, cerca de 8.139 milhões de euros.⁴, incluindo os saldos do ano 2000 e 2001 a aplicar no exercício seguinte.

É significativo o contributo que as privatizações têm vindo a dar à redução da dívida pública, como se pode constatar no quadro seguinte:

Aplicação das receitas de privatização na amortização da dívida pública

	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Montante (milhões euros)	1457	3167	1443	627	929	516
Em % do PIB	1,68	3,4	1,44	0,58	0,81	0,42
Em % do stock da dívida pública	2,67	5,7	2,6	1,06	1,51	0,75

Obs: Os montantes referentes a 2000 e 2001 incluem os saldos referidos no ponto 3.1. do quadro anterior consignados ao cumprimento do limite legal dos 40%.

Aliás, o ano de 1997 foi particularmente importante nesta matéria, tendo sido possível reduzir 5,7 por cento da dívida pública existente, representando um esforço de redução da ordem dos 3,4 por cento do PIB.

Além da amortização da dívida pública, verifica-se ainda a utilização de receitas de reestruturação financeira das diversas empresas de capitais públicos, o que se reflecte numa redução das necessidades de financiamento do Estado, beneficiando assim indirectamente a redução da dívida pública.

2.2.3.2. Aplicações no sector produtivo

As receitas de privatização afectas, no período 1996-2001, ao sector produtivo atingem cerca de 4.831 milhões de euros (38% do total de receitas) e foram canalizadas na sua generalidade para aumentos de capital (cerca de 4.241 milhões de euros). O sector que mais beneficiou das receitas de privatização foi o sector dos Transportes (cerca de 47%), sendo de destacar a CP com 51% (1025 milhões de euros). O remanescente foi repartido pelas seguintes

⁴ No período 1989-1995 foram canalizados 2960,4 milhões de euros

empresas: CTT, EDIA, GESTNAVE, REFER, P.EXPO, PORTUGAL GLOBAL e RTP.

2.2.4. Valorização das acções das principais empresas privatizadas

Nesta secção procura-se avaliar sucintamente até que ponto as acções de algumas das principais empresas privatizadas, nos últimos anos, podem ser consideradas, *à posteriori*, como um bom investimento para o público. Nesse sentido, analisa-se a valorização bolsista das acções da EDP, da Brisa, da Portugal Telecom e da Cimpor, desde o momento da privatização da primeira tranche, até Fevereiro de 2002, tendo as respectivas valorizações bolsistas sido comparadas com a evolução do índice bolsista PSI30.⁵ A referida comparação é feita no quadro seguinte, não sendo aí consideradas as eventuais distribuições de dividendos que entretanto possam ter ocorrido.

Índices de valorização acumulada (até Fevereiro de 2002) do PSI30 e das acções de empresas privatizadas data da primeira tranche = 100

		PSI30	PT			PSI30	BRISA
Data das tranches	Jun-95	117,3	187,3	Data das tranches	Nov-97	-0,5	83,4
	Jun-96	81,2	103,6		Nov-98	-25,1	7,9
	Out-97	3,9	15,5		Mai-99	-22,3	16,6
	Jul-99	-18,6	0,4		Jul-01	-5,7	0,0
	Dez-00	-24,2	-14,7				

		PSI30	CIMPOR			PSI30	EDP
Data das tranches	Jul-94	106,6	170,5	Data das tranches	Jun-97	12,7	-30,8
	Out-96	77,7	101,8		Jun-98	-32,9	-47,9
	Mai-98	-37,3	-7,2		Out-00	-28,2	-30,3
	Jul-01	-5,7	-12,7				

Fonte: Dados *Reuteurs*; cálculos DGEP

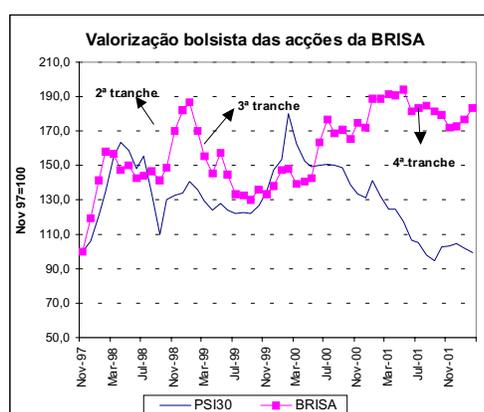
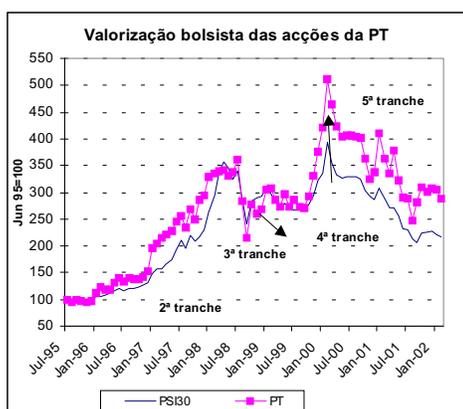
Em termos genéricos, e usando como base de partida o mês em que se efectuou a primeira tranche da privatização, é possível observar que enquanto as acções da Brisa e da PT apresentaram valorizações acumuladas melhores do que o observado para o índice PSI30, na última tranche privatizada, quer a EDP quer a Cimpor ficaram aquém do índice na última colocação no mercado. Com efeito, no caso da EDP e da Cimpor, as valorizações acumuladas a partir da última tranche foram respectivamente de -30,3% e -12,7%.

⁵ Cálculos alternativos foram efectuados com o PSI20, tendo os resultados obtidos sido praticamente iguais.

No caso da PT, o melhor comportamento face ao mercado foi sempre observado ao longo de todas as tranches da privatização, entre 1995 e 2000. O mesmo comportamento de valorizações acima do mercado foi observado para as várias tranches da privatização da Brisa, entre 1997 e 2001.

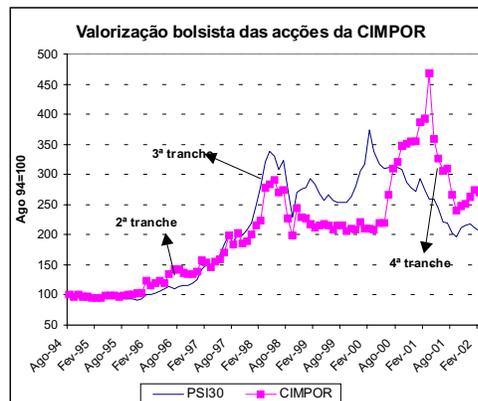
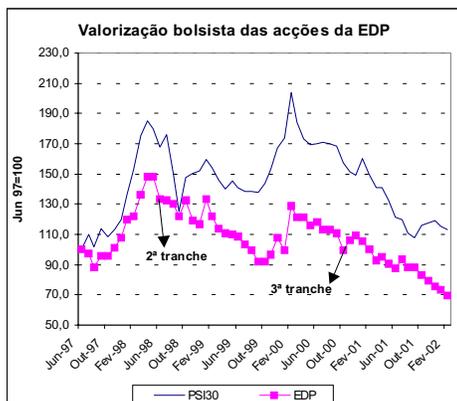
Relativamente à Cimpor, o pior comportamento face ao mercado de capitais nacional apenas se observou na última fase da privatização, em 2001, uma vez que nas outras 3 tranches, entre 1994 e 1998, esta acção teve um comportamento mais atractivo para o potencial investidor do que o índice PSI30. Quanto à EDP, durante as várias fases de privatização, entre 1997 e 2000, as respectivas acções também apresentaram sempre uma valorização acumulada inferior ao índice bolsista do mercado de capitais portugueses.

Importa todavia notar que as várias tranches de privatização ocorreram em momentos cronológicos distintos, quer em termos de desempenho conjuntural da economia quer em termos do mercado de capitais em Portugal. Os gráficos seguintes ilustram precisamente os momentos em que se levaram a cabo as diferentes fases de privatização de cada empresa.



Assim, o mercado de capitais nacional em 2000 e 2001 acompanhou a desaceleração quer da actividade económica em Portugal, com o crescimento económico real estimado de 2% em 2001 (3,1% em 2000), o valor mais baixo desde 1994, quer o pior desempenho do mercado de capitais e da economia norte-americana. Esta evolução em baixa do mercado de capitais nos últimos dois anos contribuiu para impedir maiores valorizações das acções das empresas privatizadas neste período, situação que se pode confirmar no quadro anterior. Esta situação pode também ser observada para as acções da Brisa, um título com bom desempenho nas anteriores fases de privatização. Com efeito,

após a fase de privatização ocorrida em Julho de 2001, as acções da empresa não conseguiram manter, até Fevereiro de 2002, o nível de valorização anteriormente apresentado.



2.2.5. Breve balanço

Considerando os objectivos da Lei Quadro das Privatizações, e dos Programas de Privatização para o período 1996-2001, importa tecer algumas considerações quanto ao seu cumprimento.

2.2.5.1. Redução do peso do Estado na economia

De acordo com os dados disponíveis o processo de privatizações tem sido determinante para a redução significativa do peso do Estado na economia. No final de 1995 o peso do Estado tinha-se reduzido quase a metade do que se verificava em finais da década de oitenta relativamente ao produto (10,9%) e a cerca de quarenta por cento relativamente ao emprego total (3,9%).

No período 1996-2000, assistiu-se a uma redução bastante significativa do Estado na economia como o atesta o seguinte quadro:

	1996	1997	1998	1999	2000
No PIBcf	10,10%	7,70%	7,60%	7,10%	5,10%
No Emprego	3,20%	2,70%	2,70%	2,60%	2,00%

2.2.5.2. Promover a redução do peso da dívida pública

No seguimento do que foi referido no ponto 2.1.4.1., as operações de privatização permitiram aliviar a carga inerente à dívida pública. Assim, de 1996 a 2001, o peso da dívida pública em percentagem do PIB foi:

	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Dívida Pública do SPA em % PIB	62,7	58,9	54,7	54,5	53,7	55,9

2.2.5.3. Modernização das unidades económicas, aumentar a competitividade e contribuir para as estratégias de reestruturação sectorial e empresarial

Objectivos de difícil avaliação, já que se trata de avaliar alterações estruturais no funcionamento das empresas e da economia no seu todo, poder-se-á, no entanto, identificar alguns aspectos determinantes para a modernização e reforço da competitividade das empresas:

- a) Os objectivos de privatização de determinadas empresas implicavam nalguns casos a adopção prévia de processos de reestruturação económica e financeira (Siderurgia Nacional, Quimigal).
- b) De lembrar que a privatização de duas das maiores empresas, EDP e Portugal Telecom, exigiu que estas se preparassem para a concorrência internacional no seio do mercado único. As suas privatizações vieram permitir e estimular o seu posicionamento estratégico no seio de alianças internacionais.

De notar ainda, que, por força da privatização, não só estas empresas, mas ainda a CIMPOR e BRISA, tornaram-se empresas analisadas nos mercados internacionais, potenciando as suas capacidades de financiamento e desenvolvimento.

Finalmente, conforme analisado no ponto 2.2.4., a valorização das cotações em bolsa denota, na generalidade, um aumento do valor das sociedades privatizadas, o que significa que é o próprio mercado quem sanciona em grande medida este objectivo.

Convirá ainda salientar que, parte substancial do encaixe de privatizações é canalizado para a reestruturação e modernização das empresas do SEE que continuam na esfera do Estado, com particular incidência para os sectores dos Transportes e da Gestão de Infraestruturas Públicas (caso da REFER).

2.2.5.4. Ampla participação das entidades portuguesas na titularidade do capital das empresas

Das operações concretizadas desde 1996, somente no caso da Tabaqueira, dadas as suas características específicas, não foi conservado o controlo da empresa em mãos nacionais.

2.2.5.5. Desenvolvimento do mercado de capitais

É inequívoco que a execução dos Programas de Privatização no período 1996/20001 contribuiu decisivamente para o desenvolvimento do mercado de capitais. De referir que a capitalização bolsista accionista da BVL no final de 2001 era de 96,178 milhões de euros, contra 12,792 milhões de euros de capitalização bolsista accionista em 1995.

Em termos de percentagem do PIB, o peso da capitalização bolsista atingiu 78% no final de 2001, já passível de permitir comparação com a média dos países da UE.

Ainda em termos de volume de transacções as diferenças são consideráveis: 30,7 milhões de euros de acções transaccionadas nas sessões normais de bolsa em 2001, contra 3,1 milhões de euros nos finais de 1995.

As privatizações contribuíram inequivocamente para o desenvolvimento do mercado de capitais português, não só pelo conjunto de acções que passaram a estar cotadas (oferta), como pela enorme aderência dos pequenos investidores nacionais e investidores institucionais estrangeiros atraídos pelo mercado português de privatizações (procura).

2.3. Reestruturação, criação e extinção de empresas

2.3.1. Processos de Reestruturação

No período 1996 – 2001 verificaram-se vários processos de reestruturação ao nível do Sector Empresarial do Estado, os quais se prenderam com a criação de *holdings* sectoriais ou instrumentais, o reforço das já existentes, a cisão e criação de empresas [geralmente em torno da gestão de bens do domínio público] e o desenvolvimento de estratégias sectoriais [caso da celulose].

Criação de novas holdings

Associada a estratégias, de cariz sectorial ou instrumental, de gestão das participações empresariais detidas directamente – através da Direcção-Geral do Tesouro – pelo Estado, assistiu-se à criação de quatro novas *holdings*: a EMPORDEF, a Portugal Global, a GALP e a PARPÚBLICA [substituindo a anterior *holding* PARTEST].

A EMPORDEF – Empresa Portuguesa de Defesa (SGPS), SA, *holding* – centro de decisão estratégico – do sector das indústrias de defesa, foi criada em 1997 [Decreto-Lei n.º 235-B/96, de 12 de Dezembro], com um capital social de 22.300.000.000\$00, englobando, inicialmente, as participações nas OGMA – Indústria Aeronáutica de Portugal, SA e na INDEP – Indústrias e Participações de Defesa, SA, cujos títulos corresponderam à realização inicial de capital.

A Portugal Global, *holding* do sector da comunicação social, foi criada em 2000 [Decreto-Lei n.º 82/2000, de 11 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 2/02, de 4 de Junho], com um capital social no valor de 175.000.000 euros, incorporando – como realização parcial em espécie do respectivo capital social – as participações do Estado na RTP – Radiotelevisão Portuguesa, SA [100%], na RDP – Radiodifusão Portuguesa, SA [100%] e na Lusa – Agência de Notícias de Portugal, SA [97,27%]⁶. Das respectivas incumbências imediatas consta a elaboração e a coordenação de planos de reestruturação e de saneamento financeiro das empresas do sector que de tal necessitem, principalmente da RTP. Cumpre-lhe ainda a promoção, de forma coordenada, do máximo aproveitamento das sinergias do grupo e a definição e concretização de estratégias de actuação e de posicionamento no mercado.

No sector dos combustíveis, registo para a criação da GALP – Petróleos e Gás de Portugal, SGPS, SA [Decreto-Lei n.º 137-A/99, de 22 de Abril], com um capital social de 411.346.155 euros integralmente realizado pela transferência da totalidade da participação directa do Estado na PETROGAL – Petróleos de Portugal, SA, na GDP – Gás de Portugal, SGPS, SA, e na TRANSGÁS – Sociedade Portuguesa de Gás Natural, SA. Esta *holding* foi, em 2000, como referido em capítulo precedente, alvo de privatização parcial.

⁶ A Lusa – Agência de Notícias de Portugal, SA havia sido criada, em 1997, por transformação, e conseqüente extinção, da anterior cooperativa homónima.

A PARPÚBLICA – Participações Públicas (SGPS), SA, foi criada por reestruturação da anterior PARTEST – Participações do Estado (SGPS), SA [Decreto-Lei n.º 209/2000, de 2 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 312/00, de 2 de Dezembro], como entidade gestora das participações sociais públicas que integrem o respectivo património, bem como, através de empresas participadas de objecto especializado, do património imobiliário que lhe seja afecto.

Neste contexto, o respectivo capital social foi elevado para 2.000.000.000 euros, sendo o aumento parcialmente [388.128.555 euros] realizado pelas participações sociais detidas directamente pelo Estado constantes do quadro seguinte.

Empresa	Acções (% do Capital Social)
Imprensa Nacional – Casa da Moeda, SA ⁷	100%
BRISA – Auto-Estradas de Portugal, SA	4,3226%
CIMPOR – Cimentos de Portugal (SGPS), SA	1%
ENVC – Sociedade Imobiliária, SA	99,8%
INTERHOTEL – Sociedade Internacional de Hotéis, SA	19,9%
ISOTAL- Imobiliária do Sotavento do Algarve, SA	31%
MARGUEIRA – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA	51%
Salvador Caetano – Comércio de Automóveis, SA	0,75%
SALVOR – Sociedade de Investimentos Hoteleiros, SA	3,84%
TERTIR – Terminais de Portugal, SA	23,2%
URBINDÚSTRIA – Sociedade de Urbanização e Infraestruturação de Imóveis, SA	100%
EDP – Electricidade de Portugal, SA	1,4%

Reforço do IPE

A *holding* IPE – Investimentos e Participações do Estado, SA, foi, neste período alvo de reforço das suas participações por transição da titularidade de participações anteriormente na posse directa do Estado, conforma lista seguinte.

- Confranpor [por alienação; 1997]
- EMPORDEF [por alienação de 1% do capital; 1997]
- Companhia das Lezírias [realização do aumento de capital; 2001]

⁷ Transformada em sociedade anónima pelo Decreto-Lei n.º 170/99, de 19 de Maio.

- ENATUR [realização do aumento de capital; 2001]
- FIEP [realização do aumento de capital; 2001]

Sector Ferroviário

No sector ferroviário, registo para a criação, em 1997 [Decreto-Lei n.º 104/97, de 29 de Abril], da REFER – Rede Ferroviária Nacional, EP, com o objectivo de gerir a infraestrutura ferroviária nacional, desta forma autonomizada da CP – Caminhos de Ferro Portugueses, EP, tendo como incumbências garantir a instalação, desenvolvimento e manutenção das infraestruturas ferroviárias, bem como gerir os sistemas de comando e controlo da circulação.

Esta reestruturação do sector resulta da adaptação do caminho de ferro às exigências do Mercado Único, designadamente em termos de eficácia, pela separação entre a gestão da infra-estrutura ferroviária e a exploração dos serviços de transporte ferroviário [da competência da CP e da FERTAGUS], ficando a regulação do sector cometida ao Instituto Nacional do Transporte Ferroviário.

Sector Aeroportuário e de Navegação Aérea

Em Dezembro de 1998 [Decreto-Lei n.º 404/98, de 18 de Dezembro], a Empresa Pública Aeroportos e Navegação Aérea, ANA, EP, cindiu-se, de acordo com as duas áreas de negócio que abrangia, em duas novas empresas, a ANA – Aeroportos de Portugal, SA, responsável pela gestão das infraestruturas aeroportuárias, que sucedeu automaticamente à precedente a 17 de Janeiro de 1999, e a, então criada, Empresa Pública de Navegação Aérea – NAV, EP, responsável pela orientação e controlo do tráfego aéreo nas Regiões de Informação de Voo sob responsabilidade portuguesa.

Sector Eléctrico

No sector eléctrico, a REN – Rede Eléctrica Nacional, SA, concessionária do serviço público de gestão global do Sistema Eléctrico Público e de exploração da Rede Nacional de Transporte, embora criada em 1994, ascendeu ao universo das participações empresariais directas do Estado em 2000, por aquisição – aquando da respectiva autonomização face à EDP [Decreto-Lei n.º 198/2000, de 24 de Agosto] – de 70% do respectivo capital social, no quadro da privatização da EDP- Electricidade de Portugal, SA.

Grupo Caixa Geral de Depósitos

Neste período, o Grupo Caixa Geral de Depósitos consolidou-se como o grupo financeiro do Estado, tendo o respectivo capital social sido aumentado em quatro operações, ocorridas nos anos de 1998 [realizado com títulos da Portugal Telecom e verbas do Fundo de Regularização da Dívida Pública], 1999 [realizado com títulos da GALP (SGPS)], 2000 [realizado com títulos do IPE e da Portugal Telecom] e 2001 [realizado com títulos da REN e verbas do Fundo de Regularização da Dívida Pública].

Registo ainda para a alienação, ao Grupo Caixa, das acções do Banco Nacional Ultramarino remanescentes na posse directa do estado, ocorrida em 2001, ano em que ocorreu a fusão, por incorporação, deste banco na Caixa Geral de Depósitos.

2.3.2. Novas Empresas no Sector Empresarial do Estado

Entre 1996 e 2001, para além da criação de empresas no âmbito dos processos de reestruturação citados, o universo das empresas detidas directamente pelo Estado registou o surgimento de cerca de sete dezenas de empresas.

De acordo com os princípios e objectivos na respectiva génese, podemos classificar em 4 grupos a generalidade, e principal parte, das novas empresas: empresas criadas por transformação de administrações portuárias, empresas criadas para a gestão de programas e para o desenvolvimento de projectos e empresas recebidas por dação em pagamento.

Empresas criadas por transformação de administrações portuárias

Neste grupo enquadram-se as sociedades anónimas criadas, em 1998, pela empresarialização das anteriores administrações portuárias, conforme consta da lista seguinte.

- APA – Administração do Porto de Aveiro, SA [Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de Novembro]
- APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, SA [Decreto-Lei n.º 335/98, de 3 de Novembro]
- APL – Administração do Porto de Lisboa, SA [Decreto-Lei n.º 336/98, de 3 de Novembro]

- APS – Administração do Porto de Sines, SA [Decreto-Lei n.º 337/98, de 3 de Novembro)
- APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA [Decreto-Lei n.º 338/98, de 3 de Novembro)

Empresas criadas para a gestão de programas e para o desenvolvimento de projectos

Neste grupo enquadram-se as 22 sociedades criadas, entre 2000 e Março de 2002, para a gestão do programa específico de cada uma das cidades abrangidas pelo Programa POLIS, conforme lista abaixo.

- AveiroPolis – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Aveiro, SA [Decreto-Lei n.º 152/01, de 7 de Maio)
- BejaPolis – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Beja, SA [Decreto-Lei n.º 261/00, de 17 de Outubro)
- BragançaPolis – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Bragança, SA (Decreto-Lei n.º 275/00, de 9 de Novembro)
- CacémPolis – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis no Cacém, SA (Decreto-Lei n.º 43/01, de 9 de Fevereiro)
- ChavesPolis – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Chaves, SA (Decreto-Lei n.º 70/02, de 25 de Março)
- CoimbraPolis – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Coimbra, SA (Decreto-Lei n.º 94/01, de 23 de Março)
- CostaPolis – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis na Costa da Caparica, SA (Decreto-Lei n.º 229/01, de 20 de Agosto)
- GaiaPolis – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Gaia, SA (Decreto-Lei n.º 70/01, de 24 de Fevereiro)
- LeiriaPolis – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Leiria, SA (Decreto-Lei n.º 308/00, de 28 de Novembro)
- PolisAlbufeira – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, SA (Decreto-Lei n.º 36/01, de 8 de Fevereiro)
- PolisCastelo Branco – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Castelo Branco, SA (Decreto-Lei n.º 305/00, de 24 de Novembro)

- PolisCovilhã – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis na Covilhã, SA (Decreto-Lei n.º 185/01, de 21 de Junho)
- PolisGuarda – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis na Guarda, SA (Decreto-Lei n.º 137/01, de 8 de Fevereiro)
- PolisMatosinhos – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Matosinhos, SA (Decreto-Lei n.º 303/00, de 21 de Novembro)
- PolisVila do Conde – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Vila Conde, SA (Decreto-Lei n.º 307/00, de 28 de Novembro)
- PolisVila Real – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Vila Real, SA (Decreto-Lei n.º 265/00, de 18 de Outubro)
- PortalegrePolis – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Portalegre, SA (Decreto-Lei n.º 71/02, de 25 de Março)
- SetúbalPolis – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Setúbal, SA (Decreto-Lei n.º 317/01, de 10 de Dezembro)
- SilvesPolis – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Silves, SA (Decreto-Lei n.º 72/02, de 25 de Março)
- TomarPolis – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Tomar, SA (Decreto-Lei n.º 77/02, de 26 de Março)
- VianaPolis – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Viana do Castelo, SA (Decreto-Lei n.º 186/00, de 11 de Agosto)
- ViseuPolis – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Viseu, SA (Decreto-Lei n.º 227/00, de 9 de Setembro)

Enquadram-se, igualmente, neste grupo as seguintes sociedades, criadas para efeitos de desenvolvimento de estudos e/ou projectos de desenvolvimento, de construção e de gestão de infraestruturas.

- NAER – Novo Aeroporto, SA
Criada em 1998 (Decreto-Lei n.º 109/98, de 24 de Abril), com o Estado (10%) e a ANA, EP (90%) como accionistas, sendo seu objecto o desenvolvimento dos trabalhos necessários à preparação e execução das decisões referentes aos processos de planeamento e

lançamento da construção de um novo aeroporto no território de Portugal continental.

- EDAB – Empresa de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja, SA
Criada em 2000 (Decreto-Lei n.º 155/2000, de 22 de Julho), com um capital social de 500.000 euros, com o objecto social de promover a utilização da Base Aérea de Beja para fins civis, ao nível do transporte aéreo e de outras actividades relacionadas com a aviação civil, e da criação das infraestruturas necessárias para essa utilização.
- RAVE – Rede Ferroviária de Alta Velocidade, SA
Criada em 2000 (Decreto-Lei n.º 323-H/2000, de 19 de Dezembro), com um capital social de 2.5000.000 euros, integralmente subscritos e realizados pelo Estado (60%) e pela REFER (40%), e tendo como objecto social o desenvolvimento e coordenação dos trabalhos e estudos necessários para a formação das decisões de planeamento e construção, financiamento e exploração de uma rede ferroviária de alta velocidade a instalar em Portugal continental e da sua ligação com a rede espanhola de igual natureza.
- Portugal 2004, SA
Criada em 2001 (Decreto-Lei n.º 268/2001, de 4 de Outubro), na sequência do destaque de património operado na sociedade EURO 2004, com um capital social de 500.000 euros, subscrito pelo Estado, através do Instituto Nacional do Desporto (95%) e pela Federação Portuguesa de Futebol (5%), sendo o respectivo objecto social o acompanhamento e fiscalização do programa de construção, reconstrução e requalificação dos estádios e o acompanhamento da construção dos equipamentos complementares e de apoio aos jogos do Campeonato da Europa de 2004 e outras infraestruturas nacionais e municipais.

Registo ainda para a criação, neste período, das seguintes sociedades.

- Porto 2001, SA
Criada em 1998 (Decreto-Lei n.º 418-B/98, de 31 de Dezembro), pelo Estado (98,75%) e pelo Município do Porto (1,25%), tendo como objecto social a concepção, planeamento, promoção, execução e exploração de todas as acções que integrem o evento Porto – Capital Europeia da Cultura 2001, ou as que com ela se

relacionam no âmbito da requalificação urbana. Posteriormente (Decreto-Lei n.º 38/2001 de 8 de Fevereiro), a respectiva estrutura accionista seria revista, no âmbito de um aumento de capital para 41.814.996 euros e da respectiva redenominação, cabendo ao Estado 86,92% e ao Município do Porto 13,08%.

- Portugal 2001, SA (inicialmente com a denominação Portugal 2000, SA)
Criada em 1999 (Decreto-Lei n.º 98-A/99, de 26 de Março), tendo por objecto a concepção, preparação, organização e execução da participação oficial de Portugal na exposição Universal de Hannover no ano de 2000.
- COSTAGEST – Empresa de Desenvolvimento da Frente Ribeirinha Norte e Atlântica de Almada, SA
Criada em 1999 (Decreto-Lei n.º 551/99, de 15 de Dezembro), pelo Estado e pela Câmara Municipal de Almada, viu o seu objecto social ser absorvido pela CostaPolis, não tendo desenvolvido actividade.
- EURO 2004
Criada em 2000 (Decreto-Lei n.º 33/2000, de 14 de Março), tendo por objecto a concepção, planeamento, promoção e realização em Portugal da fase final do Campeonato Europeu de Futebol em 2004. Inicialmente, era constituída por um capital social de 500.000 euros sendo seus accionistas – ambos com 50% do capital – Estado, através do Instituto Nacional do Desporto, e a Federação Portuguesa de Futebol. Posteriormente (Decreto-Lei n.º 267/2001, de 4 de Outubro), a par do já referido destaque de património para constituição da Portugal 2004, o respectivo capital social foi redefinido em 5.000.000 euros, sendo a sua nova estrutura accionista composta pela *Union des Associations Européennes de Football* (54,8%), pela Federação Portuguesa de Futebol (40,2%) e, através do Instituto Nacional do Desporto, pelo Estado (5%).

Empresas recebidas por dação em pagamento

Ao abrigo do Plano de Recuperação de Dívidas ao Fisco e à Segurança Social (Decretos-Leis n.º 124/96 e 125/96, de 10 de Agosto), conhecido por Plano Mateus, foram recebidas em dação de pagamentos e conversão de créditos fiscais as 13 empresas de seguida nomeadas.

- FNM – Produtos Alimentares e de Consumo (1998)
- Martins & Rebelo – Indústrias Lácteas e Alimentares (1998)
- Navotel – Empreendimentos Turísticos, SA (1998)
- TÉVIZ – Têxtil de Vizela, SA (1999)
- Autódromo Fernanda Pires da Silva (2000)
- DECOVIZ – Produtos de Decoração, Ld^a (2000)
- GESTÍNSUA – Aquisição e Alienação de Património Imobiliário e Mobiliário (2000)
- Sociedade Têxtil Cuca (2000)
- TEVITOM – Confeccções de Vestuário, Ld^a (2000)
- DILOP – Alimentos do Sul, SA (2001)
- DILOP – Charcutaria, Cozidos e Fumados, SA (2001)
- DILOP – Produtos Alimentares, SA (2001)
- DILOP – Transportes, SA (2000)

Outras empresas criadas, ou surgidas, no Sector Empresarial do Estado

Para além das citadas, outras empresas surgiram no universo das participações directas do Estado, segundo as motivos abaixo discriminados.

Por constituição, segundo processo ou motivo diverso dos acima referidos:

- FIEP – Fundo para a Internacionalização das Empresas Portuguesas (SGPS) (1997)
- Criado com o objecto da prestação de apoio a projectos de internacionalização, com destaque para ‘operações internacionais de liderança empresarial’.
- JAE – Construção, SA (1997)
- Extinta em 1999.
- FRME – Fundo para a Revitalização e Modernização do Tecido Empresarial (SGPS) (1998)
- FRMERMI – Fundo para a Modernização e Reestruturação do Tecido Empresarial em Regiões de Mono Indústria (SGPS) (1998)

Por aquisição, entraram no universo das participações directas do Estado as seguintes sociedades:

- Portugal Frankfurt 97 (aquisição por valor simbólico; 1998)
- SPIDOURO – Sociedade de Promoção de Empresas e Desenvolvimento do Douro e Trás-os-Montes, SA (aquisição ao BPI; 1998)
- Metro do Porto, SA (aquisição à CP e ao Metropolitano de Lisboa; 1999)
- Metro do Mondego, SA (aquisição à CP e ao Metropolitano de Lisboa; 2001)

Por extinção da RNIP – Rodoviária Nacional, Investimentos e Participações, SGPS, SA, títulos que estavam na posse desta sociedade:

- CIMPOR – Cimentos de Portugal (SGPS), SA (1996)
- TERTIR – Terminais de Portugal (1996)
- Companhia de Seguros Náuticos (1996)
- ISOTAL – Imobiliária do Sotavento do Algarve (1997)
- Matur – Empreendimentos Turísticos da Madeira (1997)
- Transmotor – Sociedade Comercial e Industrial de Veículos de Transporte e Motores, posteriormente redenominada Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Porto) (1997)
- Ultrena – Sociedade Portuguesa de Comércio de Automóveis (1997)
- Auto Marinhense – Sociedade Portuguesa de Comércio e Reparação de Máquinas Industriais, Ld^a (1998)

Por prescrição de direitos reverteram para o Estado títulos, em quantidade despicienda, respeitantes às seguintes sociedades:

- Eurominas – Electro Metalurgia (1996)
- Metalurgia Casal (1996)

- Comundo – Consórcio Mundial de Exportação e Importação (1996, 1997)
- Imobiliária Construtora Grão Pará (1997)
- Interhotel – Sociedade Internacional de Hotéis (1997)
- Torralta – Club Internacional de Férias (1997)
- Sonagi – Sociedade Nacional de Gestão de Investimento (2001)

Por permuta com a PARTEST:

- BRISA – Auto Estradas de Portugal (1996)
- Companhia Carris de Ferro de Lisboa (1996)
- Portugal Telecom (2000)

Por extinção da EPAC – Empresa para Agroalimentação e Cereais, SA (Decreto-Lei n.º 572-A/99, de 29 de Dezembro), títulos que estavam na posse desta sociedade:

- IPE – Investimentos e Participações do Estado (2000)
- Nova Vouga – Indústrias Alimentares, SA (2000)

Por extinção do Grémio dos Pescadores de Pesca de Arrasto reverteram para o Estado títulos respeitantes às seguintes sociedades:

- Sociedade de Armadores de Pesca de Angola (2000)
- Sociedade de Armadores de Pesca de Moçambique (2000)

Por extinção da CRCB – Companhias Reunidas de Congelados de Bacalhau, SA (Decreto-Lei n.º 151-A/97 de 18 de Junho) reverteram para o Estado títulos respeitantes às seguintes sociedades cooperativas:

- Cooperativa dos Armadores de Navios de Pesca de Bacalhau (2001)
- Cooperativa Cultural e Recreativa da Gafanha da Nazaré (2001)

No âmbito do processo de reestruturação do sector da reparação naval, consubstanciado no protocolo de acordo celebrado em 1 de Abril de 1997 entre o Estado e o grupo Mello, registo para a aquisição gratuita da GESTNAVE – Prestação de Serviços Industriais, SA, ocorrida em 1997, com o objectivo principal de gerir os recursos humanos libertos pela LISNAVE. No ano seguinte, o Estado, adquiriu, também gratuitamente, uma participação simbólica na LISNAVE – Estaleiros Navais, SA.

No âmbito da reestruturação dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, registo para a subscrição, em 1998, do capital da ENVC – Sociedade Imobiliária, SA, empresa destinada a gerir a vertente imobiliária dos referidos estaleiros navais.

Por extinção da Siderurgia Nacional (SGPS), SA (Decreto-Lei n.º 232-A/99 de 6 de Dezembro) reverteu para o Estado a titularidade da Siderurgia Nacional – Empresa de Serviços, SA.

Registo ainda para o recebimento, ao abrigo dos Artigos 2152º e 2154º do Código Civil, de acções, em quantidade despicienda, da Real Companhia Vinícola do Norte, SA.

2.3.3. Empresas Saídas do Sector Empresarial do Estado

Entre 1996 e 2001, para além das operações de (re)privatização anteriormente descritas, o universo das empresas detidas directamente pelo Estado registou ainda a saída de empresas por extinção, por falência, por alienação ou por transferência.

Extinção

No período em questão, foram extintas dez empresas.

- CN – Comunicações Nacionais (SGPS), SA (Decreto-Lei n.º 241/95 de 13 de Setembro)
- Centro Cultural de Belém – Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, SA (Decreto-Lei n.º 164/95 de 13 de Julho)
- RNIP – Rodoviária Nacional, Investimentos e Participações (SGPS), SA (1996) (Decreto-Lei n.º 309/94 de 21 de Dezembro e Decreto-Lei n.º 235/95 de 13 de Setembro)

- Fábrica-Escola Irmãos Stephens (Decreto-Lei n.º 362/97 de 20 de Dezembro)
- JAE – Construção, SA (Decreto-Lei n.º 237/99, de 25 de Junho)
- Siderurgia Nacional (SGPS), SA (Decreto-Lei n.º 232-A/96 de 6 de Dezembro; 1999)
- CRCB – Companhias Reunidas de Congelados de Bacalhau, SA (Decreto-Lei n.º 151-A/97 de 18 de Junho)
- EPAC – Empresa para a Agroalimentação e Cereais, SA (Decreto-Lei n.º 572-A/99; 2001)
- Portugal Frankfurt 97, SA
- Auto Marinhense – Sociedade Portuguesa de Comércio e Reparação de Máquinas Industriais, Lda

Aguardam, presentemente, desfecho do respectivo processo de extinção duas sociedades.

- Companhia Minas de Penedono, SA
- Messa – Indústria de Precisão, SA

Liquidação

Encontram-se, presentemente, em fase de liquidação as seguintes sociedades:

- EPAC Comercial, Produtos para a Agricultura e Alimentação, SA (Decreto-Lei n.º 187/01 de 25 de Junho)
- SILOPOR – Empresa de Silos Portuários, SA (Decreto-Lei n.º 188/01 de 25 de Junho)
- ENDAC – Empresa Nacional de Desenvolvimento Agrícola e Cinegético, SA (Decreto-Lei n.º 64/98 de 17 de Março)
- PEC – Produtos Pecuários e Alimentação, SA
- NATGÁS – Companhia Portuguesa de Gás Natural, SA
- ENU – Empresa Nacional de Urânio, SA
- Ultrena – Sociedade Portuguesa de Comércio de Automóveis, SA

Falência

No período em questão foi decretada, por sentença de 17 de Janeiro de 1997, a falência da sociedade Metanova – Comércio e Gestão de Imóveis, SA, na qual o Estado detinha uma posição minoritária.

Aguardam, presentemente, desfecho do respectivo processo de falência quatro sociedades, nas quais a participação do Estado é igualmente minoritária.

- FNM – Produtos Alimentares e de Consumo, SA
- Metalurgia Casal, SA
- Nova Vouga – Indústrias Alimentares, SA
- EUT – Empreendimentos Urbanos e Turismo, SA (encontrando-se as respectivas acções à ordem do Tribunal)

Alienação à PARTEST

No período em apreço, foram alienadas à PARTEST, total ou parcialmente, as participações do Estado nas seguintes sociedades.

- CIMPOR – Cimentos de Portugal (SGPS), SA (alienação e permuta parcial da posição accionista; 1996, 1997)
- IPE – Investimentos e Participações do Estado, SA (alienação e permuta parcial da posição accionista; 1996)
- EDP – Electricidade de Portugal (SGPS), SA (alienação parcial da posição accionista; 1996, 1997; 1998; 2000 (alienação e permuta))
- Portugal Telecom, SA (alienação parcial da posição accionista; 1996, 1997; 1998; 1999)
- BRISA – Auto Estradas de Portugal, SA (alienação parcial da posição accionista; 1996 (permuta); 1997; 1998; 1999)
- LISNAVE – Infraestruturas Navais, SA (alienação parcial da posição accionista; 1998)

Alienação ao IPE

No período em apreço, foram alienadas ao IPE, total ou parcialmente, as participações do Estado nas seguintes sociedades.

- EPAC – Empresa para a Agroalimentação e Cereais, SA (alienação parcial da posição accionista; 1996)
- Conframpor Sociedade Franco Portuguesa de Controle (alienação total da participação; 1997)
- EMPORDEF – Empresa Portuguesa de Defesa (SGPS), SA (alienação parcial da posição accionista; 1997)

Alienação a Outras Entidades

No período em questão, o Estado alienou as suas participações nas sociedades de seguida discriminadas.

- Sociedade Águas do Luso, SA (1997)
- Companhia Europeia de Seguros, SA (1998)
- Torralta – Club Internacional de Férias, SA (redução parcial da posição accionista; 1999)
- Companhia Papel do Prado (2000)
- ESLI – Parques de Estacionamento de Lisboa, SA (2000)
- Banco Nacional Ultramarino, SA (alienado à Caixa Geral de Depósitos; 2001)

Transferências

Neste período, saíram do universo das participações directas do Estado, por transferência, total ou parcialmente, as seguintes sociedades.

- EDP (transferência parcial da posição accionista para Segurança Social, 2001)
- PORTUCEL (SGPS), SA (transferência total da posição accionista para a PARPÚBLICA)

Transferência de Gestão

As Fábricas Mendes Godinho, SA, não obstante pertencerem à carteira detida pela Direcção-Geral do Tesouro, encontram-se, por via de um contrato de gestão, sob a gestão da PARPÚBLICA.

Empresas sem Actividade

Encontram-se, presentemente, sem actividade as seguintes sociedades.

- COMUNDO – Consórcio Mundial de Exportação e Importação, SA
- COSTAGEST – Empresa de Desenvolvimento da Frente Ribeirinha Norte e Atlântica de Almada, SA, que viu o respectivo objecto social ser absorvido pela CostaPolis – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis na Costa da Caparica, SA.

Caso Específico do Banco de Portugal

Em 1998, o Banco de Portugal, empresa pública por força da nacionalização decretada em Setembro de 1974 (Decreto-Lei n.º 452/74, de 13 de Setembro), deixou – no âmbito da passagem à terceira fase da União Económica e Monetária – de integrar o universo empresarial do Estado. Com efeito, nesse ano, entrou em vigor a respectiva nova Lei Orgânica (Lei n.º 5/98, de 31 de Janeiro), pela qual o Banco de Portugal foi transformado em pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio, parte integrante do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

2.4. Evolução Económica e Financeira⁸

2.4.1 Peso na Economia

No período considerado, em virtude do processo de reprivatização e reestruturação do sector empresarial do Estado, este reduziu a respectiva importância relativa no total da economia nacional, designadamente em termos de valor acrescentado bruto, em que passou de 10,1%, em 1996, para 7,1% em 1999, e em termos de emprego, em que passou de 3,2%, em 1996, para 2,6% em 1999.

⁸ A evolução económica e financeira centrar-se-á no período 1996 – 1999. A situação económica e financeira em 2000, bem como alguns desenvolvimentos referentes a 2001, será alvo de uma análise mais detalhada no capítulo subsequente.

% do total	1996	1997	1998	1999
VABcf	10,1	7,7	7,6	7,1
Emprego	3,2	2,7	2,7	2,6

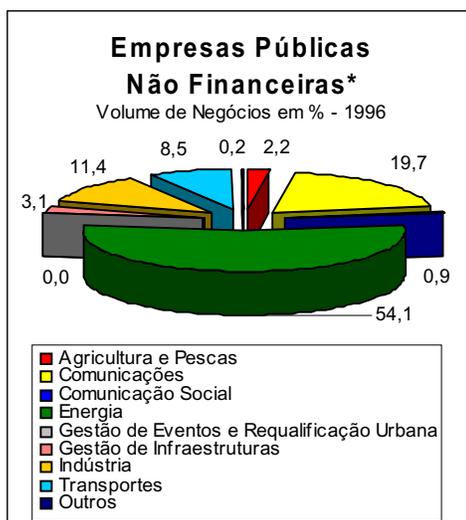
Fonte: DGT, DGEP

2.4.2. Evolução Económica e Financeira das Empresas Públicas Não Financeiras

2.4.2.1. Evolução Financeira

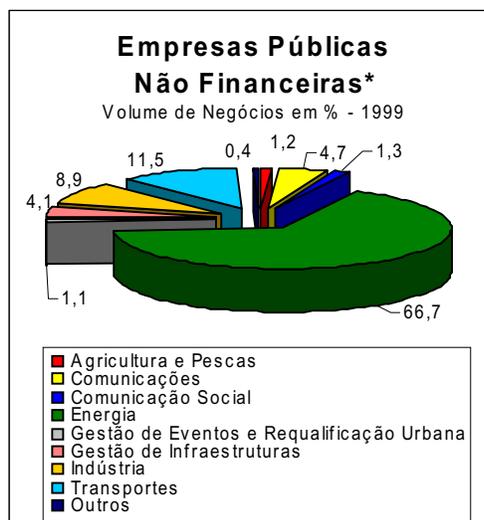
Análise Geral

Entre 1996 e 1999, o volume de negócios das empresas públicas não financeiras, excluindo as *holdings* IPE e PARTEST, diminuiu 12,3%, de 13.700 milhões de euros para 12.010 milhões de euros, o que consubstancia uma diminuição real de 18,4%⁹.



Total: 13.700 milhões de euros

* Excluindo as *holdings* IPE e PARTEST.



Total: 12.010 milhões de euros

* Excluindo as *holdings* IPE e PARTEST.

A esta diminuição presidiu o processo de reprivatizações, principal responsável pela redução verificada no sector empresarial do Estado nos anos em apreço. Em termos de estrutura sectorial, nota para, em virtude do avançado processo de reprivatização das comunicações, uma forte diminuição

⁹ Entre 1996 e 1999, os preços no consumidor cresceram 7,5%.

da importância deste sector e consequente alargamento do domínio do sector energético.

Em termos financeiros, assistiu-se a uma clara redução dos resultados, o que era um facto esperado, dado o processo de reprivatização incidir sobre as empresas com melhores *performances* económico-financeiras, em desfavor de outras tradicionalmente deficitárias e cujos processos de reestruturação e saneamento financeiros, frequentemente utilizando recursos libertados pelas privatizações anteriores, não produzem efeitos imediatos.

<i>milhões de euros</i>	1996	1997	1998	1999
Resultado Operacional	1517,9	814,9	523,2	497,3
Resultado Financeiro	-695,6	-624,2	-519,5	-492,8
Resultado Corrente	822,2	190,8	3,8	4,5
Resultado Líquido	62,8	-227,4	-160,0	-69,6
Cash-Flow	2036,9	1163,4	1228,6	1497,1
Cash-Flow Operacional	3528,0	2246,8	1958,7	2100,5
Resultado Operacional / Activo Total	4,7%	2,6%	1,5%	1,3%
Cash-Flow Operacional / Activo Total	11,0%	7,1%	5,7%	5,4%
Resultado Líquido / Capitais Próprios	0,5%	-2,0%	-1,2%	-0,5%

	1996	1997	1998	1999
Capitais Próprios / Activo	0,37	0,35	0,38	0,33
Capitais Próprios / Passivo	0,58	0,56	0,62	0,51
Activo Fixo / Activo Total	0,82	0,83	0,76	0,76
Capitais Permanentes / Activo Fixo	0,85	0,85	0,86	0,83

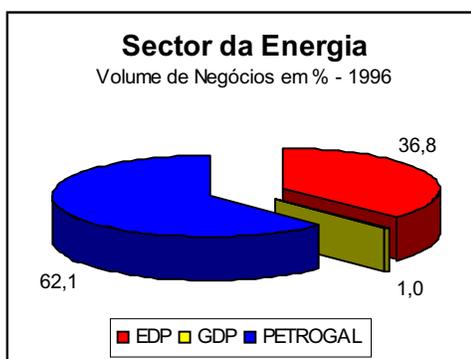
Em termos da estrutura financeira, regista apenas para uma ligeira quebra do peso relativo dos capitais próprios, mas sem prejudicar a solvabilidade do conjunto do sector.

Sector da Energia

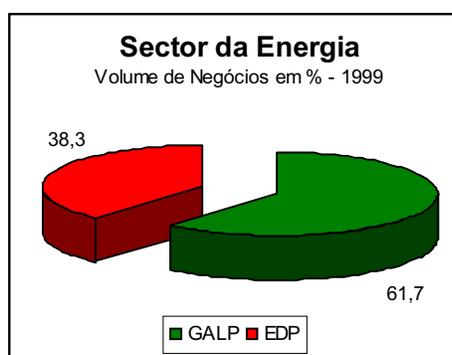
O sector da energia é o sector de maior peso no conjunto das empresas não financeiras do sector empresarial do Estado, com um peso que em 1996 era de cerca de 54% e em 1999 atingia já os 66,7% do volume de negócios. Em termos de activo, o respectivo peso era de 45,4% em 1996, atingindo os 48,7% em 1999.

Este sector compreende as participações na EDP (38,3% do volume de negócios em 1999) e na PETROGAL e GDP, estas duas últimas consolidadas em 1999, juntamente com a participação na TRANSGÁS, na participação na GALP (61,7% do volume de negócios em 1999).

Entre 1996 e 1999, os resultados líquidos deste sector aumentaram 86,4% (o que representa um crescimento real de 73,4%); para tal contribuíram fortemente os resultados, designadamente os extraordinários, da GALP verificados em 1999; acresce ainda o facto de a GALP considerar no seu universo a TRANSGÁS, empresa que em 1996 não se encontrava contemplada na análise por a maioria do seu capital se encontrar disperso por entidades públicas diversas.



Total: 7.405,9 milhões de euros



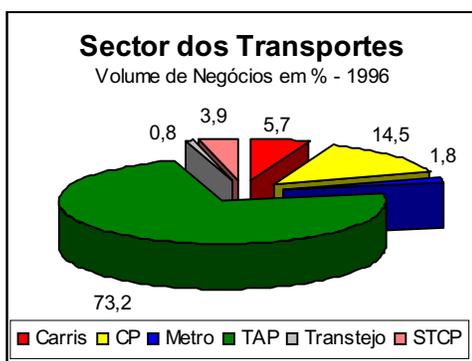
Total: 8.014,0 milhões de euros

	1996	1997	1998	1999
Resultado Operacional	972,0	1.067,0	1.244,5	1.141,8
Resultado Financeiro	-	-	-	-
Resultado Corrente	693,7	737,0	965,3	921,1
Resultado Líquido	437,8	541,1	669,1	815,9
Cash Flow	1.317,4	1.407,9	1.574,3	1.732,1
Cash Flow Operacional	1.851,7	1.933,8	2.149,7	2.058,0
Resultado Operacional/Activo Total	6,6	7,2	8,0	6,0
Cash Flow Operacional/Activo Total	12,7	13,1	13,9	10,8
Resultado Líquido/Capitais Próprios	6,4	7,8	9,4	11,1

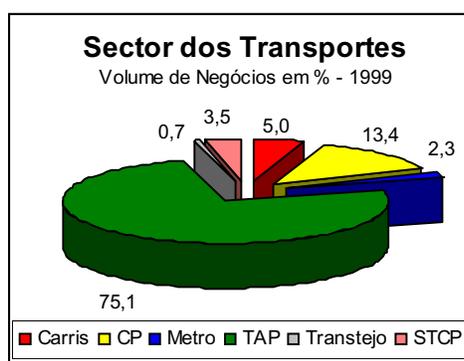
	1996	1997	1998	1999
Capitais Próprios/Activo	0,4	0,4	0,4	0,3
Capitais Próprios/Passivo	0,8	0,8	0,8	0,6
Activo Fixo/Activo Total	0,8	0,8	0,8	0,8
Capitais Permanentes/Activo Fixo	0,8	0,8	0,8	0,8

Sector dos Transportes

O sector dos transportes é, talvez, o sector cuja estrutura menos se alterou no período em análise, apresentando a TAP um peso dominante em termos de volume de negócios – 75,1% em 1999. Em termos do peso do sector no total do volume de negócios do sector empresarial do Estado, este aumentou de 8,5%, em 1996, para 11,5% em 1999; no mesmo período, o peso em termos de activo diminuiu de 17,5% para 16,6%, ao que não será alheio o desenvolvimento organizacional do sector com a autonomização da gestão de infraestruturas, designadamente no caso do transporte ferroviário.



Total: 1.162,1 milhões de euros



Total: 1.385,2 milhões de euros

Em termos financeiros, este é um sector tradicionalmente deficitário, em virtude, designadamente, de uma opção política de fixação administrativa de preços abaixo dos custos de produção.

No período em análise, os resultados líquidos – negativos – passaram de 521,2 milhões de euros, em 1996, para 556,2 milhões de euros em 1999, o que traduz uma variação de 6,7% (ou seja uma melhoria de 0,7% em termos reais). Contudo, há que ter em atenção que a esta *performance* do sector não é, de modo algum, alheia a criação da REFER, a qual arrastou a infraestrutura ferroviária – cujos resultados de gestão são igualmente deficitários – para fora do sector.

<i>milhões de euros</i>	1996	1997	1998	1999
Resultado Operacional	-241,8	-302,2	-289,6	-428,9
Resultado Financeiro	-195,2	-164,8	-142,3	-131,1
Resultado Corrente	-437,0	-467,0	-431,9	-560,0
Resultado Líquido	-521,2	-500,0	-312,0	-556,2
Cash-Flow	-359,6	-323,5	-100,1	-311,6
Cash-Flow Operacional	-80,2	-125,7	-77,7	-184,3
Resultado Operacional / Activo Total	-4,3%	-4,4%	-4,4%	-6,6%
Cash-Flow Operacional / Activo Total	-1,4%	-1,8%	-1,2%	-2,8%
Resultado Líquido / Capitais Próprios	-60,3%	-27,8%	-20,1%	-51,7%

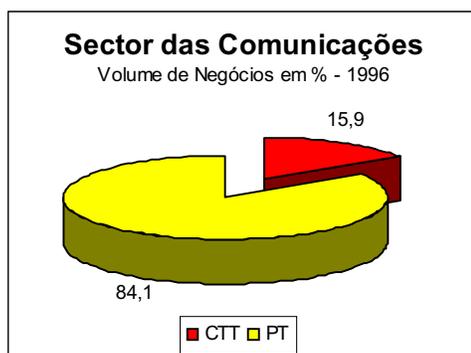
	1996	1997	1998	1999
Capitais Próprios / Activo	0,15	0,26	0,24	0,17
Capitais Próprios / Passivo	0,18	0,35	0,31	0,20
Activo Fixo / Activo Total	0,87	0,84	0,74	0,81
Capitais Permanentes / Activo Fixo	0,86	0,94	0,97	0,82

Em termos de estrutura financeira, o quadro precedente permite-nos observar que esta não apresenta em 1999 valores muito diferentes dos de 1996, estando as alterações visíveis nos anos intermédios associadas às operações de aumento e redução de capital então efectuadas e, em particular, à alteração decorrente do destaque faseado da infraestrutura ferroviária para a REFER.

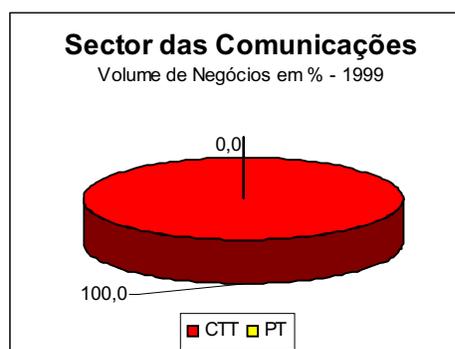
Sector das Comunicações

O sector das comunicações, que em 1996 compreendia os CTT e a Portugal Telecom, está, na actualidade, praticamente confinado à participação nos CTT, dado ser despendida a participação ainda detida na Portugal Telecom.

Em termos de peso, no sector empresarial do Estado, este sector representava cerca de 19,7% do volume de negócios total, em 1996, representando cerca de 4,7% em 1999; sendo o activo o indicador, o peso diminuiu igualmente, de 15,5% em 1996 para 5,1% em 1999. Na origem desta variação encontra-se o esvaziamento da carteira das participações directas do Estado de títulos da Portugal Telecom, que em 1996 representava 84,1% do volume de negócios do sector, seja por reprivatização seja por utilização em operações de aumento de capital, designadamente da CGD e da PARTEST.



Total: 2695,5 milhões de euros



Total: 562,2 milhões de euros

No que respeita aos resultados líquidos, este sector passou de uma situação fortemente positiva em 1996 (265 milhões de euros, 12% dos capitais próprios) para uma situação mais modesta (7,6 milhões de euros, 4,4% dos capitais próprios) em 1999, em consequência da progressiva alienação da Portugal Telecom.

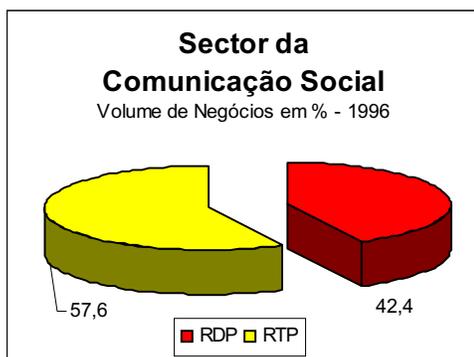
Em termos de estrutura, registo para uma profunda queda do rácio de solvabilidade, relacionada com um menor peso dos capitais próprios nos CTT face à Portugal Telecom.

<i>milhões de euros</i>	1996	1997	1998	1999
Resultado Operacional	746,9	41,6	-0,9	7,6
Resultado Financeiro	-80,8	13,5	7,3	4,1
Resultado Corrente	666,1	55,2	6,4	11,8
Resultado Líquido	265,0	5,5	10,1	18,6
Cash-Flow	890,6	32,8	44,9	55,3
Cash-Flow Operacional	1372,5	68,9	33,9	44,3
Resultado Operacional / Activo Total	14,9%	6,3%	-0,1%	0,4%
Cash-Flow Operacional / Activo Total	27,4%	10,5%	1,9%	2,2%
Resultado Líquido / Capitais Próprios	12,0%	3,2%	2,5%	4,4%

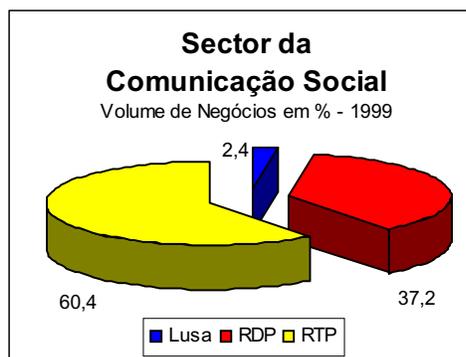
	1996	1997	1998	1999
Capitais Próprios / Activo	0,44	0,26	0,23	0,21
Capitais Próprios / Passivo	0,79	0,36	0,29	0,27
Activo Fixo / Activo Total	0,77	0,52	0,23	0,21
Capitais Permanentes / Activo Fixo	0,78	0,51	0,98	0,99

Sector da Comunicação Social

O sector da comunicação social compreende a participação na RTP, na RDP e na Agência Lusa, que – em 2000 – vieram a ser integradas na *holding* Portugal Global.



Total: 125,7 milhões de euros



Total: 160,6 milhões de euros

Em termos de peso, no sector empresarial do Estado, este sector representava cerca de 0,9% do volume de negócios total, em 1996, representando cerca de 1,3% em 1999; sendo o activo o indicador, o peso aumentou ligeiramente, de 1,4% em 1996 para 1,5% em 1999.

<i>milhões de euros</i>	1996	1997	1998	1999
Resultado Operacional	-62,9	-127,4	-93,6	-83,4
Resultado Financeiro	-26,0	-27,0	-26,1	-33,5
Resultado Corrente	-88,9	-154,4	-119,7	-116,9
Resultado Líquido	-91,0	-155,8	-120,2	-118,7
Cash-Flow	-62,2	-104,1	-97,8	-69,9
Cash-Flow Operacional	-34,2	-75,7	-71,2	-34,6
Resultado Operacional / Activo Total	-14,3%	-29,9%	-16,4%	-14,2%
Cash-Flow Operacional / Activo Total	-7,7%	-17,8%	-12,5%	-5,9%
Resultado Líquido / Capitais Próprios	-622,0%	266,6%	56,9%	36,0%

	1996	1997	1998	1999
Capitais Próprios / Activo	0,03	-0,14	-0,37	-0,56
Capitais Próprios / Passivo	0,03	-0,12	-0,27	-0,36
Activo Fixo / Activo Total	0,27	0,38	0,36	0,32
Capitais Permanentes / Activo Fixo	1,22	1,08	0,84	0,40

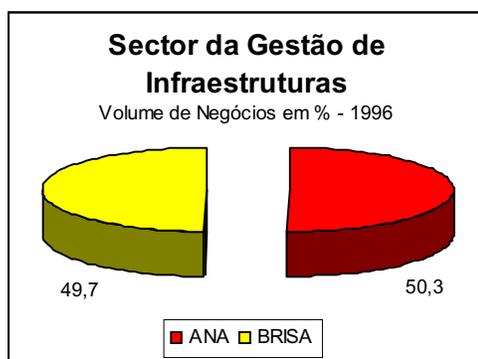
No que respeita aos resultados líquidos, este sector viu agravar-se a respectiva situação, tendo estes passado de -62,9 milhões de euros, em 1996, para -83,4 milhões de euros em 1999, sendo preponderante nesta evolução a situação financeira da RTP.

Em termos de estrutura, registo para um agravamento profundo dos rácios de solvabilidade, evolução igualmente em virtude da situação financeira da RTP.

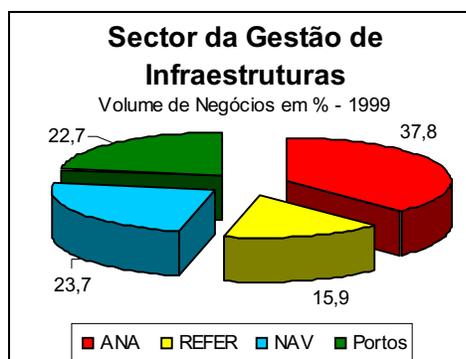
Sector da Gestão de Infraestruturas

Este é um sector que registou um elevado crescimento no período em questão, tendo o respectivo activo crescido cerca de 140% entre 1996 e 1999, passando de 2.465,7 milhões de euros (7,7% do total) para 5.921,9 milhões de euros (15,2% do total); concomitantemente, o respectivo volume de negócios cresceu 13,5%, passando de 3,1% para 4,1% do total.

Para tal contribuíram a criação da REFER, da NAV e da transformação em sociedades anónimas das administrações portuárias, factores que neutralizaram o contributo negativo da saída da BRISA da esfera das participações directas do Estado.



Total: 430 milhões de euros



Total: 487,8 milhões de euros

Neste período, os resultados líquidos registaram uma quebra, passando de 96,4 milhões de euros (17,4% dos capitais próprios), em 1996, para um resultado negativo de 82,3 milhões de euros (-2,3% dos capitais próprios) em 1999. Tal mudança deve-se à conjugação da saída da carteira da participação fortemente rentável na BRISA com a entrada da participação estruturalmente deficitária na REFER.

<i>milhões de euros</i>	1996	1997	1998	1999
Resultado Operacional	157,9	184,8	8,5	-49,1
Resultado Financeiro	-65,4	-50,1	-1,6	-23,0
Resultado Corrente	92,6	134,7	6,9	-72,1
Resultado Líquido	96,4	135,8	-9,6	-82,3
Cash-Flow	170,1	211,1	6,5	23,2
Cash-Flow Operacional	267,7	301,1	71,5	92,9
Resultado Operacional / Activo Total	6,4%	4,4%	0,2%	-0,8%
Cash-Flow Operacional / Activo Total	10,9%	7,1%	1,5%	1,6%
Resultado Líquido / Capitais Próprios	17,4%	7,9%	-0,3%	-2,3%

	1996	1997	1998	1999
Capitais Próprios / Activo	0,23	0,41	0,66	0,60
Capitais Próprios / Passivo	0,29	0,69	1,92	1,51
Activo Fixo / Activo Total	0,85	0,91	0,90	0,92
Capitais Permanentes / Activo Fixo	0,71	0,77	0,95	0,85

Em termos da estrutura financeira, note-se um elevado crescimento do peso dos capitais próprios, seja em termos de activo, seja em termos de passivo, facto que se associa, por um lado, à saída da BRISA (empresa cujo activo havia sido proporcionalmente mais financiado por capitais alheios que as restantes empresas do sector) e, por outro lado, pela transformação em sociedades anónimas das antigas administrações portuárias, as quais apresentam elevados rácios capitais próprios/activo. Registo ainda para o efeito da passagem de um volume muito significativo de infraestruturas ferroviárias para a REFER que, pela sua dimensão, afectou os rácios de solvabilidade de todo o sector.

Sector da Gestão de Eventos e da Requalificação Urbana

O sector da gestão de eventos e da requalificação urbana é outro sector com um peso crescente no sector empresarial do Estado, sobretudo a partir de 2000. Entre 1996 e 1999, este sector, cujo volume de negócios cresceu de 0,5 milhões de euros para 137,1 milhões de euros, foi basicamente constituído pela Parque Expo 98, reflectindo os indicadores financeiros do sector a *performance* daquela empresa.

<i>milhões de euros</i>	1996	1997	1998	1999
Resultado Operacional	0,7	-1,1	-257,4	-38,1
Resultado Financeiro	-2,5	-1,2	-42,3	-59,3
Resultado Corrente	-1,8	-2,3	-299,7	-97,4
Resultado Líquido	-1,8	-1,9	-298,8	-64,4
Cash-Flow	0,1	0,6	-283,1	-49,0
Cash-Flow Operacional	2,6	1,5	-241,7	-22,6
Resultado Operacional / Activo Total	0,1%	-0,1%	-16,2%	-2,4%
Cash-Flow Operacional / Activo Total	0,3%	0,1%	-15,2%	-1,4%
Resultado Líquido / Capitais Próprios	-6,5%	-7,4%	325,3%	-68,3%

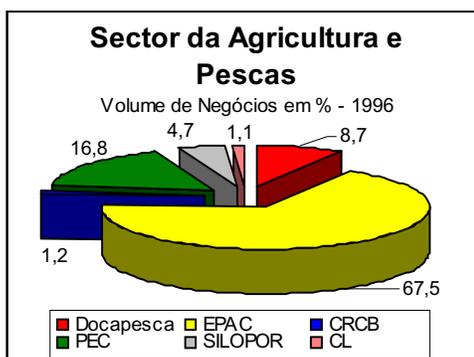
	1996	1997	1998	1999
Capitais Próprios / Activo	0,03	0,02	-0,06	0,06
Capitais Próprios / Passivo	0,03	0,02	-0,05	0,06
Activo Fixo / Activo Total	0,75	0,74	0,49	0,35
Capitais Permanentes / Activo Fixo	0,70	0,70	0,40	0,97

Em termos de resultados líquidos, estes foram fortemente negativos em 1998, e também em 1999, fruto da realização da Exposição Mundial em Lisboa, facto esperado e coerente com o desenho financeiro plurianual do projecto de requalificação urbana subjacente ao objecto social da Parque Expo 98.

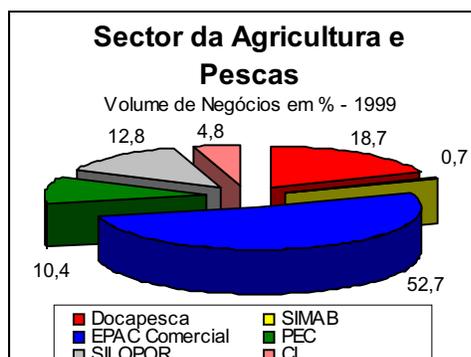
Por outro lado, regista-se para a criação em 1999 de novas empresas designadamente a Porto 2001 e a Portugal 2001, as quais apresentam rácios de capitais próprios face aos respectivos activos elevados, contribuindo, desta forma, para a melhoria registada no valor da solvabilidade do sector em 1999.

Sector da Agricultura e Pescas

O sector da agricultura e pescas é um sector em profunda diminuição de relevância no sector empresarial do Estado, tendo, no período em questão, o respectivo volume de negócios diminuído de 296,8 milhões de euros para 145,8 milhões de euros. Concomitantemente, o respectivo activo cresceu de 503,4 milhões de euros para 638,2 milhões de euros, mantendo contudo o peso de 1,6% no total do sector empresarial do Estado.



Total: 296,8 milhões de euros



Total: 145,8 milhões de euros

Em termos de resultados líquidos, registo para uma melhoria, tendo estes passado de -47,8 milhões de euros, em 1996, para -17,7 milhões de euros em 1999, evolução que se ficou a dever sobretudo à melhoria dos indicadores de exploração da EPAC.

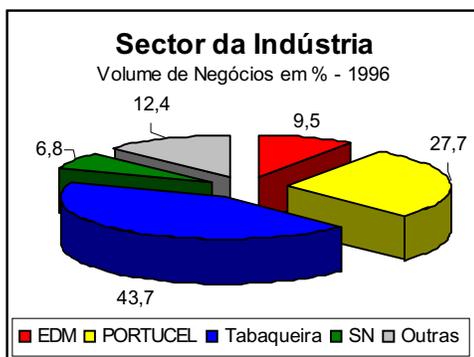
Também no que respeita à estrutura financeira, registo para o facto de a posição dominante da EPAC no sector o ter influenciado de uma forma decisiva, designadamente em termos do peso dos capitais próprios que se reduz acentuadamente entre 1996 e 1999, em virtude da progressiva descapitalização da citada empresa, a qual viria a ser extinta.

<i>milhões de euros</i>	1996	1997	1998	1999
Resultado Operacional	-32,7	-24,3	-24,3	-13,9
Resultado Financeiro	-16,9	-5,0	-4,9	-1,1
Resultado Corrente	-49,6	-29,3	-29,2	-15,0
Resultado Líquido	-47,8	-16,8	-25,3	-17,7
Cash-Flow	-16,7	4,3	-3,8	-1,7
Cash-Flow Operacional	-1,6	-3,2	-2,8	2,2
Resultado Operacional / Activo Total	-6,5%	-4,8%	-4,5%	-2,2%
Cash-Flow Operacional / Activo Total	-0,3%	-0,6%	-0,5%	0,3%
Resultado Líquido / Capitais Próprios	-51,3%	-16,4%	-26,4%	-25,4%

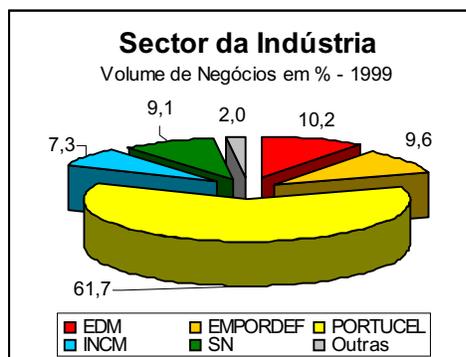
	1996	1997	1998	1999
Capitais Próprios / Activo	0,19	0,20	0,18	0,11
Capitais Próprios / Passivo	0,23	0,26	0,22	0,13
Activo Fixo / Activo Total	0,45	0,45	0,45	0,56
Capitais Permanentes / Activo Fixo	1,69	1,72	1,43	0,87

Sector da Indústria

No sector industrial, o volume de negócios diminuiu de 1.561,2 milhões de euros, em 1996, para 1.063,2 milhões de euros em 1999; para tal evolução contribuiu fortemente a reprivatização da Tabaqueira, que em 1996 era, sob este prisma, a principal participação do Estado no sector da indústria, ocorrida em 1997.



Total: 1.561,2 milhões de euros



Total: 1.063,2 milhões de euros

Em 1999, a principal participação era já a PORTUCEL, na área da celulose e papel, seguida das participações na área mineira – EDM – e na área da defesa – EMPORDEF.

<i>milhões de euros</i>	1996	1997	1998	1999
Resultado Operacional	-16,2	2,1	-18,5	10,1
Resultado Financeiro	-29,4	-37,0	-28,1	-24,7
Resultado Corrente	-45,6	-34,8	-46,6	-14,6
Resultado Líquido	-69,9	-47,2	-20,8	-19,5
Cash-Flow	96,3	109,5	132,5	151,0
Cash-Flow Operacional	150,0	158,8	134,8	180,5
Resultado Operacional / Activo Total	-0,7%	0,1%	-0,7%	0,4%
Cash-Flow Operacional / Activo Total	6,0%	6,7%	5,0%	7,1%
Resultado Líquido / Capitais Próprios	-6,3%	-6,0%	-2,5%	-2,6%

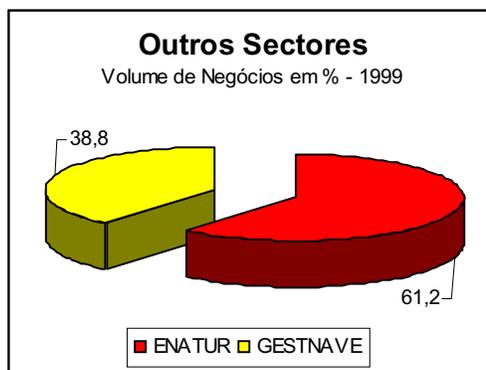
	1996	1997	1998	1999
Capitais Próprios / Activo	0,45	0,34	0,31	0,30
Capitais Próprios / Passivo	0,89	0,64	0,69	0,64
Activo Fixo / Activo Total	0,59	0,57	0,58	0,59
Capitais Permanentes / Activo Fixo	1,16	1,03	0,75	0,87

Neste período, os resultados líquidos passaram de -69,9 milhões de euros (-6,3% dos capitais próprios), em 1996, para 19,5 milhões de euros (-2,6% dos capitais próprios) em 1999, tendo sido decisivos para esta recuperação os contributos da melhoria da *performance* financeira da PORTUCEL e das empresas da área da defesa, já consolidadas sob a égide da *holding* EMPORDEF.

Em termos de estrutura financeira registo para uma quebra do peso dos capitais próprios, movimento que traduz a evolução sentida na PORTUCEL onde esta quebra foi de 0,55 para 0,26, no decurso do respectivo processo de reestruturação.

Outros Sectores

Por fim, as participações em outros sectores, que em 1996 se cingia à participação na ENATUR, e em 1999 compreendia igualmente a participação na GESTNAVE.



Total: 54 milhões de euros

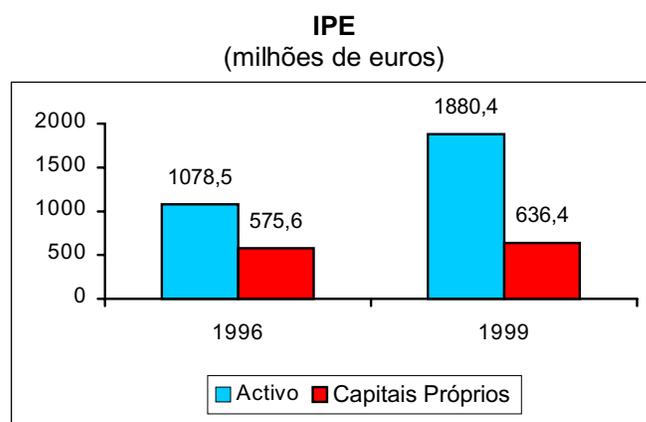
A evolução financeira deste agrupamento de participações é fortemente condicionado pela evolução da GESTNAVE, empresa que é totalmente responsável pela queda dos resultados líquidos de -4,5 milhões de euros para -45,3 milhões de euros entre 1996 e 1999.

<i>milhões de euros</i>	1996	1997	1998	1999
Resultado Operacional	-6,0	-25,8	-45,4	-48,9
Resultado Financeiro	-1,2	-22,5	-2,2	-3,5
Resultado Corrente	-7,2	-48,3	-47,6	-52,4
Resultado Líquido	-4,5	-188,1	-52,5	-45,3
Cash-Flow	1,0	-175,1	-44,8	-32,4
Cash-Flow Operacional	-0,5	-12,7	-37,8	-35,9
Resultado Operacional / Activo Total	-6,2%	-18,1%	-13,8%	-17,7%
Cash-Flow Operacional / Activo Total	-0,5%	-9,0%	-11,5%	-13,0%
Resultado Líquido / Capitais Próprios	-38,5%	60,6%	-431,8%	140,2%

	1996	1997	1998	1999
Capitais Próprios / Activo	0,12	-2,18	0,04	-0,12
Capitais Próprios / Passivo	0,14	-0,69	0,04	-0,11
Activo Fixo / Activo Total	0,86	0,63	0,29	0,39
Capitais Permanentes / Activo Fixo	0,21	-2,82	0,67	0,13

Holdings

Relativamente ao IPE, entre 1996 e 1999 o respectivo activo aumentou 74,4%, tendo, em idêntico período, os respectivos capitais próprios aumentado 10,6%.



O resultado líquido baixou de 42,1 milhões de euros para 33,5 milhões de euros, sobretudo devido a uma quebra dos resultados financeiros, os quais passaram de 13,7 milhões de euros, em 1996, para 2,1 milhões de euros em 1999. Concomitantemente, a rentabilidade dos capitais próprios baixou de 7,3%, em 1996, para 5,3% em 1999.

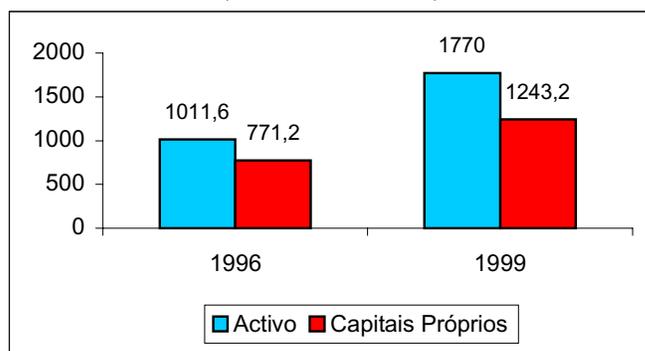
<i>milhões de euros</i>	1996	1997	1998	1999
Resultado Operacional	-1,3	13,9	-7,1	-2,6
Resultado Financeiro	13,7	15,7	10,9	2,1
Resultado Corrente	12,4	29,6	3,8	-0,5
Resultado Líquido	42,1	21,2	30,6	33,5
Cash-Flow	91,7	62,1	83,2	107,7
Cash-Flow Operacional	48,3	54,9	45,6	71,7
Resultado Operacional / Activo Total	-0,1%	1,1%	-0,4%	-0,1%
Cash-Flow Operacional / Activo Total	4,5%	4,4%	2,9%	3,8%
Resultado Líquido / Capitais Próprios	7,3%	3,6%	4,8%	5,3%

	1996	1997	1998	1999
Capitais Próprios / Activo	0,53	0,47	0,40	0,34
Capitais Próprios / Passivo	1,26	0,96	0,72	0,53
Activo Fixo / Activo Total	0,68	0,81	0,86	0,86
Capitais Permanentes / Activo Fixo	0,95	0,67	0,59	0,57

Ao nível dos capitais próprios, registo para uma acentuada descida do respectivo peso, em virtude de um crescimento acentuado, e mais do que proporcional, do activo, concomitante com a entrada na esfera do IPE de participações em empresas como a EDP e a entrada em sectores estratégicos como as águas e o ambiente, cujas necessidades de capital condicionaram a evolução dos rácios de estrutura da empresa.

Relativamente à PARTEST, entre 1996 e 1999 o respectivo activo aumentou 75%, tendo, em idêntico período, os respectivos capitais próprios aumentado 61,2%.

PARTEST
(milhões de euros)



<i>milhões de euros</i>	1996	1997	1998	1999
Resultado Operacional	-14,7	-3,8	-3,6	-2,1
Resultado Financeiro	-23,3	68,1	-13,0	26,5
Resultado Corrente	-38,0	64,3	-16,6	24,4
Resultado Líquido	466,5	728,7	462,9	-8,7
Cash-Flow	467,2	730,3	465,0	-7,2
Cash-Flow Operacional	-14,0	-2,2	-1,4	-0,6
Resultado Operacional / Activo Total	-1,5%	-0,2%	-0,2%	-0,1%
Cash-Flow Operacional / Activo Total	-1,4%	-0,1%	-0,1%	0,0%
Resultado Líquido / Capitais Próprios	60,5%	58,8%	37,0%	-0,7%

	1996	1997	1998	1999
Capitais Próprios / Activo	0,76	0,73	0,70	0,70
Capitais Próprios / Passivo	3,21	2,69	2,29	2,36
Activo Fixo / Activo Total	0,86	0,95	0,90	0,90
Capitais Permanentes / Activo Fixo	1,11	0,97	1,07	1,08

O resultado líquido baixou de 466,5 milhões de euros, em 1996, para -8,7 milhões de euros em 1999, sobretudo devido a uma quebra dos resultados extraordinários associada ao abrandamento do ritmo do processo de reprivatizações verificado em 1999. Em consequência, a rentabilidade dos capitais próprios baixou de 60,5%, em 1996, para -0,7% em 1999. Ao nível dos capitais próprios, registo para uma ligeira descida do respectivo peso, a qual não compromete os rácios de solvabilidade, apenas traduzindo uma maior alavancagem do activo.

2.4.2.2. Esforço Financeiro do Estado

O esforço financeiro do Estado nas Empresas pode assumir diversas formas consoante a respectiva finalidade.

Os subsídios à exploração e as indemnizações compensatórias visam o reequilíbrio financeiro das empresas em que, por virtude da actividade exercida, tal se justifique, sendo que, no caso específico das indemnizações compensatórias, a sua atribuição resulta de compensação financeira pelo exercício de obrigações de serviço público.

As dotações de capital visam ora a comparticipação do Estado em investimentos, ora o saneamento financeiro de empresas em situação difícil (também possível pela via da conversão de créditos), ou ambos os objectivos em simultâneo.

No caso de processo de saneamento financeiro, o Estado pode ainda assumir passivos das empresas, regra geral convertidos em dívida pública.

A concessão de garantias pessoais do Estado ou avales, seja na ordem interna seja na ordem externa, é outra das faculdades de apoio do Estado ao respectivo sector empresarial, traduzindo-se em responsabilidades potenciais.

Para além destas formas de apoio, registo ainda para a atribuição de verbas nos termos do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), as quais não constituem um apoio às empresas, outrossim a comparticipação do Estado no co-financiamento de investimentos de construção ou beneficiação de infraestruturas pertencentes ao domínio público.

Subsídios e Indemnizações Compensatórias

Entre 1996 e 2001, o Estado despendeu 790,5 milhões de euros a título de subsídios e indemnizações compensatórias ao abrigo da prestação de serviço público, conforme o quadro seguinte:

Subsídios e Indemnizações Compensatórias Pagos 1996 – 1999

<i>milhões de euros</i>	1996	1997	1998	1999	Total
Comunicação Social	83,5	63,6	81,3	113,2	341,6
RTP	72,3	51,6	69,8	103,7	297,5
Lusa	8,0	8,2	10,0	9,5	35,6
RDP	3,2	3,7	1,5	0,0	8,5
Transportes	156,6	106,9	100,5	84,8	448,8
Carris	27,4	22,8	20,5	12,1	82,7
STCP	8,7	7,0	5,5	5,0	26,2
Brisa	23,2	3,8	7,3	6,9	41,3
CP	59,9	20,0	10,0	8,7	98,5
Metro	11,1	9,0	7,5	5,0	32,6
REFER	0,0	0,0	10,0	8,7	18,7
TAP	23,8	38,4	34,4	32,4	129,0
SATA	0,7	0,7	0,7	2,2	4,5
ATA	0,0	0,0	0,7	0,7	1,4
Transtejo	1,7	4,0	2,5	1,7	10,0
Soflusa	0,0	1,2	1,5	1,2	4,0
Total	240,1	170,5	181,8	198,0	790,5

Fonte: DGT.

Nota: o valor pago à BRISA em 1996 inclui uma verba de 19,453 milhões de euros a título de comparticipação financeira pelo alargamento do sublanço Almada-Fogueteiro.

Das empresas contempladas, apenas três não pertencem ao universo das participações directas do Estado: a SATA (empresa pública sob a tutela do Governo Regional dos Açores), a ATA (empresa privada que operou a carreira aérea Lisboa-Bragança de 1998 a 2000) e a Soflusa (empresa do universo Transtejo que opera na carreira fluvial Lisboa-Barreiro). Assim, o valor dos subsídios e indemnizações compensatórias pagos a empresas detidas directamente pelo Estado foi, no período, de 780,6 milhões de euros.

Do total dos subsídios e indemnizações pagos nos quatro anos correspondentes ao período em análise, 790,5 milhões de euros, cerca de 448,8 milhões de euros (56,8%) dizem respeito a subsídios e indemnizações por serviço público na área dos transportes e 341,6 milhões de euros (43,2%) dizem respeito a subsídios e indemnizações por serviço público na área da comunicação social. Registo para o facto de, em 1999, a comunicação social representar 57,2% do total dos subsídios e indemnizações (34,8% em 1996) e de os transportes representarem 42,8% (65,2% em 1996). Tal inversão deve-se ao facto de, neste período, ter-se registado um aumento das transferências, a título de indemnização compensatória, para a comunicação social, nomeadamente para a RTP, em virtude da entrada em vigor do novo contrato de concessão do serviço público de televisão, bem como ao facto de no sector dos transportes se ter assistido a um elevado esforço de (re)capitalização das empresas.

Dotações de Capital

Entre 1996 e 1999, o Estado realizou dotações de capital no valor de 3.481,2 milhões de euros, tendo 2.528,4 milhões de euros (72,6%) sido realizados com capitais provenientes do Fundo de Regularização da Dívida Pública e os demais 952,8 milhões de euros (27,4%) sido realizados em espécie por mobilização de títulos.

Para além das dotações de capital em numerário suportadas pelo FRDP, registo para a realização de uma conversão de créditos aquando da transformação em sociedade anónima da Agência Lusa e para a realização de um aumento de capital da TAP suportado pela emissão de obrigações do Tesouro, ambas as operações em 1997.

Dotações de Capital realizadas pelo FRDP
1996 – 1999

<i>milhões de euros</i>	1996	1997	1998	1999	Total
Comunicação Social	49,9	72,2	149,6		271,7
CTT			149,6		149,6
RTP	49,9	69,8			119,7
Lusa		2,3			2,3
Transportes	274,3	750,7	306,8	149,9	1481,7
CP	124,7	301,7		149,6	576,1
REFER		62,3	49,9		112,2
Metro Lisboa	124,7	274,3	154,6		553,7
Carris		67,3	69,8		137,2
STCP	15,0	24,9	20,9		60,9
Transtejo	10,0	20,0	11,5		41,4
Metro Porto				0,3	0,3
Gestão de Infraestruturas	14,6	67,4	82,6	24,9	189,6
ANAM	1,0	2,3	2,5		5,8
APL			15,0		15,0
EDIA	13,6	22,9	29,9	24,9	91,4
JAE-Construção		42,1	34,9		77,1
NAER			0,2		0,2
Indústria	3,5	15,0	53,9	106,4	178,7
ENVC			17,6		17,6
EDM			13,9		13,9
GALP				90,8	90,8
Urbindústria			3,7		3,7
DRAGAPOR				15,6	15,6
INDEP	3,5				3,5
EMPORDEF		15,0	18,6		33,6
Agricultura e Pescas			7,5		7,5
Docapesca			7,5		7,5
Gestão de Eventos e Requalificação Urbana			65,8	78,6	144,4
Parque Expo 98			65,8	68,8	134,7
Porto 2001				4,7	4,7
Portugal 2001				5,0	5,0
Outras	0,0	109,7	74,8	70,3	254,8
GESTNAVE	0,0	109,7	74,8	70,3	254,8
TOTAL	342,3	1014,9	741,0	430,1	2528,4

Fonte: FRDP.

Nota: este quadro apenas contempla os aumentos de capital em numerário; as dotações de capital referentes aos CTT destinaram-se à cobertura do respectivo fundo de pensões.

Dotações de Capital em espécie realizadas pela DGT
1996 – 1999

<i>milhões de euros / títulos</i>	1996	1997	1998	1999	Total
CP		454,0			454,0
PARTEST	99,8	249,4	149,6		498,8
TOTAL	99,8	703,4	149,6	0,0	952,8
CP		EDP			
PARTEST	EDP	CIMPOR / PT	EDP		

Fonte: DGT.

Assunção de Passivos

Entre 1996 e 1999 o Estado assumiu passivos num montante global de 1.102,3 milhões de euros, dos quais 399 milhões de euros (36,2%) corresponderam a operações na TAP, no âmbito do Plano Estratégico e de Saneamento Económico-Financeiro (PESEF) negociado com a Comissão Europeia.

Assunção de Passivos

1996 – 1999

<i>milhões de euros</i>	1996	1997	1998	1999	Total
CCB	0,3				0,3
CNP	149,4				149,4
COSEC	102,8				102,8
CRCB		7,7	1,1		8,9
CTM / CNN		0,0	57,4		57,4
EPAC				9,8	9,8
FEIS		2,2			2,2
OGMA	10,7			30,7	41,4
Parque Expo' 98				199,5	199,5
Portugal Frankfurt 97				1,9	1,9
Siderurgia Nacional	88,4		41,3		129,7
TAP	199,5	199,5			399,0
Total	551,2	209,5	99,8	241,8	1102,3

Fonte: DGT.

Garantias Financeiras

Entre 1996 e 1999, a Direcção-Geral do Tesouro concedeu garantias financeiras a empresas do sector empresarial do Estado num montante global de 3.116 milhões de euros, dos quais 84,9% (2.646,7 milhões de euros) a apenas 6 empresas – BRISA, CP Metropolitano Lisboa, Metro do Porto, Parque Expo' 98 e REFER.

**Garantias da Direcção-Geral do Tesouro a
Empresas do Sector Empresarial do Estado**

1996 – 1999

<i>milhões de euros</i>	1996	1997	1998	1999	Total
ANAM			74,8		74,8
BRISA	199,5	152,1			351,7
CNEMA	5,0				5,0
CP	143,7	207,0		73,8	424,5
EDIA				70,0	70,0
ENVC		24,9			24,9
EPAC	149,6				149,6
GESTNAVE			10,0		10,0
HCB	16,5	34,9			51,4
LISNAVE-EN	17,5	20,0	7,5		44,9
Metro Porto				169,6	169,6
Metropolitano Lisboa	0,1	204,5		224,5	429,1
Parque Expo' 98	149,6	299,3	249,4	299,3	997,6
Quimigal	22,4				22,4
REFER		99,8		174,6	274,3
STCP					0,0
Transtejo	16,2				16,2
Total	720,1	1042,5	341,7	1011,7	3116,0

Fonte: DGT.

Neste período, as responsabilidades do Estado pelas garantias prestadas, conforme o quadro seguinte, cresceram 17,9%, tendo atingido a 31 de Dezembro de 1999 o montante de 3.969,1 milhões de euros.

**Responsabilidades Efectivas do Estado
por Garantias Prestadas**

Em 31 de Dezembro

<i>milhões de euros</i>	1996	1997	1998	1999
Total	3281,3	4077,9	4736,8	3869,1

Fonte: DGT.

2.4.2.3. Dividendos e Remuneração do Capital Investido

Entre 1996 e 1999, o Estado recebeu, a título de dividendos e remuneração do capital investido, o montante global de 1.833,1 milhões de euros, dos quais 1.465,9 milhões de euros (80%) correspondem ao montante recebido de apenas duas empresas – a EDP e a PARTEST.

Dividendos e Remuneração do Capital Investido Recebidos
1996 – 1999

<i>milhões de euros</i>	1996	1997	1998	1999	Total
ANA	19,0	24,9	24,6	24,9	93,5
BRISA			20,5	13,0	33,5
CIMPOR	21,7	7,8	0,4	0,5	30,4
EDP	194,9	269,2	165,1	138,2	767,4
ENDAC	0,1				0,1
ESLI	0,0				0,0
IPE		6,8	3,0	4,6	14,4
INCM	0,6	0,9	1,7	5,0	8,2
Companhia das Lezírias	0,6	0,4	0,5		1,5
PT	47,0	49,9	26,4	21,7	144,9
PARTEST	12,7	404,0	281,7		698,4
PARPÚBLICA					0,0
PETROGAL				33,4	33,4
REN					0,0
SIMAB		0,1			0,1
Sociedade Água do Luso	0,0				0,0
Tabaqueira	3,7		1,8	1,6	7,1
Transmotor	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	300,3	764,2	525,6	242,9	1833,1

Nota: os valores inscritos como dividendos da ANA e da INCM correspondem a remuneração do capital investido; do montante inscrito, em 1997, como dividendos da Companhia das Lezírias, 187 mil euros correspondem ao pagamento da 3ª prestação dos dividendos líquidos do exercício de 1991; do montante inscrito, em 1997, como dividendos da PARTEST, 74,8 milhões de euros correspondem a distribuição de reservas livres; do montante inscrito, em 1998, como dividendos da EDP, 27,1 milhões de euros correspondem a distribuição de reservas livres; relativamente aos dividendos da PARTEST inscritos em 1998, e relativos a 1997, por Deliberação Social Unânime de 29.09.98 foi determinado o adiamento do pagamento da parte dos dividendos que excedia os 375,6 milhões de euros.

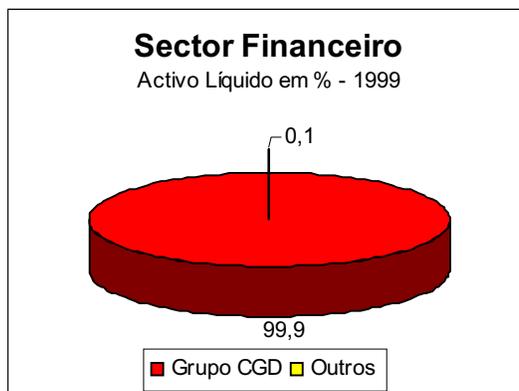
2.4.3. Evolução Económica e Financeira das Empresas Públicas Financeiras

2.4.3.1. Evolução Financeira

O sector financeiro, com a já citada operação de reprivatização do Banco de Fomento e Exterior realizada em 1996, encontra-se praticamente reduzido ao Grupo Caixa Geral de Depósitos, o maior grupo financeiro nacional, o qual compreende 99,9% do activo líquido do sector.

Para além deste grupo, que compreende *inter alia* a Caixa Geral de Depósitos e o Banco Nacional Ultramarino, ambos participados directamente pelo Estado, existiam em 1999, na carteira da DGT, o FIEP – Fundo para a Internacionalização das Empresas Portuguesas, o FRME – Fundo para a Modernização e Revitalização do Tecido Empresarial e o FRMERMI – Fundo

para a Modernização e Reestruturação do Tecido Empresarial em Regiões de Mono Indústria.



Grupo Caixa Geral de Depósitos

No universo da CGD, o volume predominante, embora tenha decrescido no período em apreço, é protagonizado pela própria Caixa Geral de Depósitos, que em 1999 representava 69,7% do activo líquido consolidado (80,1% em 1996). Destaque ainda para o Banco Nacional Ultramarino, entre diversas participações no sector bancário, segurador e financeiro.

Activo Consolidado

1996 – 1999

<i>milhões de euros</i>	1996	1997	1998	1999
CGD	29270	27439	30277	38338
BNU	6973	6709	7223	7991
Outros	304	7068	11517	8709
Total	36548	41216	49017	55037

<i>estrutura [%]</i>	1996	1997	1998	1999
CGD	80,1	66,6	61,8	69,7
BNU	19,1	16,3	14,7	14,5
Outros	0,8	17,1	23,5	15,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Em termos de recursos registo para um aumento da captação global de cerca de 44,2% entre 1996 e 1999, atingindo o Grupo CGD uma quota de mercado de 30% dos depósitos de clientes em 1999. Em igual ano, a quota de mercado alcançada em termos de crédito a clientes foi de 23,3%.

Rentabilidade e Solvabilidade

1996 – 1999

<i>milhões de euros</i>	1996	1997	1998	1999
Captação Global	32939	37225	44465	47487
Resultados Líquidos	248	289	351	349
Rácio de Solvabilidade [%]	12,9	11,8	9,5	10,8

Fonte: CGD.

O Grupo CGD apresentou em 1999 um resultado líquido de 349 milhões de euros, um montante 40,6% mais elevado que em 1996; nesse mesmo ano, a rentabilidade em percentagem do activo líquido médio (ROA) foi de 0,7% e em percentagem dos capitais próprios (ROE) foi de 13,3%. Contudo, ao longo do período registou-se uma diminuição do rácio de solvabilidade, o qual passou de 12,9%, em 1996, para 10,8% em 1999.

2.4.3.2. Esforço Financeiro do Estado*Dotações de Capital*

Entre 1996 e 1999, o Estado realizou dotações de capital no valor de 599,2 milhões de euros, tendo 208,6 milhões de contos (34,8%) sido realizados com capitais provenientes do Fundo de Regularização da Dívida Pública e os demais 390,5 milhões de contos (65,2%) em espécie por mobilização de títulos.

Dotações de Capital realizadas pelo FRDP

1996 – 1999

<i>milhões de euros</i>	1996	1997	1998	1999	Total
CGD			108,9		108,9
FIEP		39,9			39,9
FRME			44,9		44,9
FRMERMI			15,0		15,0
TOTAL		39,9	168,7		208,6

Dotações de Capital em espécie

1996 – 1999

<i>milhões de euros / títulos</i>	1996	1997	1998	1999	Total
CGD			140,5	250,0	390,5
CGD			PT	GALP	

Assunção de Passivos

Entre 1996 e 1999, apenas se efectuou uma operação do género no sector financeiro, mais concretamente na Companhia de Seguros Mundial Confiança, em 1996, no montante de 205,3 mil euros.

2.4.3.3. Dividendos

Entre 1996 e 1999, o Estado recebeu dividendos num montante global de 604,9 milhões de euros, tendo sido 12,5 milhões de euros provenientes do Banco de Fomento e Exterior (dividendos distribuídos em 1996, ainda antes da operação de reprivatização) e 592,3 milhões de euros provenientes da Caixa Geral de Depósitos.

Dividendos Recebidos

1996 – 1999

<i>milhões de euros</i>	1996	1997	1998	1999	Total
BFE	12,5				12,5
CGD	86,0	125,3	236,9	144,0	592,3
Total	98,6	125,3	236,9	144,0	604,9

ANEXO 1

Participações Directas do Estado (carteira total*)

Empresa	%
ANA - Aeroportos de Portugal, SA	100,00
ANAM - Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira, SA	10,00
APA - Administração do Porto de Aveiro, SA	100,00
APDL - Administração dos Portos do Douro e Leixões, SA	100,00
APL - Administração do Porto de Lisboa, SA	100,00
APS - Administração do Porto de Sines, SA	100,00
APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA	100,00
AveiroPolis - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Aveiro, SA	60,00
BejaPolis - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Beja, SA	60,00
BragançaPolis - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Bragança, SA	60,00
CacémPolis - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis no Cacém, SA	60,00
Caixa Geral de Depósitos, SA	100,00
CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, SA	10,00
CoimbraPolis - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Coimbra, SA	60,00
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA	100,00
Companhia Minas de Penedono, SA	25,00
COMUNDO - Consórcio Mundial de Exportação e Importação, SA	0,00
Cooperativa dos Armadores de Navios de Pesca do Bacalhau, SA	53,67
Cooperativa Cultural e Recreativa da Gafanha da Nazaré, SA	0,00
COSTAGEST - Empresa de Desenvolvimento da Frente Ribeirinha Norte e Atlântica de Almada, SA	69,09
CostaPolis - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis na Costa da Caparica, SA	60,00
CP - Caminhos de Ferro Portugueses, EP	100,00
CTT - Correios de Portugal, SA	100,00
DECOVIZ - Produtos de Decoração, Ldª	1,67
DILOP - Alimentos do Sul, SA	19,60
DILOP - Charcutaria Cozidos e Fumados, SA	19,60
Docapesca - Portos e Lotas, SA	100,00
EDAB- Empresa de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja, SA	20,00
EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestrutura do Alqueva, SA	100,00
EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro (SGPS), SA	96,03
EDP - Electricidade de Portugal, SA	18,96
Empresa Martins & Rebelo - Indústrias Lácteas e Alimentares, SA	37,30
EMPORDEF - Empresa Portuguesa de Defesa (SGPS), SA	99,00
ENATUR - Empresa Nacional de Turismo, SA	24,74
ENDAC - Empresa Nacionade de Desenvolvimento Agrícola e Cingético, SA	100,00
ENU - Empresa Nacional de Urânio, SA	11,00
Estaleiros Navais de Viana do Castelo, SA	100,00
EURO 2004	5,00
Eurominas - Electro Metalurgia, SA	0,00
EUT - Empreendimentos Urbanos e Turismo, SA	24,10
Fábricas Mendes Godinho, SA	75,00
FNM - Produtos Alimentares e de Consumo, SA	18,24
FRME - Fundo para a Revitalização e Modernização do Tecido Empresarial (SGPS)	90,00
FRMERMI - Fundo para a Modernização e Reestruturação do Tecido Empresarial em Regiões de Mono Indústria (SGPS)	54,55
GaiaPolis - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Gaia, SA	60,00
Galp Energia (SGPS), SA	34,80
Gestínsua - Aquisições e Alienações de Património Imobiliário e Mobiliário, SA	14,96
GESTNAVE - Prestação de Serviços Industriais, SA	99,61
Hidroeléctrica de Cahora Bassa, SA	81,64
Imobiliária Construtora Grão-Pará, SA	0,00
IPE - Investimentos e Participações Empresariais, SA	44,88
LeiriaPolis - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Leiria, SA	60,00
Lisnave - Estaleiros Navais, SA	2,97
Matur - Sociedade de Empreendimentos Turísticos da Madeira, SA	0,00
Messa - Indústria de Precisão, SA	40,00
Metalurgia Casal, SA	0,00
Metro do Mondego, SA	53,00
Metro do Porto, SA	10,00
Metro - Metropolitano de Lisboa, EP	100,00
NAER - Novo Aeroporto, SA	10,00
Natgás - Companhia Portuguesa de Gás Natural, SA	10,00
NAV - Navegação Aérea de Portugal, EP	100,00
Navotel - Empreendimentos Turísticos, SA	42,15
Nova Vouga - Industrias Alimentares, SA	23,36

* Excluindo participações em empresas no ex-Ultramar, que não a na Hidroeléctrica de Cahora Bassa.

Empresa	%
PARPÚBLICA - Participações Públicas (SGPS), SA	100,00
Parque Expo 98, SA	99,07
PEC - Produtos Pecuários e Alimentação, SA	99,98
PolisAlbufeira - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, SA	60,00
PolisCastelo Branco - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Castelo Branco, SA	60,00
PolisCovilhã - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis na Covilhã, SA	60,00
PolisGuarda - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis na Guarda, SA	60,00
PolisMatosinhos - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Matosinhos, SA	60,00
PolisVila do Conde - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Vila Conde, SA	60,00
PolisVila Real - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Vila Real, SA	60,00
Porto 2001, SA	86,92
Portugal 2001, SA	100,00
Portugal 2004, SA	98,68
Portugal Global (SGPS), SA	100,00
Portugal Telecom (SGPS), SA	0,00
RAVE - Rede Ferroviária de Alta Velocidade, SA	60,00
Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal, SA	0,00
REFER - Rede Ferroviária Nacional, EP	100,00
REN - Rede Eléctrica Nacional, SA	20,00
SetúbalPolis - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Setúbal, SA	60,00
Siderurgia Nacional - Empresa de Serviços, SA	100,00
SILOPOR - Empresa Silos Portuários, SA	100,00
SIMAB - Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, SA	100,00
Sociedade Aguas da Curia, SA	0,01
Sociedade Autódromo Fernanda Pires da Silva	47,63
Sociedade Parques Sintra - Monte da Lua	15,00
Sociedade Têxtil da Cuca, SA	5,87
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, SA	100,00
Sonagi - Soc. Nacional Gestão Investimento, SA	0,01
SPIDOURO - Sociedade de Promoção de Investimentos no Douro e Trás-os-Montes, SA	8,30
TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SA	100,00
TEVITOM - Confecções de Vestuário, Ldª.	0,41
TEVIZ - Têxtil de Vizela, SA	6,82
Torralla - Club Internacional de Férias, SA	100,00
TRANSTEJO - Transportes do Tejo, SA	100,00
Ultrena - Sociedade Portuguesa de Comércio de Automóveis, SA	90,00
VianaPolis - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Viana do Castelo, SA	60,00
ViseuPolis - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Viseu, SA	60,00

ANEXO 2

Participações Directas do Estado (maioritárias e minoritárias relevantes, por sectores)

Sector	Empresa	%	
Agricultura e Pescas	Docapesca - Portos e Lotas, SA	100,00	
	SIMAB - Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, SA	100,00	
Comunicação Social	Portugal Global (SGPS), SA	100,00	
Comunicações	CTT - Correios de Portugal, SA	100,00	
	Portugal Telecom (SGPS), SA	0,00	
Energia	EDP - Electricidade de Portugal, SA	18,96	
	Hidroeléctrica de Cahora Bassa, SA	81,64	
	Gaio Energia (SGPS), SA	34,80	
Financeiro	Caixa Geral de Depósitos, SA	100,00	
	FRME - Fundo para a Revitalização e Modernização do Tecido Empresarial (SGPS)	90,00	
	FRMERMI - Fundo para a Modernização e Reestruturação do Tecido Empresarial (SGPS)	54,55	
Gestão de Eventos/Requalificação Urbana	AveiroPolis - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Aveiro, SA	60,00	
	BejaPolis - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Beja, SA	60,00	
	BragançaPolis - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Bragança, SA	60,00	
	CacémPolis - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis no Cacém, SA	60,00	
	CoimbraPolis - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Coimbra, SA	60,00	
	CostaPolis - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis na Costa Caparica, SA	60,00	
	GaiaPolis - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Gaia, SA	60,00	
	LeiriaPolis - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Leiria, SA	60,00	
	Parque Expo 98, SA	99,07	
	PolisAlbufeira - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, SA	60,00	
	PolisCastelo Branco - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Castelo Branco, SA	60,00	
	PolisCovilhã - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis na Covilhã, SA	60,00	
	PolisGuarda - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis na Guarda, SA	60,00	
	PolisMatosinhos - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis, SA	60,00	
	PolisVila do Conde - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis, SA	60,00	
	PolisVila Real - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis, SA	60,00	
	Porto 2001, SA	86,92	
	Portugal 2001, SA	100,00	
	Portugal 2004, SA	98,68	
	SetúbalPolis - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Setúbal, SA	60,00	
	VianaPolis - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Viana do Castelo, SA	60,00	
	ViseuPolis - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Viseu, SA	60,00	
	Gestão de Infraestruturas	ANA - Aeroportos de Portugal, SA	100,00
ANAM - Aeroportos e Navegação Aérea Madeira, SA		10,00	
APA - Administração do Porto de Aveiro, SA		100,00	
APDL - Administração dos Portos do Douro e Leixões, SA		100,00	
APL - Administração do Porto de Lisboa, SA		100,00	
APS - Administração do Porto de Sines, SA		100,00	
APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA		100,00	
EDAB - Empresa de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja, SA		20,00	
EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestrutura do Alqueva, SA		100,00	
NAER - Novo Aeroporto, SA		10,00	
NAV - Navegação Aérea de Portugal, EP		100,00	
RAVE - Rede Ferroviária de Alta Velocidade, SA		60,00	
REFER - Rede Ferroviária Nacional, EP		100,00	
REN - Rede Eléctrica Nacional, SA		20,00	
Indústria		EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro (SGPS), SA	96,03
		EMPORDEF - Empresa Portuguesa de Defesa (SGPS), SA	99,00
	Estaleiros Navais de Viana do Castelo, SA	100,00	
	Siderurgia Nacional - Empresa de Serviços, SA	100,00	
Outros	ENATUR - Empresa Nacional de Turismo, SA	24,74	
	EURO 2004	5,00	
	GESTNAVE - Prestação de Serviços Industriais, SA (ex-Lisnave)	99,61	
Transportes	Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA	100,00	
	CP - Caminhos de Ferro Portugueses, EP	100,00	
	Metro do Mondego, SA	53,00	
	Metro do Porto, SA	10,00	
	Metro -Metropolitano de Lisboa, EP	100,00	
	Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA	100,00	
	TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SA	100,00	
	TRANSTEJO - Transportes do Tejo, SA	100,00	
Holding	IPE - Investimentos e Participações Empresariais, SA	44,88	
Holding	PARPÚBLICA - Participações Públicas (SGPS), SA	100,00	

3. Caracterização do S.E.E. em 2001

3.1. Caracterização do S.E.E. reportado a 31.12.2001

Constitui objectivo principal deste capítulo a análise da estrutura actual do SEE, na parte que corresponde apenas ao sub-sector Estado, tendo por referência o ano de 2001. O referencial utilizado para a análise da composição do SEE corresponde a 31 de Dezembro de 2001, sendo a análise da situação económico-financeira reportada a 31 de Dezembro de 2000, em virtude de não se dispor, à data, de dados relativos ao exercício de 2001 para a totalidade das empresas consideradas.

Embora o presente estudo considere apenas as participações directas do Estado através da DGT, justifica-se a desagregação de participações importantes que se encontram “arrumadas” nas chamadas holdings públicas. Concretamente, esta caracterização será efectuada no caso da Parpública, do IPE e, no sector financeiro e segurador, relativamente ao Grupo Caixa Geral de Depósitos.

Assim, a análise global terá em conta apenas as participações que a DGT detém ao nível dessas *holdings*, partindo-se posteriormente para a análise, necessariamente breve, das empresas onde cada uma delas tem participação.

3.1.1. Empresas Directamente Participadas Pelo Estado

O actual S.E.E. é composto fundamentalmente por empresas em que o Estado participa maioritariamente no capital. No global, excluindo as empresas que se encontram em processo de liquidação, ou que foram transferidas para a esfera da DGT em virtude de processos de execução fiscal ou de outra natureza, o Estado participa directamente em 64 empresas.

Do total dessas participações, apenas cerca de 21% do total são empresas em que o Estado detém uma participação inferior a 50%.

Participações Directas do Estado – Nível de Participação
31 de Dezembro de 2001

	n.º entidades	Valor Nominal (milhões de €)	Capital Social (milhões de €)
>50%	53	10.667,20	10.817,90
<50%	11	1.119,52	6.039,58
	64	11.786,72	16.857,48

Deve referir-se, porém, que nas participações minoritárias se encontram inscritas empresas como a Portugal Telecom, onde o Estado apenas possui 510 acções, a EDP onde a sua participação corresponde a 18,96% do capital social, a REN e a Galpenergia, em que essa participação se eleva, respectivamente a 20% e a 34,8%. Estas quatro empresas respondem por 86% do valor nominal das participações minoritárias e a 93% do capital social agregado dessas mesmas participações. Neste último valor assume especial relevância a Portugal Telecom, onde a participação do Estado é residual – apesar dos direitos especiais que lhe assistem. Neste leque de participações minoritárias cabem fundamentalmente empresas “privatizáveis”, sendo previsível a sua alienação no futuro.

Do lado das participações maioritárias, destacam-se o grupo financeiro público, liderado pela Caixa Geral de Depósitos, a CP e a *holding* pública Parpública SGPS. Estas três empresas respondem por 60% do núcleo de participações maioritárias, quer em termos de valor nominal, quer no que diz respeito a capital social, já que são inteiramente detidas pelo Estado.

Atendendo à dimensão das participações maioritárias, verifica-se a criação de múltiplas sociedades programáticas, que visam um fim único ou a prossecução de objectivos específicos. É claramente o caso das sociedades Polis, constituídas para gerir os programas de requalificação urbana em diversas cidades do Continente. A criação dessas novas sociedades atingiu o seu apogeu em 2001 (até ao momento criadas 18 sociedades com essa missão), sendo todas elas participadas directamente pelo Estado em 60% do seu capital social. Todavia, há que notar que a sua dotação de capital inicial é relativamente reduzida e, por essa razão, com significância limitada em termos de valor nominal dessas participações. Ainda a propósito destas sociedades, refira-se que a realização do capital é faseada, por forma a acompanhar as diversas fases dos projectos.

Neste âmbito, é de destacar ainda a constituição de outras sociedades que visam exclusivamente a realização de determinados eventos, como o Campeonato Europeu de Futebol em 2004, as quais se juntam a outras já existentes, como a Sociedade Porto 2001 e a Sociedade Portugal 2001. Porém, de todas estas entidades, apenas a Sociedade Portugal 2001, constituída para programar e efectivar a representação de Portugal na feira universal de *Hannover* 2000, é integralmente detida pelo Estado.

A distribuição sectorial das empresas que integram o SEE é a que consta do quadro seguinte:

Participações Directas do Estado

31 de Dezembro de 2001

Sector	n.º entidades		Valor Nominal (milhões de €)	Capital Social (milhões de €)	Participação %
	> 50%	< 50%			
Agric. & Pescas	2		38,93	38,93	100,00%
Indústria	4		278,79	284,91	97,85%
Comunicações	1	1	533,80	1.788,09	29,85%
Comunic. Social	1		175,00	175,00	100,00%
Energia	1	2	1.061,28	4.078,89	26,02%
Financeiro	3		2.509,88	2.527,35	99,31%
Empresas programa / projecto	22		556,29	634,91	87,62%
Gestão Infraestruturas	10	4	980,98	1.480,40	66,26%
Transportes	7	1	3.123,02	3.128,03	99,84%
Outros	1	2	385,57	401,82	95,96%
Holdings não sectoriais	1	1	2.143,23	2.319,15	92,41%
	53	11	11.786,77	16.857,48	69,92%

O sector da comunicação social engloba as participações na RTP, RDP e Lusa, encontrando-se estas empresas agrupadas na holding sectorial criada nesta área, a Portugal Global, SGPS. As *holdings* não sectoriais englobam as participações na Parpública e no IPE, sendo que, nesta última, essa participação é minoritária. Apesar disso, a dimensão significativamente superior da Parpública determina o nível elevado da participação patenteado no quadro anterior (92,41%).

Da análise do quadro anterior, em linha do que atrás se referiu, ressalta o facto dos sectores das comunicações e da energia reflectirem o escasso peso do Estado, visível através do número de empresas em que essa participação é minoritária e pelo nível dessa participação. Com efeito, a parcela de capital globalmente detida pelo Estado nos sectores das comunicações e energia mostra-se claramente inferior a 50%. Embora globalmente maioritário na gestão de infraestruturas, a participação de 66% reflecte o peso da REN, onde o Estado apenas possui directamente 20%.

Contrariamente, o sector dos transportes é aquele em que a participação directa do Estado se revela mais significativa em termos absolutos (pelo valor nominal das participações) e também em termos de percentagem de detenção do capital (se bem que nesta última abordagem é suplantado pelas empresas

ligadas ao sector primário e pela comunicação social). Neste sector incluem-se empresas como a CP, Metropolitano de Lisboa, TAP e Carris. Praticamente todas as empresas são detidas de forma directa e integral pelo Estado, com excepção da Metro do Porto e da Metro do Mondego.

Na indústria, para além da actividade mineira pela EDM e do sector da construção naval dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, inclui-se a *holding* do Estado Empordef SGPS, que opera na área da Defesa.

Por fim, o sector financeiro aglutina todas as participações do grupo Caixa Geral de Depósitos, sendo de destacar as posições significativas que detém em muitas empresas em que o Estado detém participação directa, como sejam a EDP, a Galpenergia ou o próprio IPE. Como empresa do grupo, merece especial relevância a Fidelidade, representante do sector segurador.

Fazem ainda parte integrante do sector financeiro, duas *holdings* que actuam no apoio ao tecido empresarial, detidas maioritariamente pelo Estado.

Em termos da dimensão das empresas que integram o S.E.E., avaliada pelo respectivo capital social, retira-se que a classe modal se situa entre os 5 e os 25 milhões de euros, precisamente naquele em que têm cabimento a maior parte das sociedades Polis.

Dimensão das Empresas com Participação do Estado

31 de Dezembro de 2001

Capital Social	Total de Participações		Maioritárias		Minoritárias	
	n.º	Cap. Social (milhões €)	n.º	Cap. Social (milhões €)	n.º	Cap. Social (milhões €)
CS < €500 mil	1	0,50		-	1	0,50
€500 mil < CS < €5 milhões	8	30,22	6	20,22	2	10,00
€5 milhões < CS < €25 milhões	23	281,11	21	256,57	2	24,54
€25 milhões < CS < €100 milhões	12	664,13	11	596,63	1	67,50
€100 milhões < CS < €1.000 milhões	15	5.181,91	12	3.499,51	3	1.682,40
CS > €1.000 milhões	5	10.699,61	3	6.445,32	2	4.254,29
	64	16.857,48	53	4.372,93	11	6.039,23

Das entidades com capital superior a €1.000 milhões, o Estado detém a totalidade do capital da CP, da Caixa Geral de Depósitos e da *holding* Parpública, correspondendo as restantes duas, EDP e PT, a participações minoritárias.

3.1.2. As Holdings: Parpública, IPE e Grupo CGD

Parpública

Enquadrada no âmbito da reestruturação do tecido empresarial do Estado e consequentemente da antiga *holding* PARTEST, que aglutinava de forma indiscriminada algumas das participações do Estado, é criada, em 2000, a Parpública. Com esta, são criadas *sub-holdings* sectoriais, no sentido de racionalizar a gestão dos diferentes tipos de participações do Estado, com as quais a Parpública consolida integralmente. A saber:

- a SAGESTAMO, SGPS, para o negócio do imobiliário (gestão de espaços, mediação e arrendamento a entes públicos), compreendendo participações em várias empresas.
- a SAGESECUR, SGPS, na área da titularização de créditos, que não se encontrava ainda em actividade no final de 2001.

Para além destas, a Parpública detém ainda outras participações:

- na Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA, integrada a 100% no universo da Parpública em Setembro de 2000, cuja actividade se centra na produção de moeda metálica, na edição de jornais oficiais, na produção de impressos, cartões e documentos e na edição e venda de livros.
- na Papercel, SGPS, onde detém uma participação directa de 50% e outra indirecta nos restantes 50%, esta última conseguida com a aquisição da Portucel, SGPS, efectuada em 2001 à DGT. A Papercel agrega participações em diversas empresas do grupo Portucel, sendo de destacar a própria Portucel, SA, empresa que, como se sabe, se encontra em processo de reprivatização e onde o Estado ainda detém a maioria do capital. Com esta operação, todas as participações do Estado no sector da pasta e do papel passaram a estar concentradas na Parpública.
- na Margeira, SA, onde detém 51% do capital. Trata-se de uma sociedade financeira, gestora de fundos de investimento imobiliário, em concreto, aquele que foi especificamente constituído para gerir os terrenos onde se encontrava instalada a Lisnave, em Cacilhas.

- Outras participações significativas: IPE, onde a participação foi aumentada em 2001 para 34,04%; na REN, cuja entrada no capital se processou em 2001 através da aquisição ao Tesouro de uma parcela de 5% (que foi reforçada já no decorrer de 2002 para 30%); o aumento da participação na EDP, por permuta com acções da PT celebrada com a Segurança Social; na SN Longos, onde, igualmente em 2001, foram adquiridos os 10% ainda não reprivatizados e finalmente, na Isotal ,SA (31,05%) e na Tertir, SA (23,29%).

Em 2001, para além da PT, a Parpública alienou as suas participações na Brisa e na Cimpor, no âmbito das já anteriormente referidas fases de reprivatização, e na Interhotel SA, empresa do grupo Grão Pará, onde detinha 28,84%, participação que serviu na altura para liquidar dívidas ao Estado.

Para além da gestão de empresas públicas e participadas, os estatutos da Parpública prevêm a possibilidade desta vir a prestar consultoria económico-financeira regular ao Estado Português sobre as mais diversas matérias.

IPE – Investimentos e Participações Empresariais, SA

O IPE opera em diversos sectores, dispondo de participadas especializadas em cada um deles. O grupo é detido directamente pelo Estado português em 44,88% e indirectamente através da CGD em 20,35% e da Parpública em 34,04%.

Um dos mais expressivos advém do sector das águas, onde opera através da AdP – Águas de Portugal, SGPS, uma participada a 100%. Por seu lado, esta última detém integralmente a EPAL e um vasto conjunto de operadores de sistemas de abastecimento de água e saneamento básico em diversas regiões do território nacional e do Brasil. No tratamento de resíduos sólidos, o IPE, igualmente através da AdP, detém a totalidade do capital da Empresa Geral do Fomento, SA, que possui várias participadas por diversas regiões do país, e da IPE Regia, SA, que actua no sector da reciclagem especializada. Tendo em conta as sinergias que daí poderão advir, a AdP tem vindo a negociar as bases para o estabelecimento de uma parceria estratégica com a EDP, o que lhe permitirá sedimentar a sua estratégia de internacionalização, bem como, racionalizar custos e a gestão das diferentes unidades de negócio a nível interno.

O capital de risco e o apoio às PME na vertente financeira constituem outro vértice da actuação do IPE. A sua actividade neste campo tem vindo a especializar-se no apoio a vários tipos de projectos, através da criação de Fundos de Capital de Risco. Recentemente, o apoio a projectos do tipo *start-up* e na área da tecnologia têm absorvido a maior parte do investimento.

Das novas áreas de negócios são de destacar os investimentos no sector da saúde, turismo e lazer, através de empresas que operam na consultoria e estudos de saúde e no tratamento de resíduos hospitalares. Nas TIC (tecnologias de informação e comunicação), a holding constituiu recentemente a IPE – Comunicações e Serviços e a IPE – Tecnologias de Informação, por forma a dar um maior aproveitamento às estruturas que já possui noutras áreas.

Principais participações directas do IPE, SA⁽¹⁾

Entidade	Particip.	Sector
AdP - Águas de Portugal SGPS	100,00%	Gestão de rec. hídricos, abastec. água, saneamento, recilc. e tratam. resíduos
IPE - Estudos e Proj. Internacionais	100,00%	
IPE Comunicações e Serviços	100,00%	
Becim - Corretora de Seguros	67,80%	Corretagem de seguros
Generg SGPS	55,20%	Produção energia e gestão de proj. energéticos renováveis (parques eólicos...)
Soc. Geral Proj. Indust. e Serv. SGPS	100,00%	Diversas empresas que operam no sector do imobiliário
SPE - Soc. Portuguesa de Empreendimentos	81,13%	
Sodia 2	100,00%	Componentes para a indústria automóvel
UTIC	99,66%	Sector dos transportes
No sector financeiro		
IPE Capital	85,99%	Gestão de capital de risco
PME Capital	14,03%	Gestão de capital de risco
PME Investimentos	14,03%	Investimentos financeiros
Talentum	10,00%	Consultoria de gestão
Internacionalização (particip. directas)		
PGS - Promoção e Gestão	30,00%	Galiza, Espanha
Agribissau	25,05%	Bissau
Agrimo	20,29%	Moçambique
Agripar	20,29%	Moçambique
Electra	20,40%	Moçambique
Águas do Chile	100,00%	Chile
CCN - Comp. Do Cajú Nacala	25,30%	Moçambique
Águas de Moçambique	73,00%	Moçambique
AQUATEC	25,00%	Moçambique
Soc. Mineira do Locapa	39,75%	Angola
IPE Macau	100,00%	Macau, China

⁽¹⁾ Dados de 31 de Dezembro de 2001.

Como se verifica da leitura do quadro supra, o IPE detém participações que abrangem uma vasta área de negócios e sectores. No que respeita à internacionalização, deve referir-se que 2001 constituiu o primeiro exercício completo para um leque substancial de participações, o que reforça a aposta que o grupo público está a fazer em termos de expansão das suas actividades no exterior.

Em 2001, o IPE viu ainda o seu capital ser aumentado, tendo sido subscrito maioritariamente pela CGD, Parpública e pelo Estado Português. A subscrição efectuada por este último processou-se em espécie, tendo sido transferidas para o património do IPE as seguintes participações:

Entidade	Particip.
Enatur	37,63%
Companhia das Lezírias	100,00%
FIEP	40,00%
FRIE PME Investimentos	47,17%
FRIE PME Capital	47,85%
FRIE Grupo CGD	10,00%

Algumas destas participações dizem respeito a Unidades de Participação em Fundos vocacionados para o apoio a projectos de internacionalização de empresas nacionais, com especial ênfase para as PME.

O IPE garante ainda, desde 1997, a gestão da *holding* do Estado para a os investimentos na Defesa, ou seja, a Empordef, SGPS.

A holding financeira: Grupo CGD

A Caixa Geral de Depósitos, SA encabeça o grupo que detém as participações financeiras do Estado. É actualmente a maior instituição bancária nacional e a sua influência estende-se muito além do sector financeiro. Aliás, muitas participações empresariais atribuídas ao Estado residem dentro do grupo CGD.

Na área financeira, 2001 consolidou a integração entre as redes CGD e o BNU, incluindo as suas subsidiárias, aumentando a sua oferta no segmento dos serviços às PME.

No sector segurador, o Grupo CGD detém a totalidade do capital de duas das maiores seguradoras nacionais, a saber, a Fidelidade e a Mundial Confiança,

que lhe conferem cerca de 20% da quota de mercado. Tendo esta última passado a integrar o universo CGD em 2000, apenas em 2001 foi completado o primeiro exercício integral, tendo resultado num aumento substancial da actividade do grupo nos segmentos vida e não vida.

No que respeita ao sector empresarial, destaque-se as participações relevantes em algumas empresas nacionais, quer no sector financeiro, quer empresarial. Em 2001, a CGD adquiriu ao Estado uma participação na Rede Eléctrica Nacional (REN).

Principais participações da CGD no sector empresarial

Entidade	Particip.
IPE - Investimentos e Particip. Empresariais	20,40%
REN - Rede Eléctrica Nacional	19,99%
Galpenergia, SGPS	13,50%
EDP	4,75%
Portugal Telecom	4,60%

Para além destas participações consideradas estratégicas, a CGD detém outras posições relevantes, das quais ressaltam:

Entidade	Particip.
Brisa	5,02%
SIBS	21,06%
F Turismo SGFII	33,50%
INH	55,00%

3.2. Situação Económico-financeira

3.2.1. Análise Global

O SEE concentra empresas em sectores fundamentalmente de capital intensivo, onde o fluxo de investimento é necessariamente elevado. Apesar desta realidade e tal como foi referido anteriormente, tem vindo a acentuar-se a constituição das chamadas empresas programa / projecto, embora tendam a apresentar estruturas relativamente leves. Com efeito, da arrumação efectuada segundo os diversos sectores, este é aquele que apresenta um maior número de empresas (22), mas com um reduzido valor médio unitário. Excepção é mesmo a Parque Expo, com um capital superior a €400 milhões.

O maior sector considerado é o da energia, que conta com duas empresas em fase de privatização – a Galpenergia e a EDP – sendo seguida do sector dos transportes. Todavia, estas posições invertem-se se se considerar o valor

nominal da participação do Estado em vez do capital social: a participação do Estado no capital das empresas de transporte é significativamente superior à participação nas indústrias da energia (à excepção da Hidroeléctrica de Cahora Bassa). Além do sector financeiro, onde pontua o Grupo CGD, o sector da gestão de infraestruturas assume importância central no universo das participações do Estado.

Globalmente, os indicadores deste universo do SEE podem considerar-se positivos, libertando um *cash flow* operacional (EBITDA) de 2,2 mil milhões de euros e um resultado de exploração antes de subsídios na ordem dos 286 milhões.

Resultados agregados do SEE (participações directas do Estado)

	euros
Resultado Operacional antes de Subsídios	286.289.646,84
Resultado Operacional (EBIT)	361.962.976,13
Resultado Financeiro	-687.644.609,17
Resultado Corrente	-325.681.633,04
Resultado Extraordinário	451.347.003,75
Resultado Líquido	-259.972.660,07
<i>Cash Flow</i> Operacional (EBITDA)	2.199.461.723,21

Como se verá adiante, os resultados extraordinários apresentam uma evolução favorável em praticamente todos os sectores relevantes. Fundamentalmente, a razão prende-se com alienações de empresas participadas ou de áreas de negócio com boas perspectivas de rentabilidade e, bem assim, com a forma de incorporação de subsídios ao investimento nos resultados líquidos, no âmbito de diferentes programas/quadros nacionais/comunitários. As maiores contribuições provêm do sector da energia, por intermédio da EDP, e das *holdings* públicas Parpública e IPE.

Inversamente, o comportamento dos resultados financeiros é claramente negativo, facto que se encontra intimamente ligado a um certo desequilíbrio evidenciado ao nível da estrutura de capitais, motivado pela predominância do endividamento na grande maioria desses sectores. Destacam-se neste capítulo os sectores da energia (sobretudo devido ao resultado da HCB) e dos transportes. Os resultados líquidos negativos espelham fundamentalmente o mau comportamento dos resultados financeiros.

No cômputo geral, as maiores dificuldades são verificadas nos sectores dos transportes e da comunicação social, que revelam uma exploração deficitária, assim como no sector industrial, embora em menor escala.

Indicadores agregados do SEE

EBIT/Activo	0,63%
EBITDA/Activo	3,81%
Rentab. Capitais Próprios	-1,24%
Cap. Próprio/Cap. Alheio*	78,36%
Cap. Próprios/Activo	59,11%
Cap. Próprios/Passivo	35,86%
Activo Fixo/Activo Total	77,82%
Capit. Perman./Activo Fixo	81,09%

* passivo de financiamento.

Da análise dos principais indicadores retira-se imediatamente que o comportamento global parece ser satisfatório. Com efeito, a cobertura do capital alheio pelo capital próprio ultrapassa os 78%, deixando transparecer uma estrutura de capitais quase equilibrada. Por outro lado, a rentabilidade dos capitais próprios situa-se em terreno negativo, apesar de que no aspecto operacional é dado verificar uma libertação de *cash-flows* a atingir os 3,8% do activo total.

Verifica-se, porém, que os resultados evidenciados são influenciados pela boa prestação registada por alguns dos sectores mais representativos relativamente aos indicadores de estrutura de capitais considerados, como sejam os casos da gestão de infraestruturas – que apresenta uma estrutura de financiamento com predominância de capitais próprios – da indústria, da energia (não considerando o caso particular da HCB) e das telecomunicações (CTT e Portugal Telecom), onde essa relação se encontra mais balanceada. Pelo contrário, sectores como os transportes e a comunicação social são aqueles que maior debilidade apresentam em termos da estrutura de financiamento, contribuindo decisivamente para os custos financeiros apresentados.

Tendo em conta as principais ilações que se podem retirar, designadamente quanto ao endividamento e estrutura de capitais, importa analisar com maior profundidade a natureza dos capitais alheios presente nas demonstrações financeiras das sociedades.

Estrutura do financiamento das EPNF

	euros
Empréstimos obrigacionistas	4.103.353.663,83
Dívidas a instituições de crédito	12.937.935.769,41
Outros empréstimos obtidos	1.420.037.299,52

O financiamento junto das instituições de crédito é claramente o modelo de financiamento mais seguido e verifica-se com especial ênfase no sector dos transportes e energia. Os empréstimos titulados (obrigacionistas) respondem por mais de 4 mil milhões de euros, sendo muitas vezes objecto de garantia por parte do Estado.

O horizonte temporal das dívidas a terceiros determina o seu grau de exigibilidade, pelo que importa verificar a estrutura temporal dos empréstimos bancários:

	euros	
	Emp. Bancários m/l prazo	Emp. Bancários curto prazo
Portugal Telecom	1.832.258.000,00	835.986.000,00
ML	1.114.133.513,23	304.993.091,65
GALP	1.028.700.000,00	636.127.000,00
REFER	981.511.407,51	319.536.581,84
CP	467.251.074,91	586.388.763,08
Portugal Global	442.553.440,00	151.761.580,00
REN	350.000.000,00	206.230.626,00
IPE	272.175.018,21	189.239.477,86
TAP	203.415.718,12	61.172.384,55
Expo 98	125.198.272,00	397.121.049,00
ANA	89.638.138,41	16.339.375,80
EDM	61.285.402,18	28.326.478,19
MP	58.198.317,00	-
Parública	43.864.292,06	1.350.375,59
Carris	39.903.831,76	99.357.471,35
APL	36.245.847,51	28.927.886,20
APS	19.894.975,43	1.641.965,50
Empordef	15.095.819,08	41.937.605,37
STCP	9.976.000,00	35.759.000,00
GESTNAVE	9.975.957,94	260.368,13
EDP	1.380.523,98	1.672.927.754,11
ANAM	-	13.158.928,58
CTT	-	15.986.472,60
EDIA	-	11.808.037,63
Outros	17.871.846,24	61.070.100,70
Total	7.220.527.395,57	5.717.408.373,73

E dos empréstimos obrigacionistas.

	euros	
	Emp. Obrigacionistas m/l prazo	Emp. Obrigacionistas curto prazo
EDP	1.807.809.987,93	134.159.715,09
Portugal Telecom	634.114.000,00	49.880.000,00
GALP	509.361.000,00	1.760.000,00
Parpública	356.428.222,98	-
Expo 98	299.278.738,00	-
ML	137.169.421,69	-
STCP	49.875.000,00	-
Carris	47.385.800,22	4.987.978,97
IPE	39.724.065,00	2.010,16
GESTNAVE	25.932.037,54	4.986.888,35
Empordef	-	498.797,90
Total	3.907.078.273,36	196.275.390,47

Como é dado verificar, a exigibilidade do endividamento bancário é consideravelmente superior àquele que é titulado por obrigações. Esta situação decorre em grande medida, devido à existência de programas de papel comercial que, como se sabe, têm normalmente um prazo inferior a 1 ano.

	euros
	2000
Encargos Financeiros (EF)	336.544.365,88
EF/Capital alheio*	1,82%

*Passivo de financiamento.

Os encargos financeiros com a dívida (juros) representaram 1,82% no exercício de 2000. Tendo em conta a importância que as maiores empresas representam para o sector bancário nacional (levando mesmo a que gozem de um acesso ao crédito em condições mais favoráveis do que o seu *rating* à partida permitiria) e o facto de muitos destes empréstimos terem garantias pessoais do Estado, o acesso ao mercado faz-se com taxas próximas dos *yields* da própria República. Acresce ainda o facto de parte dos custos de financiamento que aqui não se encontram considerados serem imobilizados de investimento.

Do total dos custos e perdas financeiras, apenas 16% se referem a juros suportados com a contracção de dívida, sendo que 44% dizem respeito a outras circunstâncias, como é o caso do cumprimento do serviço da dívida no âmbito de contratos de *leasing*. Interessa ainda, numa perspectiva independente face aos sectores onde se integram, verificar que as empresas que maiores lucros

líquidos apresentam se integram no lote das “privatizáveis”, obviamente com a devida excepção a ambas as *holdings* públicas.

Empresas com resultado líquido positivo

	euros
	Resultados líquidos 2000
EDP	548.973.768,22
Portugal Telecom	540.484.000,00
IPE	417.295.790,76
Parpública	108.292.071,11
REN	61.162.233,00
GALP	43.379.000,00
IPE	43.201.185,14
ANA	30.419.746,49
CTT	19.265.071,18
NAV	8.212.722,34
EDM	2.523.523,31
Expo 98	1.518.691,00
APDL	287.625,00
APA	30.846,28
TOTAL	1.407.750.483,07

É de realçar que das 64 empresas que constituem o universo do SEE em 31 de Dezembro de 2001, 13 obtiveram um resultado positivo no exercício de 2000 (há que fazer notar, contudo, o facto das sociedades Polis não serem passíveis de integrar este universo, em virtude da sua grande maioria não se encontrar a operar a 31 de Dezembro de 2000).

Empresas com resultado líquido negativo

	euros
	Resultados líquidos 2000
HCB	- 597.440.109,34
CP	- 235.038.003,41
Portugal Global	- 169.922.270,00
Metro Lisboa	- 166.256.062,89
TAP	- 122.081.528,52
REFER	- 111.056.588,62
GESTNAVE	- 78.772.239,72
Carris	- 75.698.917,05
SN Serviços	- 36.287.003,32
STCP	-26.471.000,00
Empordef	-17.693.453,78
APL	-10.245.825,78
TRANSTEJO	- 6.329.720,37
APS	- 4.038.233,25
Docapesca	- 3.336.033,46
ENVC	- 2.719.712,15
ANAM	- 2.133.788,18
Outros	- 2.202.653,30
TOTAL	- 1.667.723.143,14

Verifica-se, por conseguinte, que o saldo global é negativo. Deve notar-se, porém, que a diferença registada é em grande medida condicionada pela performance das maiores empresas que ainda permanecem (ainda que parcialmente) no SEE¹⁰. Todavia, se retirarmos a PT deste universo, dado que o Estado apenas possui (actualmente) 510 acções, a situação tende a agravar-se. Todavia, refira-se que do lado dos prejuízos, a situação evidenciada pela HCB se fica a dever fundamentalmente à contabilização de perdas cambiais potenciais, resultantes da desvalorização do Metical face ao Dólar, já que, tal como se verá na análise sectorial, a empresa evidencia uma exploração com resultados positivos.

O esforço financeiro do Estado em 2000 e 2001 centrou-se nos sectores mais débeis do SEE.

O sector dos transportes foi aquele que mais verbas absorveu, tanto em 2000, como em 2001. Todavia, tal como nos restantes sectores “tradicionais”, verificou-se um decréscimo nas contribuições do Estado no ano de 2001, apenas contrariado pelos sectores emergentes das empresas que têm por objecto a gestão ou o desenvolvimento de projectos específicos ou programáticos. No que respeita ao tipo de contribuição, as dotações de capital assumem-se como a principal forma de intervenção do Estado no SEE, designadamente sob a forma de aumentos de capital e de aquisição de participações em determinadas empresas. As indemnizações compensatórias assumem um carácter de compensação pela prossecução de serviços de interesse público, os quais devem ser remunerados pelo Estado, obedecendo o respectivo cálculo a critérios objectivos.

euros

	2000			2001		
	Indem. Compensat.	Dotações cap.	TOTAL	Indem. Compensat.	Dotações cap.	TOTAL
Transportes	78.745.224,01	468.919.903,03	547.665.127,04	91.733.921,25	180.135.872,55	271.869.793,80
Comunicação social	98.557.476,48	78.061.870,89	176.619.347,37	97.061.082,79	58.324.438,10	155.385.520,89
Gestão Infraestruturas	8.230.165,30	190.790.195,63	199.020.360,93	13.218.144,27	239.038.916,21	252.257.060,48
Indústria	-	9.741.522,93	9.741.522,93	-	144.651,39	144.651,39
Soc. programa/projecto	-	22.500.773,14	22.500.773,14	-	49.046.797,22	49.046.797,22
Outras	-	125.168.344,29	125.168.344,29	-	69.432.667,27	69.432.667,27
TOTAL	185.532.865,79	895.182.609,91	1.080.715.475,70	202.013.148,31	596.123.342,74	798.136.491,06

¹⁰ Refira-se, a este propósito, que não se encontra aqui considerado o resultado obtido pelo Grupo CGD, que ascendeu a €544.476.272, o que por certo inverteria a situação apresentada.

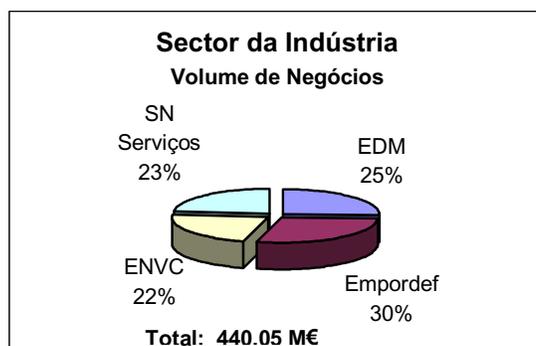
Para além destas modalidades de intervenção, o Estado concedeu no decurso de 2001 garantias pessoais no valor de 1.100 milhões de euros, uma vez mais com preponderância do sector dos transportes e, em menor escala, o sector da gestão de infraestruturas.

3.2.2. Análise Sectorial

Indústria

As participações directas do Estado no sector da energia congrega fundamentalmente quatro empresas.

A Empordef é a *holding* pública para a área da Defesa, detendo participações em empresas como as OGMA e INDEP. A SN Serviços detém as unidades de negócio no sector metalúrgico que ficaram em posse do Estado desde o início do processo de cisão e alienação da Siderurgia Nacional em 1995. Os Estaleiros Navais de Viana do Castelo são actualmente a empresa nacional mais activa no sector da construção naval, com um volume de negócios na ordem dos 98,8 milhões de euros, embora tal indicador registe uma grande volatilidade em função do número de encomendas. Por último, a Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SGPS (EDM) aglutina um conjunto de participações em empresas cujo objecto se encontra ligado à transformação de produtos provenientes da indústria extractiva.



Depois dos processos de privatização das grandes unidades industriais detidas pelo Estado, o sector industrial é actualmente deficitário. Os resultados líquidos de 2000 registam uma evolução negativa, tendo a SN Serviços sido o maior contribuinte para a actual situação vivida no sector (com prejuízos de €36 milhões), logo seguido pela Empordef (€17 milhões). Apenas a EDM

registou uma performance positiva, com o resultado líquido a fixar-se em 2,5 milhões de euros.

Resultados agregados do sector da indústria

	euros
Resultado Operacional antes de Subsídios	-57.762.367,70
Resultado Operacional (EBIT)	-48.038.347,58
Resultado Financeiro	-21.578.675,84
Resultado Corrente	-69.617.023,43
Resultado Extraordinário	24.924.101,71
Resultado Líquido	-54.176.645,94
Cash Flow Operacional (EBITDA)	36.196.537,21

Todavia, os resultados da EDM foram claramente impulsionados para terreno positivo em virtude da apresentação de resultados extraordinários positivos. O facto é que a performance da EDM foi inteiramente responsável pelo resultado extraordinário positivo que o sector evidencia.

Pela análise do *cash flow* operacional e dos resultados operacionais, verifica-se o enorme peso das amortizações e reintegrações e o seu forte impacto nos resultados, dado tratar-se de um sector de capital intensivo. Sendo uma situação que caracteriza todas as empresas, coloca-se com particular ênfase na EDM e na SN Serviços, por se tratar de indústrias mais “pesadas”. Ainda assim, importa referir que a EDM é a única empresa que apresenta um EBIT em terreno positivo, ainda que haja sido subsidiada, tendo sido claramente prejudicada em termos de resultados financeiros devido ao elevado passivo de financiamento. Esta situação deficitária ao nível dos resultados financeiros acabou por ser compensada pela boa performance dos resultados extraordinários já atrás retratada.

A SN Serviços foi a empresa mais deficitária de entre as analisadas, apresentando performances negativas relativamente à totalidade das várias naturezas de resultados. Esta realidade é particularmente visível ao nível operacional, tendo o EBIT apresentado valores negativos à volta dos €32,6 milhões. Nem mesmo o EBITDA se situa em terreno positivo neste ano de 2000, tendo-se quedado pelos €-10,3 milhões.

Embora em menor escala, a Empordef vive uma situação consolidada semelhante à SN Serviços. Todavia, esta empresa movimenta-se num ramo de interesse vital para o país, não sendo seu objectivo último a obtenção de padrões de rendibilidade positivos.

Os ENVC apresentam igualmente uma exploração deficitária, num ano em que a actividade de construção naval passou por algumas dificuldades com a procura em baixa. Tendo sido a empresa que neste sector mais beneficiou de subsídios à exploração, devidamente enquadrados em políticas comunitárias específicas, a empresa acabou por apresentar um EBIT de apenas €1,2 milhões negativos e um EBITDA em terreno positivo (€3,1 milhões).

Esforço financeiro do Estado no sector da indústria

	euros
	2000
Dividendos recebidos	-
Indem. compensatórias	-
Subsídios	9.724.020,11
Dotações capital	-
Esforço financeiro total	9.724.020,11
Saldo	- 9.724.020,11

Os subsídios à exploração atribuídos aos ENVC em 2000 superaram os €9 milhões, sendo o restante repartido entre a Empordef e a EDM.

Caracterizado por ser um sector de capital intensivo, com elevados investimentos em equipamento, apresenta uma estrutura de financiamento com preponderância de capitais alheios.

Indicadores agregados do sector da indústria

EBIT/Activo	-6,33%
EBITDA/Activo	4,77%
Rentab. Capitais Próprios	-18,13%
Cap. Próprios/Cap. Alheio*	71,55%
Cap. Próprios/Passivo	53,85%
Cap. Próprios/Activo	32,26%
Activo Fixo/Activo Total	59,42%
Capit. Perman./Activo Fixo	80,51%

* passivo de financiamento.o

A degradação do indicador de rentabilidade dos capitais próprios tem vindo a retratar alguma debilidade das empresas consideradas, com excepção da EDM, que apresentou um valor positivo à volta de 1,6%.

Energia

O sector energético integrante do SEE directamente titulado pela DGT compreende três entidades.

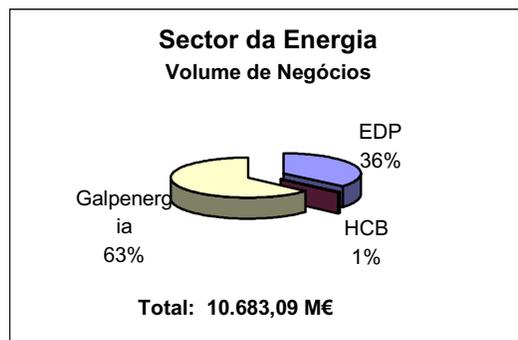
A EDP, participada directamente pelo Estado em 18,96% no final de 2001, representa o sector eléctrico. Após várias fases de reprivatização (durante o mês de Outubro de 2000 teve lugar a 4ª fase de privatização da EDP) e do processo de reestruturação que culminou com a autonomização da rede de infraestruturas – cuja gestão cabe actualmente à REN – e, conseqüentemente, da função estabilizadora e reguladora agora concentrada na ERSE, a empresa enfrenta agora um processo de integração e consolidação do mercado ibérico no sector da energia, juntamente com a REN. De referir que o Estado Português adquiriu 70% da REN – Rede Eléctrica Nacional, tendo a EDP recebido como contrapartida um total de 976 milhões de euros.

Prosseguindo a sua estratégia de *multi-utility*, a EDP adquiriu 11% do capital da Galpenergia, passando a deter uma participação total de 14,27% da empresa, no sentido de vir a reforçar o seu envolvimento no negócio do Gás Natural, nomeadamente em Espanha. Nesta estratégia de internacionalização, passou também a deter uma participação relevante no capital da energética brasileira Bandeirante, em parceria com outras entidades locais. Com o BCP foi negociada uma parceria estratégica visando essencialmente o sector das telecomunicações e Internet reforçada por uma troca de participações, tendo sido alienada àquele grupo financeiro uma participação na ONI. Destaque-se o facto da ONITelecom ter ganho uma licença para futuro operador UMTS. Pelo meio, a EDP adquiriu ainda 10% do capital social da EDA – Electricidade dos Açores por 6 milhões de euros, com a qual estabeleceu um acordo de parceria estratégica.

Já em 2001, a EDP e a CajaAstur lançaram uma OPA sobre 100% do capital da Hidrocantábrico, sendo actualmente a EDP o maior accionista em termos de direitos de voto.

No sector do *oil & gas*, aqui representado pela *holding* Galpenergia, SGPS, os tempos são igualmente de transformação: a empresa procedeu à incorporação da Gás de Portugal, que opera no sector do gás natural e encontra-se num processo de implementação e afirmação da sua estratégia de crescimento nos segmentos de negócios considerados *core*, compreendendo um aumento substancial da sua actividade em Espanha, através de acordos e parcerias firmados com operadores locais e com a própria EDP, que se constitui como

um parceiro natural dado o seu duplo estatuto de operador local de energia e de accionista da Galpenergia. O Estado detém directamente uma parcela de capital correspondente a 34,81%, após as duas primeiras fases de privatização nas quais foram abertas parcelas de capital a parceiros estratégicos.



A Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB) corresponde ao maior investimento público no exterior, mais concretamente, em Moçambique. A energia produzida tem como grande cliente a África do Sul, estando a empresa a envidar esforços no sentido de diversificar a sua carteira de clientes. A sua exploração mostra-se agora rentável, tendo apresentado um EBIT (portanto, já deduzidas as amortizações) positivo de €4,5 milhões e um EBITDA, igualmente positivo à volta dos €26 milhões.

Todavia, o resultado líquido negativo situou-se à volta dos €119,8 milhões, o que se fica fundamentalmente a dever ao agravamento dos custos financeiros, sobretudo resultantes da desvalorização do Metical relativamente ao Dólar e ao elevado nível de endividamento da empresa, na sua maioria expresso naquela moeda. Daí que o *cash flow* total haja apresentado uma evolução igualmente negativa. Apesar de todas as empresas analisadas apresentarem resultados financeiros negativos, a principal contribuição fica a dever-se à HCB.

Resultados agregados do sector da energia

	euros
Resultado Operacional antes de Subsídios	947.276.364,32
Resultado Operacional (EBIT)	947.877.969,45
Resultado Financeiro	-851.536.079,01
Resultado Corrente	96.341.890,44
Resultado Extraordinário	205.406.186,88
Resultado Líquido	-5.087.341,12
<i>Cash Flow</i> Operacional (EBITDA)	2.063.120.647,77

Da mesma forma, o resultado líquido negativo agregado reflecte a situação da HCB, já que a EDP e a Galpenergia apresentaram lucros de €549 e €43 milhões, respectivamente.

Para a Galpenergia, 2000 constituiu o primeiro exercício completo após a incorporação da Gás de Portugal, empresa de capitais exclusivamente públicos, que em Portugal explorava a distribuição de gás natural em regime de monopólio. Constituída em Abril de 1999, a Galpenergia é a *holding* responsável pela reestruturação do sector energético em Portugal, nas áreas do petróleo e do gás natural, detendo a Petrogal (com actividade na produção e exploração de petróleo e na refinação e comercialização de produtos petrolíferos) e a GDP, que se dedica à importação e transmissão de gás natural, através da Transgás, e à distribuição de gás natural através de seis distribuidoras regionais.

Esta integração veio conferir à Galpenergia uma vertente de *semi-utility*, dada a maior estabilidade que lhe veio conferir, porquanto a dependência face às oscilações constantes do preço do petróleo condicionava o seu perfil de risco.

A EDP apresentou indicadores bastante positivos, com o *cash flow* operacional (EBITDA) a situar-se em valores superiores a mil milhões de euros e o EBIT sensivelmente em metade. Por aqui se retira a significância das amortizações e provisões num sector de capital intensivo.

Num sector essencialmente contributivo, tendo o Estado arrecadado cerca de 154 milhões de euros em dividendos, apenas a EDP recebeu subsídios à exploração, destinados basicamente a formação profissional, que totalizaram pouco mais de 600 mil euros em 2000.

Esforço financeiro do Estado no sector da energia

	euros	
	2000	2001
Dividendos recebidos	153.779.391,67	66.749.134,59
Indem. compensatórias	-	-
Subsídios	601.605,13	-
Dotações capital	-	-
Esforço financeiro total	601.605,13	-
Saldo	153.177.786,53	66.749.134,59

Os principais indicadores do sector são negativamente influenciados pelos resultados da HCB, que regista uma rentabilidade dos capitais próprios negativa, próxima dos 70%. No entanto, a EDP obteve uma performance acima dos 8% e a Galpenergia à volta dos 4%, tendo em conta o elevado esforço financeiro exigido na redefinição do *business plan* da empresa e na reorganização estratégica que atravessa.

Indicadores agregados do sector da energia

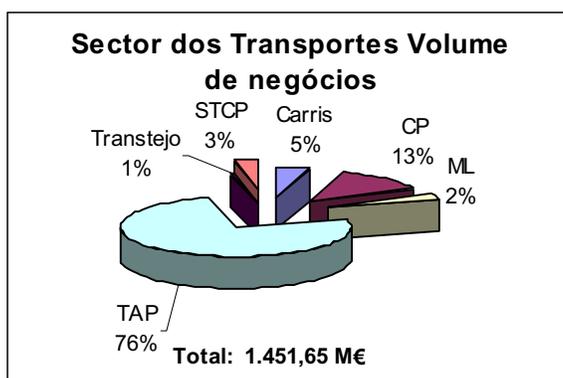
EBIT/Activo	4,06%
EBITDA/Activo	8,84%
Rentab. Capitais Próprios	-0,06%
Cap. Próprio/Cap. Alheio*	74,91%
Cap. Próprios/Passivo	55,30%
Cap. Próprios/Activo	33,52%
Activo Fixo/Activo Total	83,54%
Capit. Perman./Activo Fixo	71,35%

* passivo de financiamento.

O grau de endividamento é também significativo. Esta situação deve-se fundamentalmente à HCB, com uma estrutura de capital extremamente desequilibrada e à Galpenergia, que apresenta um nível de endividamento considerável. A EDP, por outro lado, regista maior equilíbrio, representando o capital próprio cerca de 60% do passivo de financiamento. Reflectindo a boa performance operacional, verifica-se que a rentabilidade do activo medida pelo EBIT e EBITDA situa-se claramente em terreno positivo.

Transportes

O sector dos transportes é actualmente um dos mais representativos no contexto do SEE e, também, aquele que apresenta pior desempenho. Pela sua dimensão, destacam-se empresas como a TAP e a CP, tendo surgido recentemente outras que foram constituídas para projectos estruturantes específicos. É o caso do Metro do Porto e do Metro do Mondego, onde a actividade se ressentiu do facto da exploração ainda não se encontrar a decorrer. Os investimentos têm, por isso, vindo a ser extremamente elevados, com diversas empresas a passarem por processos de reestruturação e viabilização, nomeadamente com a concessão de unidades de negócios a privados.



Praticamente todos os agregados de resultados se situam em terreno negativo, espelhando a situação particular que caracteriza o sector dos transportes públicos. Os moldes em que a prestação do serviço público de transporte tem vindo a ser efectuada, designadamente em termos dos preços praticados junto dos utentes, condicionou os resultados das empresas que actuam nesta área. A exploração é globalmente deficitária, destacando-se a CP e o Metropolitano de Lisboa, com um EBIT próximo ou acima dos €100 milhões negativos.

A CP e o Metropolitano de Lisboa contribuíram para o único agregado positivo evidenciado pelo sector, tendo a primeira apresentado um resultado extraordinário superior a 15 milhões de euros. Esta performance ficou a dever-se à redução de amortizações e provisões e, bem assim, a multas contratuais decorrentes da entrega tardia de material circulante pelos fornecedores.

Resultados agregados do sector dos transportes

	euros
Resultado Operacional antes de Subsídios	-478.891.282,18
Resultado Operacional (EBIT)	-423.549.228,15
Resultado Financeiro	-220.411.478,09
Resultado Corrente	-643.960.706,24
Resultado Extraordinário	11.648.553,58
Resultado Líquido	-632.405.998,24
Cash Flow Operacional (EBITDA)	-177.221.206,26

No que respeita a resultados líquidos, a TAP, a CP e o Metropolitano de Lisboa são responsáveis por cerca de 420 dos 624 milhões de euros de prejuízo agregado que se verificou no sector. Em qualquer dos casos, tais resultados dependem de uma exploração deficitária, com os custos operacionais a suplantarem largamente os proveitos.

Os custos financeiros são igualmente elevados em consequência de uma estrutura de financiamento desequilibrada devido ao forte endividamento. Com efeito, o capital próprio cobre apenas cerca de 12% dos recursos alheios e 11% das necessidades totais de financiamento. Este desequilíbrio é especialmente notado em empresas como os STCP, a Carris e a CP, em que os capitais próprios são negativos.

Indicadores agregados do sector dos transportes

EBIT/Activo	-6,07%
EBITDA/Activo	-2,54%
Rentab. Capitais Próprios	-51,61%
Cap. Próprio/Cap. Alheio*	11,28%
Cap. Próprios/Passivo	9,73%
Cap. Próprios/Activo	8,50%
Activo Fixo/Activo Total	81,20%
Capit. Perman./Activo Fixo	72,26%

* passivo de financiamento.

Tendo em conta as dificuldades que caracterizam o sector, o Estado tem vindo a desenvolver um esforço financeiro significativo, inserido no âmbito de processos de recuperação e reestruturação de algumas destas empresas. Esse esforço tem passado pela atribuição de indemnizações compensatórias pela prática de serviço público e por dotações de capital, notando-se, todavia, uma diminuição para menos de metade desse esforço entre 2000 e 2001.

Esforço financeiro do Estado no sector dos transportes

	euros	
	2000	2001
Dividendos recebidos	-	-
Indem. compensatórias	62.728.823,54	75.508.025,66
Subsídios	447.021,03	-
Dotações capital	468.919.903,03	180.135.872,55
Esforço financeiro total	532.095.747,60	255.643.898,21
Saldo	- 532.095.747,60	- 255.643.898,21

Destacam-se as atribuições à CP, Metropolitano de Lisboa e à Carris, que entre dotações de capital e indemnizações compensatórias receberam 440 milhões de euros em 2000, perfazendo cerca de 85% do total nesse ano, e de 201 milhões em 2001, ou seja, 79%.

Acresce ainda que no decurso de 2001, o Estado prestou garantias pessoais relativamente a empréstimos contraídos por algumas destas empresas, totalizando só neste sector cerca de 773 milhões de euros.

Garantias pessoais do Estado no sector dos transportes

	Milhões de euros
CP	350,00
STCP	37,60
ML	185,60
Metro do Porto	200,00
Total	773,20

Como se verifica, o sector ferroviário foi o mais apoiado neste tipo de intervenção do Estado.

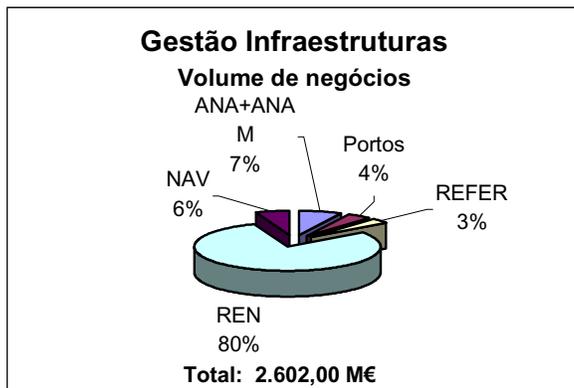
Gestão de infraestruturas

Com os múltiplos processos de reestruturação e reordenação dos diferentes sectores chave da economia do país, foram criadas formas de aumentar a eficiência da gestão das várias entidades, separando a exploração propriamente dita, da gestão e manutenção das infraestruturas, através de empresas especializadas. O caso mais recente teve por base o destaque da REN da actividade EDP, tendo sido alienada parcialmente ao Estado (70%) em 2000. Actualmente a participação directa nesta empresa situa-se em 20%, sendo claramente a maior empresa enquadrada neste sector.

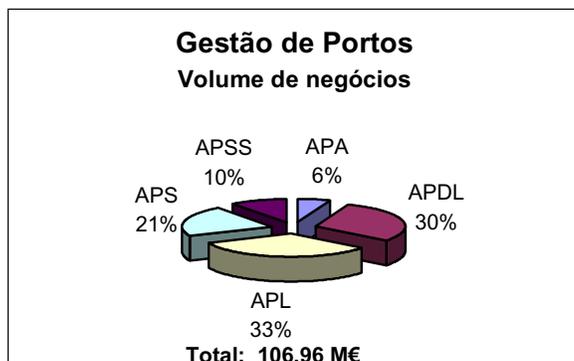
A entidade que gere as infraestruturas ferroviárias, REFER, situa-se imediatamente a seguir, contudo, o volume de negócios não acompanha a sua dimensão, sendo ultrapassada pela gestora de aeroportos ANA (a ANAM, sua congénere e participada que gere o Aeroporto do Funchal e Porto Santo, apresenta uma dimensão e um volume de negócios substancialmente inferior). Contrariamente a 2001, o ano de 2000 foi substancialmente positivo, revelando um aumento do tráfego nos aeroportos nacionais, com claros reflexos nas receitas da empresa.

Pela sua dimensão e importância estratégica, é de destacar a EDIA, entidade responsável pela construção e futura exploração da Barragem do Alqueva. Todavia, o facto do empreendimento não se encontrar ainda em funcionamento no final de 2000, tem vindo a contribuir para os resultados negativos da empresa.

Não tanto pela sua dimensão, mas pelo volume de negócios que vem apresentando, merece relevo especial a NAV, entidade que gere o espaço aéreo nacional. O aumento que se vem verificando nos últimos anos no seu volume de negócios reflecte a crescente utilização desse espaço pela aviação comercial (mercadorias e pessoas), tal como se verifica em relação à ANA.



As entidades responsáveis pela gestão dos portos marítimos assumem igualmente grande relevância neste sector, claramente dominado pela actividade dos Portos de Lisboa, do Douro/Leixões e de Sines. A quota de mercado no final do exercício de 2000 era a seguinte:



Em termos globais, é dado verificar que a exploração situa-se em terreno claramente positivo, tendo o sector apresentado um resultado operacional na ordem dos 45,6 milhões de euros. Todavia, empresas como a REFER, com um prejuízo de exploração superior a 88 milhões de euros, os portos em geral (cerca de -8,5 milhões) e a ANAM (-2,9 milhões), que gere o deficitário

Aeroporto de Porto Santo, apresentam um saldo negativo. A REN, a ANA e a NAV acabam por compensar largamente este quadro.

Os maus resultados financeiros advêm fundamentalmente dos custos financeiros suportados com o elevado grau de endividamento de algumas das maiores empresas, condicionando definitivamente os resultados líquidos. Neste capítulo são de destacar a REFER e a REN, responsáveis por mais de €41 milhões de prejuízos financeiros. Note-se, contudo, que a REFER possui um financiamento predominantemente à base de capitais próprios, pelo que os custos financeiros que evidencia têm outras naturezas, que não propriamente juros de financiamento. No que se refere aos resultados líquidos, enquanto a REFER contribui com prejuízos de mais de €111 milhões, a REN apresenta um lucro líquido de €61 milhões, tal como a ANA com cerca de 30 milhões. Ainda assim, em termos agregados, a performance do sector foi negativa.

Resultados consolidados do sector da gestão de infraestruturas

	euros
Resultado Operacional antes de Subsídios	41.307.960,87
Resultado Operacional (EBIT)	48.561.888,04
Resultado Financeiro	-47.667.714,73
Resultado Corrente	894.173,32
Resultado Extraordinário	14.291.862,91
Resultado Líquido	-28.790.192,63
Cash Flow Operacional (EBITDA)	241.045.676,84

Tendo em conta que se trata de mais um sector de capital intensivo, deve destacar-se o elevado nível de amortizações, que transformam um EBITDA de mais de 241 milhões de euros num EBIT de 48 milhões. Como se esperaria, esta realidade é determinada pelas maiores empresas: REN, ANA e REFER.

De entre as empresas contidas nesta arrumação, apenas a NAV apresenta resultados positivos a todos os níveis. Com efeito, evidencia um EBITDA de €21,6 milhões e um resultado operacional acima dos 4 milhões. A empresa apresentou igualmente resultados extraordinários significativos (superiores a €7 milhões, correspondente a metade de todo o sector).

A REFER é, por isso, a entidade com performance menos conseguida neste sector, evidenciando resultados negativos a todos os níveis, à excepção dos que revestem carácter extraordinário, em que beneficia da já anteriormente referida contabilização dos subsídios ao investimento.

Apesar dos custos financeiros se terem revelado elevados (é de referir que são determinados por duas empresas, tal como atrás se apontou), este sector

apresenta uma estrutura de financiamento virada maioritariamente para capitais próprios.

**Indicadores agregados do sector da
gestão de infraestruturas**

EBIT/Activo	0,56%
EBITDA/Activo	2,77%
Rentab. Capitais Próprios	-0,65%
Cap. Próprio/Cap. Alheio*	144,31%
Cap. Próprios/Activo	50,22%
Cap. Próprios/Passivo	99,16%
Activo Fixo/Activo Total	87,52%
Capit. Perman./Activo Fixo	80,41%

* passivo de financiamento.

A rentabilidade dos capitais próprios é genericamente negativa, embora seja amplamente condicionada pela situação financeira da REFER. A REN, a ANA e a NAV colocam-se claramente no polo oposto, com um RoE superior a 10%.

O saldo entre o que recebeu a título de dividendos e os diferentes tipos de participações do Estado foi claramente negativo, ampliando esta tendência em 2001. As empresas que mais contribuíram para este cenário foram a EDIA e a REFER, essencialmente sob a forma de dotações de capital.

**Esforço financeiro do Estado no sector da
gestão de infraestruturas**

	euros	
	2000	2001
Dividendos recebidos	13.547.350,88	10.479.743,82
Indem. compensatórias	8.230.165,30	13.218.144,27
Subsídios	125.322,11	-
Dotações capital	115.970.511,07	164.219.231,65
Esforço financeiro total	124.325.998,48	177.437.375,92
Saldo	-110.778.647,60	-166.957.632,11

Sob a forma de garantias pessoais, a intervenção do Estado neste sector ascendeu a quase 300 milhões de euros, repartidos da seguinte forma:

**Garantias pessoais do Estado no sector da
gestão das infraestruturas**

	Milhões de euros
ANAM	82,40
REFER	149,90
EDIA	65,00
Total	297,30

Comunicação Social

Este sector é constituído unicamente por uma só empresa. A Portugal Global SGPS foi a holding criada para concentrar as participações nos diferentes órgãos de comunicação social públicos, ou seja, a RTP, a RDP e a Lusa.

Tendo iniciado a sua actividade em 2000, a Portugal Global desenvolveu um programa de saneamento da RTP, o qual se encontra em apreciação. Do ponto de vista operacional, foram dados os primeiros passos para a integração dos serviços comuns às suas participadas.

Resultados consolidados da Portugal Global

	euros
	Portugal Global
Resultado Operacional antes de Subsídios	-137.415.180,00
Resultado Operacional (EBIT)	-137.415.180,00
Resultado Financeiro	-38.090.000,00
Resultado Corrente	-175.505.180,00
Resultado Extraordinário	5.159.640,00
Resultado Líquido	-169.922.270,00
Cash Flow Operacional (EBITDA)	-105.570.790,00

Os indicadores reflectem largamente a situação da maior participada, a RTP, já que a RDP apresenta um resultado líquido positivo.

Globalmente a exploração é deficitária, determinando um resultado líquido em terreno negativo. Apenas os resultados extraordinários conseguiram situar-se em valores positivos.

A degradação dos indicadores da empresa decorre da existência de capitais próprios negativos.

Indicadores Portugal Global

EBIT/Activo	-22,44%
EBITDA/Activo	-17,24%
Cap. Próprio/Cap. Alheio*	-50,10%
Cap. Próprios/Activo	-72,09%
Cap. Próprios/Passivo	-42,10%
Activo Fixo/Activo Total	26,35%
Capit. Perman./Activo Fixo	69,55%

* passivo de financiamento.

As contas relativas ao exercício de 2000 da Portugal Global não evidenciavam, relativamente a 2000, o esforço financeiro do Estado, repartido

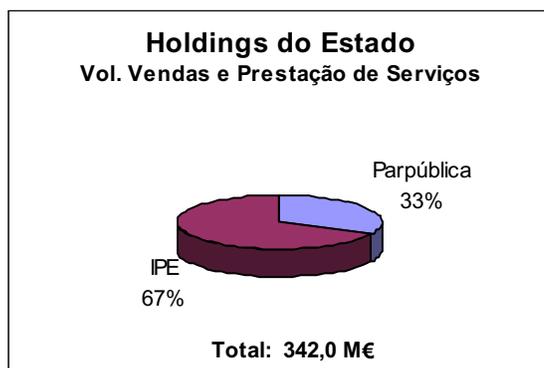
entre indemnizações compensatórias e dotações de capital junto das suas participadas. O valor total que nesse exercício se cifrou em mais de 176 milhões de euros, foi reduzido em 2001 para 155 milhões.

Esforço financeiro do Estado no universo PORTUGAL GLOBAL

	2000	2001
Dividendos recebidos	-	-
Indem. Compensatórias	98.557.476,48	97.061.082,79
Subsídios	-	-
Dotações capital	78.061.870,89	58.324.438,10
Esforço financeiro total	176.619.347,37	155.385.520,89
Saldo	-176.619.347,37	-155.385.520,89

3.2.3. Análise das Holdings Públicas: IPE, Parpública

Como oportunamente se verificou, ambas as *holdings* do Estado prosseguem objectivos diferentes, encontrando-se a Parpública mais vocacionada para a gestão de participações públicas tendo em vista a sua futura alienação, embora não se esgote neste desiderato (no início de 2001, cerca de 50% da sua carteira era constituídas por participações inferiores a 10% destinadas a serem privatizadas), enquanto que o IPE aglutina participações que visam diversificar actividades contribuindo para a correcção de falhas de mercado e do próprio Estado, este último ao nível das ineficiências da gestão e propriedade públicas. Com participações de natureza tão díspar, qualquer comparação que possa vir a ser efectuada entre ambas as sociedades deve-se revestir de devidos cuidados. O tratamento conjunto que é dado neste capítulo quanto à análise financeira, encontra fundamento no facto de terem em comum a mesma natureza de *holding* pública.



Por conseguinte, as demonstrações financeiras tidas como base para a presente análise não consolidavam as participações na Brisa e Cimpor (ambas privatizadas no decurso de 2001), EDP e Portugal Telecom.

Os principais indicadores sintetizam-se seguidamente:

Dados consolidados da PARPÚBLICA

	Milhões de euros	
	Parpública	
	2000	1999
Resultado Operacional (EBIT)	29,33	29,07
Resultado Financeiro	10,29	11,26
Resultado Corrente	39,63	40,33
Resultado Extraordinário	78,32	- 37,41
Resultado Líquido	108,29	- 8,68
Cash-flow (CF)	121,78	31,53
Cash-flow Operacional (EBITDA)	42,82	69,28

No que respeita à Parpública, verifica-se globalmente uma evolução positiva nos principais indicadores. Os resultados líquidos e o *cash flow* total são claramente influenciados pelos resultados extraordinários verificados no final do exercício de 2000. A sua significância fica a dever-se fundamentalmente aos ganhos gerados com a alienação das participações na PT e na EDP no ano de 2000 e, bem assim, com a permuta de participações com a DGT.

A diminuição verificada ao nível do *cash-flow* operacional (EBITDA) é justificada pela diminuição das amortizações e provisões de natureza operacional em 2000, face a 1999.

Dados consolidados do IPE

	Milhões de euros	
	IPE	
	2000	1999
Resultado Operacional (EBIT)	- 9,88	- 2,59
Resultado Financeiro	- 7,32	2,08
Resultado Corrente	-17,20	- 0,51
Resultado Extraordinário	76,03	53,68
Resultado Líquido	43,20	33,48
Cash-flow (CF)	24,90	19,60
Cash-flow Operacional (EBITDA)	82,64	71,66

Relativamente ao IPE, verifica-se que, embora sejam apresentados resultados líquidos positivos, tem vindo a revelar uma situação deficitária ao nível da exploração corrente. À semelhança da Parpública, foram os resultados extraordinários que conferiram um impulso positivo aos resultados líquidos evidenciados. Esta performance fica-se a dever em grande parte à alienação de algumas participações, de entre as quais despontam a Cimpor, Generg e Efacec, e à amortização de parte do imobilizado financiado pelo Fundo de Coesão.

O aumento das amortizações face ao exercício de 1999 apresentou um impacto positivo ao nível do EBITDA, tendo contribuído decisivamente para o agravamento registado ao nível dos resultados operacionais.

A Parpública apresenta uma estrutura de financiamento à base de capitais próprios, tendo contribuído para o registo positivo deste indicador em 2000 uma diminuição apreciável nas exigibilidades de médio e longo prazo, que se revelou significativamente superior ao aumento verificado nas responsabilidades de prazo mais curto. Da mesma forma, o aumento de capital ocorrido em 2000, de 120 para 400,96 milhões de contos, contribuiu decisivamente para esse indicador, pese embora parte significativa desse montante se encontrasse em disponibilidades.

Indicadores financeiros da Parpública

	Parpública	
	2000	1999
EBIT/Activo	0,88%	1,40%
EBITDA/Activo	1,28%	3,34%
Rentab. Capitais Próprios	4,10%	-0,69%
Cap. Próprios/Activo	82,16%	59,91%
Cap. Próprios/Passivo	460,54%	184,74%
Activo Fixo/Activo Total	45,41%	81,17%
Capit. Perman./Activo Fixo	207,80%	106,47%

Impulsionado pelo processo de privatizações entre 1999 e 2000, assistiu-se a um desagravamento significativo dos custos operacionais, acompanhado por uma quebra quase proporcional nos proveitos operacionais. Todavia, ao mesmo tempo que a estrutura do balanço era completamente alterada, passando a componente circulante do activo a dominar face ao activo fixo, verificou-se um aumento significativo do activo total, o que explica a queda registada nos indicadores de rentabilidade do mesmo.

Indicadores financeiros do IPE		
	IPE	
	2000	1999
EBIT/Activo	-0,46%	-0,14%
EBITDA/Activo	3,01%	3,81%
Rentab. Capitais Próprios	7,01%	5,55%
Cap. Próprios/Activo	24,01%	33,85%
Cap. Próprios/Passivo	43,88%	51,16%
Activo Fixo/Activo Total	82,26%	86,31%
Capit. Perman./Activo Fixo	57,24%	56,66%

Da análise do indicador relativo ao grau de cobertura, pode verificar-se imediatamente que o IPE possui uma estrutura com elevado grau de alavancagem, sobretudo pelo recurso a capitais alheios de médio e longo prazo. Este grau de alavancagem aumentou no final de 2000, induzindo uma diminuição do rácio de cobertura. As principais participadas situam-se em sectores de capital intensivo, portanto com maior preponderância em termos de investimentos em capital fixo.

A capacidade de libertação de *cash-flows* decorrentes da exploração, face ao investimento efectuado nos diversos componentes do activo, é semelhante nas duas sociedades, embora o peso das amortizações haja criado um fosso entre elas. O aumento do peso das amortizações determinou a diminuição da rentabilidade do activo medida pelo EBIT (EBIT/Activo), tendo contribuído para que o agravamento dos custos operacionais não fosse integralmente acompanhado pelo crescimento dos proveitos de idêntica natureza.

Pela análise do rácio da estrutura do activo (Activo Fixo/Activo Total) pode aferir-se sobre o pendor industrial e, por isso, de capital intensivo que caracteriza as áreas de negócio do IPE.

4. Perspectivas de Evolução

As considerações que se passam a tecer reflectem, por um lado, as preocupações imediatas, que impõem por isso uma definição no muito curto prazo e, por outro lado, uma visão que pressupõe já algum amadurecimento sobre os cenários que se colocam. Não se trata, pois, de retomar reflexões já vertidas em documentos anteriores, nomeadamente no intitulado “Livro Branco do Sector Empresarial do Estado” de 1998, a propósito da definição de uma estratégia global para a estruturação deste sector.

Trata-se apenas de tendo em conta a evolução verificada e a caracterização do sector empresarial do Estado esboçar algumas perspectivas de evolução.

Importa, contudo, ressaltar que quando abordamos numa perspectiva evolutiva uma realidade tão dinâmica e sensível a diferentes abordagens políticas e à evolução económica, como acontece com o Sector Empresarial do Estado, efectua-se um exercício de risco, pelo que as conclusões a que se chega devem ser entendidas com natural prudência.

Julgo, em qualquer caso, que não será demasiado arriscado vaticinar que o Sector Empresarial do Estado continuará a ser um sector relevante da intervenção pública na actividade económica, ao desempenhar um conjunto de funções da maior importância, de que destacaria quatro.

Primeira, no mundo de hoje globalizado, com crescente integração dos mercados, para um País como Portugal, integrado na União Económica e Monetária, mas com as dificuldades advenientes da sua dimensão, da sua posição geográfica, do seu relativo atraso competitivo, e de insuficiência de dimensão e de capitalização do mercado de capitais e com algumas limitações na capacidade de capitalização e de investimento de muitos dos nossos grupos empresariais privados, julgo decisivo para o País, a contribuição supletiva e complementar do Estado, enquanto accionista, portanto numa óptica de actuação económica de mercado, sem tentação de intervenção pública ou política na gestão das empresas, para, em conjunto com esses grupos privados, a manutenção no País dos centros de decisão das empresas dos sectores estratégicos.

Por isso, parece desejável a manutenção, pelo menos no futuro próximo, de holdings e grupos financeiros lucrativos e com certa dimensão e capacidade de investimento, como ocorre com o Grupo CGD, Grupo IPE e a Parpública.

Relativamente ao IPE, poderá ser aconselhável racionalizar o actual elenco das suas participações, de molde a que uma possível dispersão (que não diversidade) não prejudique os objectivos a atingir.

A Parpública, mantendo o seu já tradicional carácter de Holding instrumental do Estado para as operações de reprivatização, poderá ser utilizada de forma mais sistemática para a gestão de empresas a necessitar de uma mais próxima intervenção do accionista Estado, preparando a respectiva “retirada” nas melhores condições possíveis.

Quanto à CGD a sua permanência no sector público impõe-se como se referirá mais adiante, por questões de índole estratégica num sector particularmente relevante na economia nacional – Sector financeiro.

Por outro lado, nalguns casos justifica-se ou pretende-se (sector da defesa, mineiro, comunicações, estaleiros siderúrgicos) que o Estado funcione como garante da presença nacional na propriedade de actividades económicas fundamentais. Ao contrário do que acontece nas holdings referidas, parte destas empresas têm problemas de sustentação financeira que deverão ser corrigidos, criando condições para uma eventual opção pela sua privatização.

Segunda função essencial, na ordem económica hoje prevalecente a função económica do Estado é cada vez mais a de concedente, regulamentador, supervisor. Ora, uma das alternativas organizacionais para o exercício dessa função é a de a mesma ser desempenhada sob forma empresarial, seja constituindo-se empresas com este objecto social exclusivo, como acontece, por exemplo, com o Banco de Portugal e mais recentemente as Administrações Portuárias, seja através da própria presença no mercado, em concorrência, numa empresa pública, pois esta pode funcionar como um regulador natural, como acontece no sector financeiro com o Grupo CGD.

Terceira função decisiva traduz-se em que num ambiente exigente de consolidação e rigor orçamental, pode o Sector Empresarial do Estado revelar-se um meio eficaz para atingir determinados objectivos financeiros, pela flexibilidade de funcionamento que proporciona. É o caso da utilização de empresas, designadamente empresas mistas, com o capital partilhado com

outras entidades públicas ou com entidades privadas, para concretizar o financiamento de grandes investimentos públicos, quer ao nível de infraestruturas, quer para promover a realização de certos eventos ou objectivos.

Com efeito, regra geral a modernização e reconversão de infraestruturas (sobretudo transportes e portos) exigem um esforço de investimento muito intenso e de recuperação a longo prazo, daí que não sejam áreas muito aliciantes para o sector privado.

Por outro lado, a fim de se evitarem distorções na concorrência entre os diferentes operadores pode justificar-se que a gestão das infraestruturas permaneça nas mãos do Estado. Porém, ainda aqui se poderão colocar cenários, em função do tipo de actividade em causa, em que a propriedade permaneça na esfera pública mas em que a respectiva gestão seja concessionada.

Assim, nesta linha, temos: (i) Empresas criadas para a prossecução de programas/ projecto reputados de interesse nacional (Parque Expo, Euro 2004, Polis, etc.) cuja rentabilidade é tendencialmente nula. Em relação a elas haverá que em regra encarar com alguma firmeza o facto de serem entidades com vida limitada, e, que portanto, desaparecendo o seu objecto, deverão ser naturalmente extintas; (ii) Empresas responsáveis pela gestão de infraestruturas em que a sua manutenção na esfera pública assegura a livre concorrência dos operadores sem distorções (Administração dos Portos, REFER, REN, NAV, etc);

Enfim, quarta função, é nosso entendimento que se mantém actual a vocação tradicional do Sector Empresarial do Estado de desempenho de actividades de serviço público ou de constituir a resposta a falhas de mercado em sectores menos competitivos.

Referimo-nos às empresas cujo objecto social é a prestação de serviços públicos, as actividades por si desenvolvidas são consideradas necessárias ao “bem estar social ” e que não são asseguradas através do normal funcionamento do mercado. Estas sociedades têm, no geral, uma situação financeira estruturalmente deficitária (é o caso paradigmático das empresas de transportes).

Julgo, pois, em síntese, que por todas as razões aduzidas, o Sector Empresarial do Estado continuará a desempenhar um papel preponderante na actividade económica pública.

Porém, essa intervenção só faz sentido se tiver uma perspectiva empresarial, isto é, com preocupações de rentabilidade e com um quadro bem definido, quando for o caso, do serviço público que prestar, pois só nesta medida poderá ser subsidiada, com respeito das regras de concorrência e com rigor e transparência.

O que implica no futuro próximo um esforço sério de completa clarificação do enquadramento legal e institucional do SEE, de racionalização e saneamento das empresas deficitárias e de, como já foi referido, a contratualização do serviço público.

Este esforço é particularmente urgente nas Empresas prestadoras de serviço público.

Neste universo é ainda forçoso fazer uma distinção dos diversos sectores onde operam empresas de capitais públicos em concorrência com operadores privados daqueles em que há praticamente uma exclusividade por parte das primeiras.

Citando o Livro Branco do Sector Empresarial do Estado dir-se-á que no geral se trata de “empresas que não podem resolver os problemas de equilíbrio numa relação empresarial com o mercado, estando sujeitas a obrigações que lhe estão fixadas pelo Estado, enquanto entidade concedente da exploração da actividade inserida no domínio do bem estar social”.

Particular atenção deverão merecer no futuro próximo as empresas detidas a 100% pelo Estado no sector dos transportes (“CARRIS”, “CP”, “Metropolitano de Lisboa”, “STCP” e “Transtêjo”).

Estas empresas são cronicamente deficitárias. Foi já encetado pelo Ministério das Finanças um processo de reestruturação com maior envolvência por parte do Ministério da tutela sectorial em ordem à definição de uma política articulada de transportes a nível nacional.

No entanto, as causas mais directamente relacionadas com a insustentabilidade financeira destas empresas não foram ainda superadas, apesar de

diagnosticadas. Torna-se urgente fazer opções em ordem à definição de uma política articulada de transporte público nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, que, por sua vez, poderá justificar uma política de investimentos bem como o redimensionamento das empresas envolvidas. A definição de uma política tarifária que aproxime o custo de serviço ao preço do bilhete é também uma questão de fundo a resolver no âmbito de um qualquer processo de reestruturação.

Assim, a par de alguns factores de racionalidade a introduzir na gestão destas entidades (vg. contracção de efectivos e de despesas de funcionamento), haverá que:

- Identificar por empresa unidades de negócio separando-as e apresentando contas de resultados individualizadas possibilitando uma abertura ao sector privado, exactamente pela separação do serviço público das áreas de negócio na sua componente exploração comercial;
- Contratualização do serviço de transporte associado a uma política tarifária;
- Análise da rentabilidade das linhas/roteiros e sua articulação por meio de transporte (ferroviário, rodoviário, metro);
- Articulação e integração dos órgãos autárquicos na estrutura das empresas.

Diremos ainda, no que respeita às empresas que asseguram o transporte público nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, que haverá que reforçar a coordenação intermodal, o que passa pelo planeamento de carreiras, articulação de horários, de roteiros, etc.

Será, assim, possível validar os custos inerentes à manutenção de certas linhas com as necessidades dos utentes, avaliando as necessidades de oferta face à procura.

Por outro lado, sabendo que o transporte ferroviário só é competitivo em determinadas franjas de mercado (v.g. alta velocidade, algumas linhas suburbanas) deverá nesta área de negócio ser estudada a hipótese de parcerias público-privadas.

As propostas de reestruturação apresentadas por todas estas empresas possibilitarão, após uma análise aprofundada das mesmas, complementada com outros trabalhos já efectuados a este propósito, uma decisão política sobre as respectivas orientações estratégicas.

Outro sector crítico é o da comunicação social, especialmente na área da televisão. Ainda que constituída recentemente uma “holding” sectorial - “Portugal Global, SGPS, SA” - suscita-se a necessidade de uma reestruturação profunda no sector.

Também aqui haverá que separar a actividade prestadora de serviço público das áreas de negócio que tenham uma componente de exploração comercial. Haverá que definir o conceito de serviço público e contratualizá-lo nos exactos termos em que for definido.

A partir das opções que sejam feitas haverá que redimensionar a empresa e preparar um plano de reestruturação.

Enfim, importa referir que a definição de uma estratégia global para o sector empresarial do Estado tem necessariamente de partir daquilo que hoje é o seu universo e levar a:

- Uma especificação das áreas de actividade onde e como o Estado deve estar presente (gestor, concedente, regulador);
- Desenvolvimento de parcerias público-privadas, onde o Estado deve figurar como verdadeiro “partner” e não apenas como a parte que só assume riscos, definindo regras claras e prévias sobre a partilha desse risco entre sector privado e sector público, e o modo de reposição do reequilíbrio financeiro quando ocorram alteração das circunstâncias, designadamente nos casos *project-finance* nos sectores dos transportes e infraestruturas;
- Uma articulação entre a definição de políticas sectoriais e possíveis fontes de financiamento, sendo certo que estas deverão ser cada vez mais diversificadas;

- Uma revisão da política de preços e de tarifário, no sentido de se reflectir a necessidade de se atingir um correcto equilíbrio entre rentabilidade e risco;
- Uma clarificação de responsabilidades no acompanhamento efectivo do SEE nas diversas vertentes (definição de linhas estratégicas, exercício da função accionista, exercício da actividade concedente, articulação com a função reguladora);
- Definição do quadro legal que regulamente o “Estatuto do Gestor Público”;
- Enquadramento do regime e o acompanhamento das entidades públicas empresariais que se prevê criar a curto prazo (área da saúde);
- Revisão/implementação do actual Regime Jurídico do SEE, aprovado pelo DL n.º 558/99, de 17 de Dezembro.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO TESOUREIRO E FINANÇAS

(Rodolfo Vasco Lavrador)